

LUCIANA NOGUEIRA

***“INTEGRAÇÃO” E “PROGRESSO” EM DOCUMENTOS DE
CONSTITUIÇÃO DA ALCA.***

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Lingüística junto ao Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.

Orientador:

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira
Guimarães

CAMPINAS, 2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

N689i Nogueira, Luciana.
 “Integração” e “progresso” em documentos de constituição da
 ALCA / Luciana Nogueira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

Orientador : Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
 Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Semântica. 2. Enunciação. 3. Análise do discurso. 4.
 Integração. 5. Área de Livre Comércio das Américas. I.
 Guimarães, Eduardo Roberto Junqueira. II. Universidade
 Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da
 Linguagem. III. Título.

tjj/iel

Título em inglês: “Integration” and “progress” in documents which propose the constitution of the FTAA.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Semantics; Enunciation; Discourse analysis; Integration, Free Trade Area of the Americas.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Mestre em Lingüística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (orientador), Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva, Profa. Dra. Mônica Graciela Zoppi-Fontana.

Data da defesa: 04/02/2009.

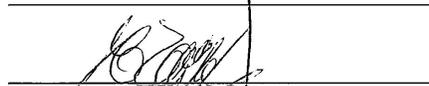
Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA:

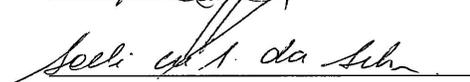
Eduardo Roberto Junqueira Guimarães



Mônica Graciela Zoppi Fontana



Soeli Maria Schreiber da Silva



Lauro José Siqueira Baldini

Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer

IEL/UNICAMP

2009

À memória do meu pai

AGRADECIMENTOS

Ao meu companheiro, Renato, pelo constante apoio, pelo cuidado, dedicação e por compartilhar os diversos momentos, meu agradecimento e meu amor.

Ao meu orientador, Eduardo Guimarães, pela orientação, pela atenção e as valiosas contribuições para meu percurso acadêmico.

À Profa. Soila, pela amizade, pelas leituras e contribuições, por ter me ajudado a iniciar este caminho de pesquisadora, meus sinceros agradecimentos e minha amizade.

À Profa. Mônica, pelas valiosas contribuições, pela leitura e pelas inesquecíveis aulas que certamente estão presentes nesta dissertação.

A minha família, pelo carinho e apoio.

As minhas amigas Carol, Monica e Ivânia pelas inúmeras conversas sobre os mais diversos assuntos que tornam melhor a vida no dia a dia do trabalho acadêmico, meus agradecimentos e minha amizade.

As minhas companheiras e amigas da moradia estudantil, Vivi, Camila e Bruna pela agradável convivência, pela amizade que construímos nessa vida universitária.

Aos meus companheiros de luta, pelas valiosas discussões, pela luta teórica, por acreditarem e construírem uma alternativa às injustiças, pela solidariedade à classe trabalhadora, pelo internacionalismo, meu agradecimento e minha disposição!

À FAPESP, pelo financiamento de minha pesquisa.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do IEL, Rose e Claudio, pelo trabalho prestado e a todos os outros amigos e professores que participaram direta ou indiretamente da elaboração desta minha pesquisa.

A palavra mágica

*Certa palavra dorme na sombra
de um livro raro.*

Como desencantá-la?

*É a senha da vida
a senha do mundo.*

Vou procurá-la.

*Vou procurá-la a vida inteira
no mundo todo.*

*Se tarda o encontro, se não a encontro,
não desanimo,
procuro sempre.*

*Procuro sempre, e minha procura
ficará sendo
minha palavra.*

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Nesta dissertação fizemos um estudo semântico da designação das palavras *integração* e *progresso* a partir de suas enunciações nos documentos que propõem a constituição da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Trabalhamos numa perspectiva semântico-enunciativa que leva em conta a relação língua, história e sujeito. Nesta medida estabelecemos uma relação com a teoria da análise do discurso francesa. O conceito de enunciação como acontecimento e o conceito de designação foram fundamentais para nossas análises. O modo pelo qual procedemos as nossas análises foi através da leitura dos procedimentos de reescrituração e mais ainda dos procedimentos de articulação para se chegar ao domínio semântico de determinação (DSD) das palavras em questão. Analisamos ainda *integração* enquanto enunciado nominalizado e com isso pudemos trabalhar um pouco a questão da memória. Saber os sentidos dessas palavras nestes textos é um modo de procurar compreender o que a designação dessas palavras traz a propósito das relações políticas estabelecidas na ALCA. A partir da análise das palavras, tratamos da relação de litígio enunciativo estabelecido entre a ALCA e a ALBA (Alternativa Bolivariana para a América Latina e o Caribe). Este é um litígio político caracterizado como confronto e como conflito entre a normatividade de um dizer e um outro dizer que se lhe contrapõe.

ABSTRACT

In this master's thesis we have proceeded with a semantic study of the designation (*designação*, in Portuguese) of the words *integration* and *progress* from the enunciations contained in the documents which propose the constitution of the FTAA (Free Trade Area of the Americas). We have worked in the semantic-enunciative perspective that takes the relationship amongst language, history and subject for granted. This way, we could establish a relationship with the theory of the French Discourse Analysis. The concept of enunciation as an event, as well as the concept of designation, was fundamental to our analyses. The mode by which we have conducted our analyses was through the reading of the procedures of rewriting, and, furthermore, through the procedures of articulation in order to get to the semantics domains of determination (*domínios semânticos de determinação*, in Portuguese) of the word being put into question. We have still analysed the word *integration* as a nominalised enunciation, and, through this, we were able to work a bit with the issue of the memory. Knowing the senses of such words in these texts represents a mode of trying to understand what the designation of these words brings to the purpose of the public relations settled at the FTAA. From the analysis of these words, we have discussed about the relationship of enunciative litigation between the FTAA and the Bolivarian Alternative for Latin America and Caribbean (*ALBA*, in Spanish). This is a political litigation characterised as a confrontation and a conflict between a normativity of a statement and another one that fits it as its counterpart.

SUMÁRIO

Introdução	17
Capítulo I	
1. Enunciação e Acontecimento	23
1.1 A enunciação em Benveniste: o homem na língua	25
1.2 A enunciação em Ducrot: o social na língua	29
1.3 Deleuze e Guattari e a questão do agenciamento da enunciação	37
1.4 A enunciação para Bakhtin: a palavra é uma enunciação completa	40
1.5 O acontecimento em Paul Veyne	45
1.6 O acontecimento discursivo em Pêcheux	51
1.7 Guimarães: a enunciação como acontecimento.....	62
1.7.1 O político na enunciação e a cena enunciativa	67
Capítulo II	
1. Os Sentidos de <i>Integração</i> nas Américas: a proposta da ALCA	73
1.1 Designação	74
1.2 A reescrituração e a articulação nos movimentos dos sentidos	75
1.3 O Domínio Semântico de Determinação (DSD)	77
1.3.1 A palavra “globalização”	91
Capítulo III	
1. A designação de <i>integração</i> : o processo de nominalização	99
1.1 A designação e o pré-construído	100
1.2 A descrição dos recortes	102
1.3 O processo de nominalização	107
Capítulo IV	
1. A palavra <i>progresso</i>	113
1.1 A palavra e o conceito de progresso.....	114
1.2 A designação de <i>progresso</i>	121
1.3 A relação entre as análises de “progresso” e “integração”	132
Capítulo V	
1. O litígio enunciativo: ALCA x ALBA	135
1.1 O litígio enunciativo no texto da ALCA: os “diálogos” implícitos	147
Considerações Finais	153
Bibliografia	159

Introdução

O tema da integração na esfera econômica, social e política, tem sido muito discutido nos últimos anos na América Latina. O projeto da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) surge como a grande aposta dos EUA para promover a integração das Américas. Através da ALCA deixariam de existir quaisquer fronteiras econômicas entre os EUA (que controla aproximadamente 77% do PIB de todo o continente) e os países subdesenvolvidos das Américas, com o livre ingresso de capitais, serviços e produtos norte-americanos. Segundo Jakobsen e Martins:

“(...) a ALCA é um acordo negociado entre as economias mais desiguais do planeta: enquanto os Estados Unidos e o Canadá detêm mais de 80% do PIB hemisférico, Jamaica, Costa Rica, Honduras, El Salvador, Paraguai, Panamá, Guatemala, Equador, Haiti e Nicarágua respondem, conjuntamente, por menos de 1%. O Brasil, a maior economia da América do Sul, é responsável por 7,4%, e a Argentina, nosso principal parceiro no Mercosul, responde por menos de 3% de toda a riqueza produzida no continente.” (Jakobsen e Martins, 2004: 18).

Ou seja, a ALCA coloca em igualdade de condições, em sua negociação, 34 países de economias absolutamente assimétricas.

Porém, esse projeto de integração não é consensual e há resistência à sua implementação. Alguns governos são contra a ALCA da forma como ela foi apresentada e também há um movimento popular contra a ALCA composto por partidos políticos de esquerda, setores da igreja, movimentos sociais, etc.

O projeto inicial da ALCA previa sua implantação definitiva para 2005, mas isso não ocorreu como foi visto na última Cúpula das Américas que aconteceu em Mar Del Plata em 2005. Surge então outra proposta alternativa à ALCA: A ALBA (Alternativa

Bolivariana para a América Latina e o Caribe), que é um projeto liderado por Cuba e Venezuela. Esse projeto propõe a integração latino-americana com programas sociais compensatórios em escala continental. Não há um documento específico de criação da ALBA, mas algumas declarações e documentos de diversos tipos, além dos acordos que vêm sendo estabelecidos mais fortemente de 2004 em diante.

Nesta dissertação de mestrado fizemos um estudo semântico da designação das palavras *integração* e *progresso* a partir de suas enunciações em documentos que propõem a constituição da ALCA, mais especificamente, trabalhamos com as Declarações das Cúpulas das Américas disponíveis no site oficial da ALCA. A escolha dessas duas palavras se justifica pela hipótese que levantamos numa leitura inicial do corpus, pois num primeiro momento nos interessava analisar apenas os sentidos de *integração* e, no entanto, vimos que esta palavra aparecia sempre relacionada à palavra *progresso*, de maneira que *progresso* se sustenta ao longo dos textos como uma consequência de *integração*. Veremos essa relação ao longo das análises feitas nesta dissertação.

Trabalhamos numa perspectiva semântico-enunciativa que leva em conta a relação língua, história e sujeito. Nesta medida estabelecemos uma relação com a teoria da análise do discurso francesa. O conceito de enunciação como acontecimento e o conceito de designação foram fundamentais para nossas análises. Saber os sentidos dessas palavras nestes textos é um modo de procurar compreender o que a designação dessas palavras traz a propósito das relações políticas estabelecidas na ALCA. A partir da análise das palavras, pensamos na relação de litígio enunciativo estabelecido entre a ALCA e a ALBA. Este é um litígio político caracterizado como confronto e como conflito entre a normatividade de um dizer e um outro dizer que se lhe contrapõe.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos e as considerações finais.

No capítulo I, mostramos que há diversas formas de se entender a enunciação, e aqui fizemos um trabalho com a enunciação que passa pelas elaborações de Benveniste, Ducrot, mas que leva em conta também o conceito de história, não entendida aqui de maneira linear, ou seja, como uma sucessão de fatos no tempo. Com isso, dialogamos com a teoria da análise do discurso no que diz respeito às questões da memória do dizer. Interessou-nos trabalhar com a enunciação como acontecimento e para isso apresentamos esse conceito traçando um percurso que passa por autores como Paul Veyne (1998), Deleuze e Guattari (1995), Michel Pêcheux (2006) e Eduardo Guimarães (2002).

No capítulo II já trazemos as análises semânticas da palavra *integração*, configurando o domínio semântico de determinação (DSD) de que ela é parte. Para isso, trabalhamos fundamentalmente com os procedimentos de reescrituração e articulação (cf. Guimarães, 2004 e 2007).

Já o capítulo III mostra o funcionamento da palavra *integração* como enunciado nominalizado e os sentidos que isso produz. Nesse capítulo dialogamos centralmente com a teoria da análise de discurso francesa. Interessou-nos trabalhar aqui com a questão da nominalização para tratar mais diretamente da memória da palavra. Neste sentido, um conceito que é convocado, é o de pré-construído, como veremos nas análises do capítulo em questão. Um enunciado nominalizado é necessariamente pré-construído, daí a importância de analisarmos este aspecto de *integração* uma vez que sempre aparece como enunciados nominalizados.

No capítulo IV desenvolvemos as análises da palavra *progresso* formulando também o DSD para a palavra. No entanto, fizemos neste capítulo um percurso um tanto diferenciado do modo como trabalhamos a análise de *integração*. Antes de procedermos às análises trouxemos alguns autores como Starobinski e Bensaïd que, cada um no seu

domínio, fazem uma discussão mais histórico-filosófica do conceito *progresso*. Com isso, pudemos estabelecer algumas relações entre essa discussão apresentada e nossas análises.

E, por fim, no capítulo V tratamos da relação de litígio enunciativo que se dá entre a ALCA e a ALBA, uma vez que a ALBA surge como uma política de oposição ao que se coloca na ALCA. Trouxemos alguns fragmentos de texto da ALBA para vermos como é que se dá a designação de *integração* nos textos desse “outro locutor”. No entanto, nosso corpus são os textos da ALCA (Cúpulas das Américas) e neles mesmos pudemos mostrar como funciona o litígio enunciativo. Ainda que os textos que analisamos da ALCA compreendam o período de 1994 a 2005, e o texto da ALBA analisado é só de 2004, estamos tratando como litígio enunciativo ALCA x ALBA, justamente porque a ALBA faz todo um resgate explícito dos vários discursos e políticas integracionistas da América Latina, ela, de certa forma, se propõe a reunir todos esses discursos que se colocam num mesmo domínio e diferente da ALCA.

Nas considerações finais, trazemos os principais resultados desse trabalho de pesquisa.

Quando pensamos em apreender enunciativamente os sentidos das palavras *integração* e *progresso*, nos recortes que configuram nosso corpus, estamos nos propondo a estudar o movimento da enunciação que se constitui com elementos também fora do texto, que são dizíveis que estão no interdiscurso, na exterioridade sustentando todo o discurso. Analisamos as palavras *integração* e *progresso*, considerando que o sentido mesmo da palavra é constituído a partir dos lugares de enunciação. Fixamo-nos em observar o movimento das palavras a partir do acontecimento e das condições de produção. Para isso, é preciso considerar que as palavras carregam consigo uma memória de suas enunciações anteriores. Isso vai constituir a temporalização do acontecimento, como veremos adiante.

Quando se trata de analisar a enunciação, é preciso analisá-la como fato discursivo. “*Sendo um **fato discursivo**, há que se pensar nas condições de produção do enunciado.*” (Dias, 1998). Essa posição é explicitada para analisar não apenas o modo como o fato discursivo se dá no nível das relações estritamente lingüísticas, manifestadas pelo conteúdo da frase, mas no discurso que dá sentido ao seu aparecimento enquanto fato significativo para a análise (Orlandi, 1996).

CAPÍTULO I

1. ENUNCIÇÃO E ACONTECIMENTO

Este trabalho de pesquisa se fundamenta no campo da teoria da enunciação. No entanto, como já veremos, trabalhamos a enunciação como acontecimento e deste modo trataremos autores que tratam deste conceito também, ainda que não sejam da teoria da enunciação. O percurso que estamos fazendo nos ajuda a estabelecer as condições para tratar a questão do sentido no acontecimento da enunciação. Para tratar dos elementos (próprios do acontecimento) que estão excluídos pelo corte saussuriano, como o sujeito, o objeto, a história, é importante passar pelo estudo de Benveniste (1966 e 1974) para ver como é tratada a questão da significação e como se formula a sua teoria da intersubjetividade na linguagem. Ainda que a concepção de sujeito e de história que ele apresenta não seja a nossa, veremos que o trabalho de Benveniste sobre a língua e a produção de sentidos apontam para outro caminho que não o que os toma como meramente situacional. Distanciando-nos assim de uma perspectiva puramente pragmática, o que interessa para a significação deve ser analisado a partir das relações de linguagem. Em seguida passamos pelo estudo de Ducrot sobre a questão do implícito e da pressuposição.¹ Ao tratar do implícito ele apresenta seu conceito de língua numa perspectiva diferente da de Saussure, embora se mantenha nos marcos do estruturalismo. Com o implícito vemos que a língua não é simplesmente um código, ainda que seja uma estrutura, na perspectiva dele. Mas o que nos interessa sobre o implícito e a pressuposição mais especificamente é que,

¹ O conceito de *implícito* em Ducrot sofre várias reelaborações ao longo de sua obra. Para este trabalho de pesquisa nos apoiaremos em seu texto de “Princípios de Semântica Lingüística” (1972).

para tratar da pressuposição, Ducrot apresenta uma elaboração acerca da performatividade, do conceito de performativo diferentemente de Benveniste, pois tal conceito aparece em Ducrot com base no social e não no individual. Quando dizemos que é com base no social, estamos dizendo que é o social da língua, ou melhor, das relações internas à língua. Nesse sentido, concordamos com Henry (1992) para quem, das elaborações de Ducrot sobre o a pressuposição, interessam as premissas, mas não necessariamente as conclusões. É então, a partir disso, que passamos para o estudo de Deleuze e Guattari acerca da enunciação e do acontecimento. Esses autores se fundamentam, em certa medida, nesse trabalho de Ducrot apresentado anteriormente, para tratar da questão do agenciamento coletivo da enunciação. Ducrot se ocupa das relações lingüísticas para tratar da deontologia social da língua e o que interessa para Deleuze e Guattari é, a partir dessa deontologia social, mostrar que o agenciamento da enunciação é coletivo. O trabalho de Deleuze e Guattari nos interessa na medida em que tratar do agenciamento da enunciação como coletivo, constitui a concepção de enunciação com a qual trabalharemos durante esse trabalho de pesquisa. Ainda que Deleuze trate da noção de acontecimento, nós não trabalharemos a partir de sua teoria do acontecimento. Veremos esse conceito em Veyne, Pêcheux e Guimarães. Mas antes de passar a esses autores, apresentaremos rapidamente a noção de enunciação em Bakhtin. Esse autor nos interessa na medida em que pensamos um conceito de língua numa perspectiva diferente da de Saussure e vemos então em Bakhtin que tudo o que fica de fora no corte saussuriano são elementos essenciais e constitutivos da enunciação. A enunciação é para ele de natureza social, é a unidade de base da língua. E nessa perspectiva a enunciação é compreendida como ideológica necessariamente.

Na seqüência, passamos ao texto de Veyne (1998) no qual ele discute o conceito de história e acontecimento. Veremos nesse autor que, definir o que seja acontecimento é

também definir o que é história, o que não quer dizer que trabalhamos com a concepção de história desse autor. O acontecimento considerado como diferença, como o específico é o que mais nos interessa. Entendendo que o conceito de acontecimento é tratado por diferentes campos epistemológicos vamos também passar pelo estudo de Pêcheux (1995) sobre acontecimento, mas na relação com o discurso e com o real. Esse trabalho de Pêcheux nos interessa para esta pesquisa na medida em que ele pensa o acontecimento como algo que reorganiza uma memória, ou seja, o acontecimento não é um simples fato no tempo. Por fim, passamos à teoria da semântica desenvolvida por Guimarães (1995 e 2002). Veremos como se dá a inclusão da história no campo da semântica a partir destes trabalhos e nos centraremos no conceito de enunciação como acontecimento.

1.1 A enunciação em Benveniste: o homem na língua

Benveniste (1966), ao tratar da questão do signo lingüístico, retoma a teoria de Saussure do Curso de Lingüística Geral e apresenta uma diferença quanto à afirmação de Saussure sobre a arbitrariedade do signo. Para Benveniste a relação entre significante e significado é uma relação necessária. A única coisa que é arbitrária num signo é que ele se aplica a determinado elemento da realidade e não a outro, ou seja, a arbitrariedade está entre a palavra (signo) e o objeto (referente). O arbitrário não está na constituição própria do signo. Os dois elementos do signo são consubstanciais um ao outro e o caráter absoluto dele comanda a necessidade dialética dos valores em constante oposição. Tem-se aí o princípio estrutural da língua. (Benveniste, 1996: 59).

Ainda tomando a obra de Benveniste (1966) vemos como ele articula a questão de forma e sentido na linguagem ao discutir os níveis de análise lingüística. Assim:

“O sentido é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter status lingüístico. Dizemos realmente a respeito de todos os níveis: o fonema só tem valor como discriminador de signos lingüísticos, e o traço distintivo, por sua vez, como discriminador dos fonemas. A língua não poderia funcionar de outra maneira.” (Benveniste, 1966: 130).

É importante a discussão sobre o sentido porque queremos tratar de uma distinção fundamental que faz Benveniste que é a diferença e a relação entre o semiótico e o semântico. Para Benveniste o semântico é determinante para o semiótico, mas este é colocado como condição para a significação. A discussão de forma e sentido tem que ser pensada enunciativamente, assim, as formas da língua são pensadas como categorias enunciativas. É por esta via que Benveniste vai falar da semantização da língua, o discurso². Nesse sentido:

“Forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua. As suas relações parecem-nos implicadas na própria estrutura dos níveis e na das funções que a elas correspondem, que aqui designamos constituente e integrante”. (Benveniste, 1966: 135).

Mas para dar o tratamento enunciativo para as formas da língua Benveniste retoma a questão do elemento subjetivo, já colocada por Bréal, e desenvolve a sua teoria da subjetividade na linguagem. Dessa forma, não é o sistema da língua que tem relação com as coisas, mas ao dizer “eu” o homem se marca na língua e a língua tem marcas que o colocam na língua. “Eu” é quem diz “eu”, é uma relação necessária, não importando o referente. A subjetividade de que trata Benveniste é uma questão lingüística, pois há formas da língua que marcam o elemento subjetivo na enunciação.

² Discurso aqui tem um sentido mais amplo. Relaciona-se a questão da significação e sentido na linguagem de maneira global, ou seja, diferente da noção de signo como valor semiótico.

O lingüista se mantém na filiação estruturalista, mas também rompe em alguns aspectos com o estruturalismo no que se refere ao sistema da língua, tal como o considera Saussure, como um sistema fechado de signos que se relacionam sincronicamente. Benveniste se diferencia desta posição pela questão da significação, através do estudo da subjetividade na língua. Ainda que também considere a língua como um sistema fechado, pois para ele o sistema de signos é condição de significância, ele mostra que no próprio sistema constitui-se a subjetividade na língua, daí sua teoria da intersubjetividade na linguagem.

Segundo o lingüista, há dois modos que se combinam na língua para a significação: o semiótico e o semântico. No semiótico trata-se de distinguir um signo lingüístico, no sentido saussuriano, ou seja, se se reconhece a existência de um signo ou não a partir de sua unidade. No semântico trata-se da questão do sentido mais globalmente e considera a referência que não é considerada no semiótico. O semântico está relacionado ao campo da enunciação e do discurso. Assim a língua é revestida de uma dupla significância, na qual o semiótico (o signo) é o que deve ser reconhecido e o semântico (o discurso) é o que deve ser compreendido, segundo Benveniste (1974: 66). No entanto temos que a estrutura da língua tem que ser descrita enquanto o que faz significar.

Em Benveniste (1974) temos a concepção de enunciação considerando uma relação do locutor com a língua: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.” (ibidem: 82). Ele fala dos caracteres formais da enunciação, a partir da manifestação individual que ela atualiza. E para isso considera na enunciação o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização e afirma que “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua.” Ele compreende a

enunciação na perspectiva da intersubjetividade, através de um processo de apropriação do aparelho formal da língua pelo locutor que, ao fazer isso, instaura diante de si o outro.

Para ele a temporalidade é produzida na e pela enunciação. O presente se torna possível só pelo ato de enunciação. Assim, o tempo da linguagem não é cronológico. Temos “eu” e para esse “eu” temos um passado, um presente e um futuro e esses três tempos estão no tempo presente da enunciação. Ele não considera a história e sim a centralidade do “eu”.

Segundo Benveniste, há que se considerar a situação da enunciação para que haja referência. Mas não é só a situação da enunciação que interessa como também a sui-referencialidade. Afirma, com isso, que a reflexividade está no “eu” (“eu” é aquele que diz “eu” na presente situação). A noção de enunciação é, portanto, restrita, mas o interessante é que ele já amplia o conceito de língua, pois fala sobre formas de significar diferentes. Há a semantização da língua pela enunciação. Semantizar a língua é dar condições de referencialidade e de sui-referencialidade. A categoria de pessoa (participação no diálogo) é que permite trabalhar a subjetividade (eu) na linguagem. O “aqui” é sempre do locutor. O “eu” é a única pessoa subjetiva na língua. É a dêixis da coordenada zero de tempo e espaço. O “tu” é pessoa não subjetiva. O “ele” é não-pessoa não-subjetiva.

A enunciação se caracteriza, então, por constituir um quadro figurativo (eu = origem / tu = destino). Deve-se inverter a posição de Benveniste. O que ele chama de quadro figurativo, Guimarães (2002) vai tratar como cena enunciativa. A questão que se põe não é: origem – destino, mas sim figuras que compõem esse acontecimento lingüístico. Em Benveniste a enunciação é uma realização individual e é definida em relação à língua como um processo de apropriação. *“O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de*

procedimentos acessórios, de outro". (ibidem: 84). Essa relação do locutor com a língua, pela apropriação, vem da necessidade que o locutor tem de referir pelo discurso, o mundo. "*A referência é parte integrante da enunciação*". (ibidem: 84). Portanto, o conceito de enunciação de Benveniste pressupõe uma relação em abstrato. Mas o fato é que dizer "eu" não é uma forma abstrata, não é um processo automático que pressupõe a centralidade, a onipotência do locutor, como está colocado. Da nossa perspectiva a significação se dá numa relação de um lugar social do locutor com a língua, considerando a exterioridade da linguagem que não está colocada para Benveniste. A história para ele aparece como diacrônica e temporal.

1.2 A enunciação em Ducrot: o social na língua

Para Ducrot (1984) a enunciação é o aparecimento do enunciado ou do discurso, como a sua erupção num lugar determinado da história. É o acontecimento lingüístico. Vale ressaltar que para Ducrot, o discurso é entendido como uma seqüência de enunciados ligados entre si e é também, na sua perspectiva, a realização (aquilo que foi realizado, o objeto produzido) de um texto. Ele faz uma distinção entre os conceitos de frase e texto por um lado e de enunciado e discurso por outro. Os dois primeiros se relacionam ao conceito de significação como representação semântica deles e os dois últimos se relacionam ao sentido. Assim, Ducrot afirma que o sentido se constitui enunciativamente no discurso³.

Outro trabalho de Ducrot que é importante para o nosso percurso acerca do conceito de enunciação com o qual vamos trabalhar, é o texto sobre implícito e pressuposição. Aqui,

³ O conceito de discurso, para Ducrot (1984), é entendido como "uma seqüência de enunciados ligados entre si: um discurso será, portanto, uma realização de um texto." Discurso é para ele bem próximo do conceito de texto que utilizamos cotidianamente.

Ducrot (1972) concebe o conceito de língua, numa via já aberta por Benveniste, não somente como condição da vida social, mas como um modo de vida social. “*A língua é o estabelecimento das regras de um jogo*”. Aqui Ducrot discorda de Saussure e considera que a língua não é mero instrumento de comunicação. (Ducrot: 1972: 12).

Nesse sentido, há coisas que não se podem dizer e que são da ordem do social. É o que podemos chamar de interdição enunciativa ou de tabus lingüísticos, nas palavras de Ducrot. São certas interdições ligadas ao modo de dizer, mas que não quer dizer que essas mesmas coisas não sejam ditas. Ele não se refere somente a palavras que não podem ser ditas, mas principalmente a temas inteiros que são proibidos ou protegidos pelo silêncio. Assim, a pressuposição consiste em mostrar todo um dispositivo de convenções e de leis (no interior da língua), que funciona como um quadro institucional que regula o debate dos indivíduos.

Há dois procedimentos de implicitação segundo Ducrot: i. os que se fundamentam no conteúdo do enunciado (exemplo: diz que faz bom tempo para entender que vai sair). É um tipo de enunciado que simplesmente assinala uma proposição implícita. Essa proposição tem uma existência indiscutível já que a própria lacuna é indiscutível, mas essa existência permanecerá sempre oficiosa, na medida em que só o destinatário é instado a preencher essa lacuna, segundo Ducrot; ii. os que funcionam na instância da enunciação. É o que ele trata também como os subentendidos do discurso. Nessa instância há que se parafrasear os “conteúdos” dos enunciados. Nesse sentido o trabalho do semanticista é saber explicitar o modo como é possível esse conjunto de conteúdos existir e operar, ou seja, o implícito não está aqui no nível do enunciado, como um prolongamento do nível explícito, mas sim na condição de existência do ato da enunciação. (Ducrot, 1972: 17).

A linguagem funciona porque ela engrena seu funcionamento com certas condições exteriores, senão não funciona. Desse modo podemos ver que em Ducrot há a articulação do interno com o externo. As duas formas do implícito (do enunciado e da enunciação) tratadas pelo autor funcionam enunciativamente e articulam o “fora” de maneiras diferentes.

A questão que se coloca para Ducrot então é: como caracterizar o implícito? Para isso ele apresenta quatro maneiras: 1. manifestação involuntária; 2. manobra estilística (pragmática griceana); 3. conotação; 4. significação atestada.

A manifestação involuntária é o lapso da enunciação, ou seja, é quando há a necessidade de fazer saber sem a responsabilidade de proclamar e assim a implicação perde qualquer possibilidade de efetividade. O mecanismo de manifestação involuntária “*não satisfaz inteiramente, por definição uma certa forma, consciente, da necessidade do implícito*”. (ibidem: 22). Aqui o problema parece ser oposto ao da manobra estilística, porque é incapaz de falar do que foi implícito e, sendo assim, não é bem sucedido.

A manobra estilística implica no fato de que o falante quer dizer x, mas não pode ou não quer fazer diretamente. É o inverso da manifestação involuntária. Porém, ocorre que “*tais manobras fundam-se numa condição de segredo: só podem ser sucesso quando não são reconhecidas, quando o destinatário não se dá conta do artil do qual é o objeto. Se podem permitir ao locutor negar ter dito é porque, de fato, ele não disse.*” (ibidem: 24). Mas aqui há uma contradição porque ou o interlocutor entende a “manobra” e responsabiliza o falante por isso ou ele não entende a manobra e por isso mesmo não funciona.

A conotação é quando o plano da expressão, o significante é ele próprio composto pela união de uma expressão e de um conteúdo, ou seja, quando é ele mesmo linguagem.

Para Ducrot, o mecanismo de conotação estabelece uma espécie de codificação que pode fixar em figuras retóricas as manobras estilísticas.

“O que se torna então significativo, num ato de enunciação, não é mais apenas o enunciado, mas o fato de ele ter sido, num dado momento, objeto de uma enunciação. E o significado não é mais somente o sentido do enunciado, mas o conjunto de condições sócio-psicológicas que devem ser satisfeitas para que ele seja empregado”. (ibidem: 25).

Cria-se, com isso, uma espécie de código conotativo que faz a ligação direta entre cada enunciação e o conjunto de significações implícitas.

Mas num enunciado como “A porta está aberta” há vários sentidos possíveis que podem ser veiculados aqui. A enunciação pode se referir ao fato empírico de uma porta estar aberta ou pode apontar um sentido diferente, como, por exemplo, de que há grandes chances de se conseguir um trabalho, enfim, o problema para Ducrot é perceber que o implícito está codificado e então ele não seria das condições de enunciação. Há incompatibilidade entre o código e o implícito.

A significação atestada, entendida de maneira oposta a significação expressa, é o modo como Ducrot vai conceber a questão do implícito, da significação implícita. Com o implícito o locutor atesta uma outra significação e isso independe da vontade ou não-vontade dele. Não se trata, nessa perspectiva, de intenção ou vontade, mas de atestação. O locutor ao dizer atesta sentidos, significações. Assim, das quatro maneiras de se caracterizar o implícito apresentadas por Ducrot, é a significação atestada a que ele apresenta como a que cumpre tal papel.

A exterioridade aqui é tratada por Ducrot, no sentido de que há, no sistema de regularidades lingüísticas, articulações produzidas na linguagem que aliam externo e

interno. Essa exterioridade é articulada por uma deontologia da língua, no sentido de que há formas na língua que estão socialmente destinadas a fazer algo, portanto tem uma exterioridade social que está na forma. É diferente da perspectiva da pragmática, da noção de ato da pragmática que trataria disso pela questão da intenção do sujeito. Segundo Ducrot não é a vontade, a intenção do sujeito que interessa analisar, mas sim as formas lingüísticas que, quando ditas de tal maneira, podem funcionar como promessa, ordem, etc.

Após essa classificação que faz Ducrot dos modos de se caracterizar um implícito ele apresenta, por contraste, um outro tipo de implícito, não-discursivo, que é a pressuposição. O autor mostra a partir de algumas análises que com a pressuposição é possível dizer alguma coisa como se ela não fosse dita e isso situa a pressuposição entre as formas do implícito. Assim, num enunciado onde há pressuposição há uma voz genérica que o locutor e interlocutor assumem como pressuposta.

O pressuposto, de certo ponto de vista lógico, é uma condição de verdade. Apresenta-se como sendo reconhecido na interlocução. Para Ducrot, do ponto de vista enunciativo, o pressuposto se apresenta como estabelecimento do quadro enunciativo. Este é um aspecto importante acerca do pressuposto porque ele se reporta a uma certa exterioridade de um certo modo. Na pressuposição os modos de articulação com o fora são diferentes do modo como ocorre com o implícito. A exterioridade sempre se articula, se liga à linguagem pelos modos de dizer, mas vemos aqui em Ducrot que isso está na estrutura da língua também. Dessa forma, é próprio do funcionamento da linguagem se articular com o fora, com essa exterioridade. O estudo de Ducrot nos possibilita ver como há certas formas da língua que estão destinadas a cumprir esse papel. Veremos agora um pouco mais sobre a pressuposição. Aqui Ducrot faz um estudo que trata da pressuposição como um ato de fala.

Ainda tomando como referência a obra “Princípios de Semântica Lingüística” (1972), no capítulo específico em que Ducrot trata da noção de pressuposição como o ato de pressupor, é importante observar que aparece já aí a pressuposição com base no social, no que se refere às relações internas da língua, e não no individual. Para tratar da pressuposição como um ato de pressupor, ele se utiliza da teoria geral dos atos de fala dos filósofos de Oxford para se contrapor a sua concepção de pressuposição, a qual considera bastante restritiva. Para Ducrot, há certas formas da língua que estão socialmente destinadas a fazer essa ação. Ele diz que o caráter essencial da pressuposição é “*o direito, reconhecido ao locutor na deontologia lingüística, de impor um quadro ideológico à troca de falas cuja origem é a enunciação; de modelar o universo do discurso*”. (ibidem: 107). Ele segue dizendo que ainda que outras formas lingüísticas cumpram esse papel, como é o caso da interjeição, o que confere especial importância à pressuposição é que ela não constitui um fenômeno isolado como é caso da interjeição, pois a pressuposição manifesta-se quase em toda parte, no léxico como na sintaxe. Definir a pressuposição nessa perspectiva é “*admitir que a ação dos interlocutores uns sobre os outros não é um efeito acidental da fala, mas está prevista na própria organização da língua.*” (ibidem: 108). Mais uma vez está colocado que a língua não é mero instrumento para a comunicação, mas funciona constituindo todo um código de relações humanas. Ducrot trata da pressuposição com base no social, mas é tratando das estruturas da língua, é internamente à língua, por uma deontologia da língua que temos o sentido sendo produzido por determinadas formas da língua que, como ele afirma, estão socialmente destinadas a cumprir tal papel.

Esse estudo de Ducrot sobre a noção de pressuposição procura tratar da pressuposição como um ato de fala. Ele retoma uma questão inicial da teoria dos atos de fala que é a noção de enunciado performativo tratada por Austin. Esse trabalho de Ducrot é

importante para o nosso percurso acerca do conceito de enunciação porque, como veremos mais adiante, é a partir do que Ducrot fala sobre os performativos (modo social de agir) que Deleuze e Guattari vão falar que o agenciamento da enunciação é coletivo, portanto a noção de pressuposição e mesmo de implícito não são as que nos interessam em princípio, mas sim o que, a partir delas é trabalhado por Ducrot através da performatividade. Assim, retomando a noção de enunciado performativo, temos que os performativos cumprem duas funções: primeiro eles descrevem e derivam para a ação e segundo eles “fazem”, realizam. Em seguida Ducrot nos apresenta como Benveniste, independentemente de Austin, também tratou da performatividade em sua teoria lingüística. Para Benveniste é a subjetividade na enunciação que produz a ação nos performativos. Por exemplo, no enunciado “Eu prometo que...” a ação se dá quando eu digo, quando eu enuncio e junto com o sentido do verbo a ação é realizada. Isso é possível devido à auto-referencialidade da enunciação, segundo a teoria de Benveniste. Conforme Benveniste, o performativo tem que ser o verbo na primeira pessoa do indicativo para fazer alguma coisa. É derivado da sui-referencialidade. É exatamente porque está em primeira pessoa que esse verbo se transforma em performativo. É porque temos “eu” que se dirige a um “tu” configurando uma cena intersubjetiva é que temos o performativo e, nesse sentido, “ele promete que” não é um performativo.

Já em Ducrot, o estudo da performatividade se apresenta diferentemente de Benveniste e Austin. No entanto, é preciso entender que Ducrot reformula o conceito de performatividade a partir de Austin. Dentro da teoria dos atos de fala há uma diferença entre Austin, Searle e outros autores. Nesse sentido, Ducrot se aproxima mais de Austin, e se opõe mais a Searle e Grice, por exemplo. Essa aproximação é no sentido de que Ducrot, bem como Austin, trata do caráter institucional que há na teoria da performatividade, ainda

que Ducrot se diferencie de Austin por pensar nesse caráter institucional, social na língua. Nesse sentido, Ducrot, na mesma via aberta por Austin, se opõe a Benveniste porque não é a sui-referencialidade da enunciação que constitui o performativo como é para Benveniste, que entende a teoria da performatividade como derivada da delocutividade pela sui-referencialidade. Ducrot propõe uma inversão do esquema de Benveniste. Assim, ele afirma que é preciso tomar como ponto de partida, para os performativos, que “*certos enunciados são socialmente consagrados à realização de certas ações, e explicar, a partir daí, que eles sejam interpretados como auto-referenciais quando comportem morfemas subjetivos.*” (Ducrot, 1972: 83). O ato de pressupor, como parte da deontologia da língua, está socialmente destinado a cumprir, a realizar certas ações, e assim é que temos a performatividade com base no social (das relações internas da língua) e não no individual como é para Benveniste. Existem certas expressões que estão destinadas a produzir certos sentidos, que têm um sentido, como dissemos anteriormente.

Ducrot também se diferencia de Benveniste no que diz respeito à questão da apropriação da língua pelo locutor. Para ele a enunciação não é individual. É socialmente que acontece a deontologia da língua. Não é uma apropriação individual, mas é um modo social de enunciar que faz com que haja então uma deontologia do dizer, um traçado no dizer que, quando dizemos, há sentidos que esse dizer significa socialmente. A questão do performativo em Ducrot é entendida como um modo social de agir. Nesse sentido, vejamos agora como Deleuze e Guattari tratam a questão do agenciamento da enunciação retomando algumas questões desse trabalho de Ducrot.

1.3 Deleuze e Guattari e a questão do agenciamento da enunciação

Para tratar da questão do agenciamento da enunciação em Deleuze e Guattari, nos basearemos fundamentalmente no texto “20 de Novembro de 1923 – Postulados da Lingüística” que compõe o volume 2 da obra *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Esta obra é de 1980 e a tradução brasileira a qual estamos nos referenciando aqui é de 1995. Na tradução brasileira, ela está dividida em cinco volumes e no volume 2 os autores fazem uma crítica da dualidade simples de conteúdo/expressão a partir do conceito de agenciamento coletivo da enunciação. Eles analisam a questão do agenciamento da palavra de ordem e para isso, um primeiro ponto que discutem é que a língua seria informativa e comunicativa.

Segundo os autores “*A unidade elementar da linguagem – o enunciado – é a palavra de ordem*”. (Deleuze e Guattari, 1995:12). Eles afirmam que a linguagem não é feita para que se acredite nela e sim para obedecer e fazer obedecer. Nesse sentido, a regra de gramática, por exemplo, é um marcador de poder antes de ser um marcador sintático.

A palavra de ordem é uma função-linguagem, uma função coextensiva à linguagem e não a origem da linguagem:

“Se a linguagem parece sempre supor a linguagem, se não se pode fixar um ponto de partida não-lingüístico, é porque a linguagem não é estabelecida entre algo visto (ou sentido) e algo dito, mas vai sempre de um dizer a um dizer”. (Deleuze e Guattari, 1995: 13).

Assim, todo discurso é indireto. A linguagem fala da linguagem. Deleuze e Guattari fazem alusão ao exemplo já tratado por Benveniste sobre a “linguagem” das abelhas. Há comunicação, mas não há linguagem porque uma abelha que percebeu um alimento pode comunicar isso à outra abelha que não o tenha percebido, mas a que não percebeu não pode

comunicar, ainda que tenha sido comunicada. Esse exemplo é para afirmar que a linguagem não vai somente de um primeiro a um segundo, mas necessariamente de um segundo a um terceiro e por isso é que a linguagem é transmissão de palavra funcionando como palavra de ordem e não comunicação de um signo como informação. “*A linguagem é um mapa e não um decalque*”. (ibidem: 14). Nesse sentido, vemos que a filosofia do acontecimento de que trata Deleuze e Guattari se utiliza da teoria da enunciação para trazer a questão do agenciamento. Nessa perspectiva, não é o indivíduo que fala por si, o que há é um agenciamento coletivo pelo qual ele fala.

A questão que se põe então é entender como a palavra de ordem pode ser uma função coextensiva à linguagem já que a ordem, na linguagem, se restringe a um tipo específico de forma: o imperativo. Para tratar disso os autores se apóiam em Ducrot, especialmente no que se refere à questão do performativo e as importantes conseqüências que se tira daí, como por exemplo, a impossibilidade da distinção entre semântica e pragmática.

Deleuze e Guattari retomam Benveniste para a discussão mostrando que para tal autor o performativo não remete a atos, mas sim a propriedades de termos sui-referenciais, no sentido de que há uma intersubjetividade na linguagem que dá conta dos atos de fala ao invés de pressupô-los. Em seguida, Deleuze e Guattari mostram que Ducrot inverte o esquema de Benveniste, como já vimos no item 1.2 deste mesmo capítulo, dizendo que os enunciados estão socialmente consagrados à realização de determinadas ações, não sendo, portanto, o fenômeno da sui-referência que dá conta do performativo. E os autores apontam, a partir da leitura de Ducrot, que o próprio performativo é explicado pelo ilocutório, o qual constitui os pressupostos implícitos. Eles afirmam:

“E o ilocutório, por sua vez, é explicado por agenciamentos coletivos de enunciação, por atos jurídicos, equivalentes de atos jurídicos, que coordenam os processos de subjetivação ou as atribuições de sujeitos na língua, e que não dependem nem um pouco dela.” (ibidem:16).

Para eles, as *palavras de ordem* não se constituem só com enunciados explícitos no imperativo, mas está na relação de qualquer palavra ou enunciado com pressupostos implícitos. A palavra de ordem não é somente um comando, mas são todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma “obrigação social”. E segundo os autores, não existe enunciado que não apresente esse vínculo, direta ou indiretamente. Somos tomados por uma palavra de ordem. Ao dizer me digo ‘eu’ e me subjetivo por dizer uma palavra de ordem socialmente aceita. Não é o dizer ‘eu’ (forma) como afirma Benveniste.

Assim, eles afirmam que a linguagem não seria nem comunicativa nem informativa, a linguagem é transmissão de palavra de ordem, ainda que seja de um enunciado a outro ou no interior de cada enunciado. Não há enunciação individual nem sujeito de enunciação e isso tem a ver com o caráter necessariamente social da enunciação, segundo os autores. Eles dizem que poucos lingüistas analisaram o caráter social da enunciação. Labov e Bakhtin analisaram, ainda que de maneiras diferentes. Para Deleuze e Guattari só se trata de fato do caráter social da enunciação se chegamos a mostrar como a enunciação remete, por si mesma, aos agenciamentos coletivos. “Assim, compreende-se que só há individuação do enunciado, e da subjetivação da enunciação, quando o agenciamento coletivo impessoal o exige e o determina”. (ibidem: 18). Exemplo disso é o discurso indireto e mais ainda o discurso indireto livre, pois não existe inserção de enunciados diferentemente individuados, nem um encaixe de sujeitos de enunciação diversos. O que existe é um agenciamento coletivo determinando como sua consequência os processos relativos de subjetivação, determinando assim as atribuições de individualidades no discurso. É o agenciamento que

vai explicar o discurso indireto e não a distinção dos sujeitos. “*É a noção de agenciamento coletivo da enunciação que se torna a mais importante, já que deve dar conta do caráter social.*” (ibidem: 18).

Para nós interessa ver, com Deleuze e Guattari, que há um agenciamento coletivo da enunciação. Os autores postulam, numa via aberta já por Ducrot através do estudo dos performativos, que o enunciado é palavra de ordem. É, portanto pelo agenciamento coletivo impessoal que a palavra de ordem se dá na língua, como uma função coextensiva à linguagem. Aqui é agenciamento e não deontologia porque os autores não tratam das relações estritamente lingüísticas, como é o caso de Ducrot. Dessa forma, temos em Deleuze e Guattari também uma maneira diferente de articular o “fora” na linguagem. No entanto, ainda que os autores ultrapassem a marca do estritamente lingüístico seria problemático nos referenciaros somente em tais autores para o estudo da enunciação enquanto agenciamento coletivo, pois a nossa perspectiva é de uma semântica do acontecimento que considera a história, que há um real histórico que constitui os sentidos na linguagem, que produz historicidade. Para isso, é preciso que se pense nas condições de produção do enunciado e a relação com os sujeitos.

1.4 A enunciação para Bakhtin: a palavra é uma enunciação completa

Consideramos importante passar também pelo trabalho de Bakhtin acerca do conceito de enunciação, ainda que de maneira muito rápida, porque quando pensamos no corte saussuriano temos em Bakhtin uma outra elaboração acerca do conceito de enunciação e, conseqüentemente de língua. Esta não se constitui para o autor como um sistema abstrato. A enunciação é considerada, pela filosofia marxista da linguagem, como

realidade da língua e também como estrutura sócio-ideológica. A língua é, nesse sentido, expressão das relações e lutas sociais e serve ao mesmo tempo de instrumento e de material dessas relações e lutas sociais. O que interessa para Bakhtin é justamente a fala, a enunciação. Estas são de natureza social e não individual. Assim, a crítica que é colocada pelo autor é em relação ao sistema de oposição língua/fala e sincronia/diacronia.

Se, por um lado, não estamos nos apoiando fortemente em Bakhtin para este estudo, por outro lado, pensamos que se nossa aproximação com os franceses, conforme apresentado no início deste capítulo, se dá no sentido de pensar certas contribuições para uma semântica que trata do excluído de Saussure, as elaborações de Bakhtin são fundamentais para uma compreensão do caráter social da linguagem. O autor referido trata disso numa via diferente da que trata Ducrot (relações estritamente lingüísticas). Assim, as questões trazidas por Bakhtin são de natureza mais filosófica. Estão no domínio da filosofia da linguagem a partir de uma filiação marxista.

Em “Marxismo e Filosofia da Linguagem” ao fazer sua crítica ao objetivismo abstrato e subjetivismo individualista é que ele afirma que a palavra é sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. Para ele o problema fundamental da semântica consiste em conciliar a polissemia da palavra com sua unicidade, problema que, de acordo com ele, só pode ser resolvido pela dialética. Sendo assim, o sentido é produzido no contexto de um processo ideológico, pelos sujeitos respondentes. A realidade concreta da linguagem, para ele, não considera que um locutor pronuncie ou escute palavras, mas sim verdades ou mentiras, coisas boas ou más, etc. Assim, os sujeitos compreendem as palavras e somente reagem àquelas que despertam nos sujeitos ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. É nesse sentido que ele afirma que a

enunciação é sempre construída como resposta, produzindo sentidos num contexto de um processo ideológico, como ele afirma.

Isso caracteriza a forma constitutiva da enunciação. Assim, só se compreende uma enunciação quando estamos no mesmo domínio ideológico. A relação que se estabelece é de enunciações completas de um lado e de outro, mas num mesmo domínio ideológico, de maneira que a “língua”⁴ da classe proletária da França é compreendida pela “língua” da classe proletária da Rússia, por exemplo. Temos a compreensão da língua proletária em diferentes países versus a língua da burguesia, que, neste caso, está em outro domínio ideológico, é outra “língua”.

Para a teoria bakhtiniana, a enunciação é de natureza social e nunca será explicada a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. Assim, o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão não é interior, mas exterior, “(...) *está situado no meio social que envolve o indivíduo. Só um grito inarticulado de um animal pode ser interior, do aparelho fisiológico do indivíduo isolado.*” (Bakhtin, 2004:121). Essa é uma reação que não é ideologicamente marcada. Desde o homem mais primitivo a enunciação é, do ponto de vista do seu conteúdo, da significação, organizada fora do indivíduo, seja pela situação mais imediata ou pelo contexto mais amplo possível do meio social que constitui uma determinada comunidade lingüística. A enunciação se dá na interação social.

Bakhtin dizia que o que faltava para a lingüística da sua época era uma abordagem da enunciação em si e não simplesmente que se trabalhasse a segmentação em constituintes imediatos. Para ele, as unidades reais da cadeia verbal são as enunciações. Porém, para estudar as formas dessas unidades é preciso que não sejam separadas do curso histórico das enunciações.

⁴ Estou tomando língua como discurso, num sentido amplo.

“Enquanto um todo, a enunciação só se realiza no curso da comunicação verbal, pois o todo é determinado pelos seus limites, que se configuram pelos pontos de contato de uma determinada enunciação com o meio extra verbal (isto é, as outras enunciações).” (Bakhtin, 2004: 125).

O limite de cada enunciação será sempre o discurso do outro, nessa perspectiva. Assim, uma análise que considere o conjunto das enunciações como unidades reais na cadeia verbal só se torna possível se se admite uma perspectiva que encare a enunciação individual como um fenômeno puramente sociológico, segundo Bakhtin. E, nesse sentido, uma filosofia marxista da linguagem deve ter como base de sua teoria a enunciação como realidade da linguagem e como estrutura sócio-ideológica. (ibidem: 126). Nessa perspectiva, a língua se constitui como um *processo de evolução ininterrupto*, que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*. As leis da evolução lingüística são leis essencialmente sociológicas para Bakhtin. A própria estrutura da enunciação é puramente social e a enunciação só se torna efetiva entre falantes. (ibidem: 127).

A concepção de enunciação como interação é determinada sócio-historicamente – no momento de atualização do enunciado – o significado está relacionado à história através do ato único de sua realização.

A enunciação é então pensada a partir de uma distinção entre tema e significação. Por tema⁵ podemos entender o sentido da enunciação completa. O tema é concreto, como o instante histórico a que a enunciação pertence. A significação são os elementos abstratos que são reiteráveis e idênticos cada vez que são repetidos. É o aparato técnico para a realização do tema. Vejamos o exemplo dado por Bakhtin:

“Que horas são?”

⁵ Tema é tratado por Bakhtin num sentido de unidade temática e não como o tema de uma obra de arte, por exemplo.

Esse enunciado, pronunciado em momentos históricos diferentes terá sempre a mesma significação, mas o tema será sempre outro. Não há tema sem significação e vice-versa. O tema se apóia numa certa estabilidade da significação para que tenha sentido, senão ele perde o elo com o que precede e o que segue. Para a compreensão do tema é preciso considerar os elementos não-verbais da situação, além das formas lingüísticas que entram na composição, como as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entoações. Se isso não acontece nós não temos uma boa compreensão da enunciação. Nas palavras de Bakhtin, é como se perdêssemos suas palavras mais importantes. A enunciação, somente tomada em sua amplitude concreta, ou seja, no instante histórico em que ela é produzida possui um tema. A fronteira entre tema e significação não é clara. De acordo com Bakhtin:

“A maneira mais correta de formular a inter-relação do tema e da significação é a seguinte: o tema constitui **o estágio superior real da capacidade lingüística de significar**. De fato, apenas o tema significa de maneira determinada. A significação é o **estágio inferior da capacidade de significar**. A significação não quer dizer nada em si mesma, ela é apenas um **potencial**, uma possibilidade de significar no interior de um tema concreto.” (ibidem: 131).

Só uma compreensão ativa é que pode permitir a apreensão do tema. Compreender é opor à palavra do locutor uma *contrapalavra*. É o próprio diálogo. E a significação, nessa perspectiva “*é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro.*” (ibidem: 132).

Essa preocupação de Bakhtin em pensar a enunciação em sua amplitude concreta, ou seja, a enunciação completa, é que se coloca numa perspectiva completamente outra quanto à de Saussure. Interessa, para nós, pensar no excluído de Saussure constituindo

assim uma semântica que leve em conta os elementos que são deixados de lado a partir do corte saussuriano. Interessa-nos também pensar as relações de linguagem numa relação necessária com o real histórico. O trabalho de Bakhtin acerca do caráter social da linguagem é importante para mostrar como a língua não é só estrutura, não é um simples sistema de códigos autônomo. No percurso que vimos fazendo sobre o conceito de enunciação, estamos também considerando um conceito de língua que não seja pura estrutura, código, ou instrumento para a comunicação. Nesse sentido é que interessa pensar a língua na relação com o sujeito e a história. Pensar em como uma determinada palavra produz sentidos num texto é pressupor essa relação como constitutiva da designação de uma palavra.

Na perspectiva semântica que adotamos veremos como o dizer se expõe ao real e como é o funcionamento da produção de sentidos de uma palavra num texto. Não é só o caráter social da língua que interessa para a análise, mas também o caráter histórico. Interessa ver como o acontecimento do dizer produz sentidos. O sentido se dá no acontecimento e é preciso considerar as suas condições de produção. Tratemos agora do conceito de acontecimento em Veyne (1998) e Pêcheux (1995) para depois passarmos a teoria da semântica do acontecimento.

1.5 O acontecimento em Paul Veyne

Em “Como se escreve a história” Paul Veyne discute, antes de tudo, a noção de história. Se a história é ciência ou não, que tipo de ciência é a história. Ele segue na perspectiva de que existe a história, mas não a história como tem sido feita nos dois últimos séculos. A questão do conceito de história é então recolocada epistemologicamente como

disciplina e, ao discutir o objeto da história é que ele vai tocar na questão do acontecimento, que é o que particularmente nos interessa para esse trabalho de pesquisa.

Os eventos reais que tem o homem como ator são eventos humanos. Para Veyne, o fato de os eventos humanos serem objeto da história é resultado da ótica escolhida. Um fato pode ser evento ou repetição. Se é evento é porque tem um interesse específico e isso é o que interessa analisar. Assim, a história seria uma narrativa de eventos e todo o resto seria resultado disso, segundo o autor. “*A história é, em essência, conhecimento por meio de documentos. Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento.*” (Veyne, 1998: 18).

Veyne diz que a história é filha da memória no sentido de que o acontecimento é construído ao narrá-lo. Um evento é destacado dentro de uma uniformidade. O acontecimento é o que faz diferença num fundo de uniformidade. Não é porque acontece num ponto do tempo, mas também não quer dizer que esteja fora do tempo.

Sobre essa questão, Veyne fala da relação entre bibliografia exhaustiva e estudo comparado e diz que este deveria ser tão consagrado quanto a bibliografia exhaustiva. Para ele “*o estudo de qualquer civilização enriquece o conhecimento que temos de uma outra (...)*” (ibidem: 21), exatamente porque o evento é diferença. Mas dizer que o evento é individual é uma qualificação ambígua de acordo com ele. Nesse sentido não se pode dizer que o objeto da história é o que jamais é visto duas vezes porque o fato de que “*dois acontecimentos se repitam, ainda que se repitam exatamente da mesma forma, é uma coisa; que continuem sendo dois, é outra, e é o que conta para o historiador.*” (ibidem: 21-22). Não se faz uma tipologia para a história como se faz em outras ciências.

Segundo Veyne, para a História em geral, o que individualiza os eventos não é a diferença de detalhes, seu conteúdo ou mesmo o que são os eventos. O que os individualiza

é o fato de que acontecem num dado momento. Para o autor, a história nunca se repetiria, mesmo que viesse a contar a mesma coisa, ou seja, pode-se falar de um mesmo evento do ponto de vista material, mas eles serão irreduzíveis do ponto de vista temporal. No entanto, veremos que do ponto de vista de Veyne não é o tempo que especifica a história, mas é a série. Por mais que um evento se repita ele será sempre outro evento e terá sempre interesse para o historiador, pela série em que este o coloca.

Para Veyne o campo da história é totalmente indeterminado, mas passa por uma exigência de que tudo o que se inclua no campo da história tenha realmente acontecido. Ele diz que a história tem uma natureza lacunar e isso tem relação com as maneiras de se contar a história. Os diferentes livros de história mostram essa diferença. Como há diferentes maneiras de se recortar a história, Veyne considera também a noção de não-factual que, na concepção dele é a historicidade da qual não temos consciência como tal. Já quando toca no conceito de história geral, ele se pergunta sobre o que determina que um fato seja mais importante que outro. Há pequenos e grandes acontecimentos, mas o que interessa para a história geral são os grandes acontecimentos. Assim, a guerra de 1914 é digna de história e o resto é notícia de jornal, como por exemplo, o incêndio do Bazar de Caridade. Ele discute essa questão e diz que os pequenos acontecimentos sugerem muitas coisas para um hábil historiador. É porque a historicidade reflete-se na vida cotidiana, por isso é importante olhar também aí. Quanto mais se alarga o horizonte factual mais parece indefinido. Isso não significa que se deva fazer história da vida cotidiana. Ocorre que *“um acontecimento só é conhecido mediante indícios e que qualquer fato da vida de todos os dias é indício de algum evento.”* (ibidem: 32).

Veyne afirma que não existe “a História”, mas “história de...” e sobre o acontecimento ele diz: *“Um acontecimento só tem sentido numa série, o número de séries é*

indefinido, elas não se ordenam hierarquicamente e veremos que também não convergem para um geometral de todas as perspectivas.” (ibidem: 34). Essas características que ajudam a definir o que seja um acontecimento nos interessam particularmente. Pensar no que o constitui, seja a diferença ou a ruptura, como veremos mais adiante.

Mas se tudo o que aconteceu for digno de história, teríamos algo como um caos. Nesse sentido, Veyne diz que *“a história não se interessa pela originalidade dos acontecimentos individuais, mas por sua especificidade.”* (ibidem: 41). Temos aqui uma outra característica para o acontecimento: o específico. Escolhe-se o assunto da história, mas dentro desse assunto os fatos são o que são, não mudam. Ele não trata da história como fatos, nem como um geometral, mas como tramas, no sentido de que os fatos não existem isoladamente e a trama é então o tecido da história. Assim:

“(…) um mesmo “acontecimento” pode ser disperso por várias tramas, inversamente, dados pertencentes a categorias heterogêneas – o social, o político, o religioso... - podem compor um mesmo acontecimento.” (ibidem: 44).

Nessa perspectiva os acontecimentos são “fatos sociais totais”. Para Veyne isso quer dizer que nossas categorias tradicionais mutilam a realidade.

Sobre a estrutura do campo factual temos que *“(…) o campo factual não compreenderia lugares que se iria visitar e que se chamariam acontecimentos: um fato não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis.”* (ibidem: 45). Assim ele fala do evento chamado Guerra de 1914. Aqui as operações militares e a atividade diplomática é um itinerário que vale tanto quanto outro, segundo o autor. Mais uma vez, sobre os acontecimentos ele diz:

“Os acontecimentos não são coisas, objetos consistentes, substâncias; eles são um corte que realizamos livremente na realidade, um aglomerado de procedimentos em que agem e produzem substâncias em interação, homens e coisas. Os acontecimentos não apresentam uma unidade natural; não se pode, como o bom cozinheiro do Fedro, cortá-los conforme suas articulações, pois eles não as possuem.” (ibidem: 46).

Nessa medida os acontecimentos não existem com a consistência de um objeto concreto. Eles também não podem ser comparados a um geometral porque isso seria enganoso e perigoso, como diz o autor, pois sua inacessível verdade integraria os inumeráveis pontos de vista que teríamos sobre eles, e todos seriam detentores de sua verdade parcial. Por outro lado, ele considera que os acontecimentos não são totalidades e sim núcleos de relações e, nesse sentido, Veyne afirma que tudo é histórico, mas existem apenas histórias parciais.

Para Veyne “*a importância do acontecimento, dentro de seu contexto, determina o número de linhas que o historiador vai lhe conceder, porém não decide a escolha deste.*” (ibidem: 55). A história interessa-se por acontecimentos individualizados onde é possível encontrar uma espécie de generalidade, ou melhor, de especificidade. O indivíduo, seja como for seu papel na história, só conta pela sua especificidade, como representante de alguma categoria. A distinção que se faz então é entre singular e específico. Podemos pensar no exemplo do Lula. Há, na série de presidentes eleitos no Brasil os vários indivíduos que ocuparam esse “cargo”. Mas há algo de específico quando se elege Lula porque ele, como representante da categoria de operário sindicalista chega, pela primeira vez na história do Brasil a ocupar tal cargo pelas vias “democráticas”. Não interessa analisar o fato do indivíduo Lula ser o presidente, mas a diferença está em ser o primeiro dessa categoria, diferentemente de todos os outros que o antecederam. É aí então que se

passa da singularidade individual à especificidade e tudo o que for específico é histórico. Portanto o que a história faz não é contar a história dos indivíduos, mas toma por objeto a paradoxal individualidade. Não é, por exemplo, o indivíduo Luís XIV que interessa, mas o rei Luís XIV que é na realidade personagem da história. O acontecimento tratado como o específico será muito importante para a noção de acontecimento com a qual trabalhamos aqui como veremos adiante.

Um acontecimento não é algo absoluto. Ele entra numa série e só tem importância relativa na sua série. É só assim que pode ganhar estatuto de acontecimento. Os historiadores recortam os acontecimentos, e definir o que é acontecimento é no fundo definir o que é história. Por isso a importância da discussão do conceito de história. As coisas não são história pelo simples fato de existirem. Vai depender do recorte que se dê. Há o exemplo do casamento de Henrique VIII – o casamento em si não tem dimensão absoluta, não é um acontecimento. Ele só é acontecimento enquanto parte de uma intriga, enquanto parte de uma “série”, na perspectiva de Veyne. A história não trata da individualidade de uma certa personagem real. O acontecimento não é visto de forma empírica. O interesse está no que se encontra de diferente, de significativo no social. É nesse sentido que a história existe para Veyne e individuação aqui tem outro sentido, o do específico, do diferente numa série. A diferença se faz, mas interessa saber o que ela significa ao se fazer. Para Frege a palavra tem sentido e se refere a partir do seu sentido. Está-se assim num domínio referencialista. Mas a palavra não funciona como uma seta que vai para o objeto. Há um sentido da palavra para o objeto. É possível falar de tal objeto porque ele está significado na linguagem.

Essas questões tratadas por Veyne sobre acontecimento nos interessam na medida em que, a diferença, o específico são fatores que caracterizam o acontecimento. Na

perspectiva da semântica do acontecimento, enunciar é sempre acontecimento. Em Veyne temos que é preciso “espantar-se” para ter a diferença e é fazendo comparações que se pode observar a diferença. Podemos pensar com Veyne que o acontecimento é diferença sim, mas para a semântica do acontecimento temos que a própria enunciação é acontecimento, portanto é possível apontar para uma posição que considere que cada enunciação é diferente e o que caracteriza essa diferença é a temporalidade que a constitui, como veremos mais detalhadamente adiante. A diferença do acontecimento de enunciação é que cada um tem a sua própria temporalidade: um presente, um passado e um futuro. O passado que entra é o memorável, é o que é recortado, é o que do passado é rememorado no acontecimento (Guimarães, 2002). O conceito de acontecimento é pensado em diferentes campos epistemológicos. Vimos em Veyne a relação entre acontecimento e história. Veremos agora como Pêcheux trata do acontecimento na relação com o discurso e por fim como pensamos o conceito de acontecimento na relação com a enunciação.

1.6 O acontecimento discursivo em Pêcheux

Para tratar do acontecimento, Pêcheux analisa o enunciado “*On a gagné. [Ganhamos.]*” que se refere à vitória eleitoral de François Mitterrand, para presidente, na França em 10 de maio de 1981. Para isso ele vai fazer uma análise que entrecruza três caminhos: o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação no interior da análise do discurso.

“Paris, 10 de maio de 1981, 20 horas (hora local): a imagem, simplificada e recomposta eletronicamente, do futuro presidente da República Francesa aparece nos televisores... Estupor (de maravilhamento ou de terror): é a de François Mitterrand!” (Pêcheux, 2006: 19).

Assim Pêcheux introduz a análise do acontecimento de maio de 1981, descrevendo e interpretando o contexto de atualidade e o espaço de memória que tal acontecimento começa a reorganizar (o do socialismo francês). Esse acontecimento que era tido como improvável vem de um confronto discursivo que se dá bem antes de 10 de maio de 1981 porque é um processo, um trabalho de formulações e de diferentes posições no campo político. Todo esse processo que tencionava: de um lado para a concretização da vitória de Mitterrand e de outro para a derrota, vai continuar, mas marcado pela novidade de 10 de maio, ou seja, pelo acontecimento de 10 de maio. Em suas análises desse enunciado/acontecimento “*Ganhamos!*”, Pêcheux mostra que a novidade não tira a opacidade do acontecimento, inscrita no jogo oblíquo de suas denominações: os enunciados. Assim, temos:

“F. Mitterrand é eleito presidente da República Francesa”

“A esquerda francesa leva a vitória eleitoral dos presidencialistas”

“A coalizão socialista-comunista se apodera da França”

Como afirma Pêcheux, esses enunciados não estão em relação interparafrástica. Eles remetem ao mesmo fato, o da vitória de F. Mitterrand nas eleições, mas não constroem as mesmas significações. O confronto discursivo prossegue através do acontecimento. Mas, podemos dizer que o que caracteriza um acontecimento, na perspectiva discursiva, é uma ruptura? Se não, todos os fatos, todas as vitórias de presidentes seriam acontecimentos?

É preciso considerar as condições de produção dessa enunciação: “*Ganhamos!*” Todos os parisienses para quem esse acontecimento é uma vitória tomam a Praça da Bastilha para gritar com intensidade “*Ganhamos!*”. Pêcheux mostra que a materialidade discursiva desse enunciado coletivo é muito particular e não tem nem o conteúdo, nem a forma e nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem. Constitui, diferentemente,

uma retomada direta, no espaço do acontecimento político, do grito coletivo dos torcedores de uma partida de futebol, que, obviamente, acaba de ser vencedora. A torcida é tão intensa quanto era improvável a vitória. Aqui, o jogo metafórico em torno do enunciado “*Ganhamos!*” vem sobredeterminar o acontecimento e evidenciar sua equivocidade. Se fosse um jogo de futebol, por exemplo, o resultado da partida seria “naturalmente” objeto de comentários, avaliações, etc., dentro de um universo logicamente estabilizado, pois é um jogo dentro de uma série de outros jogos que já aconteceram ou ainda vão acontecer. A pergunta “quem ganhou?” é factual. Foi X ou foi Y. Como coloca Pêcheux: “quem ganhou na verdade? Em realidade? Além das aparências? Face à história?” etc. são questões que seriam despropositadas ou mesmo absurdas se estiver se referindo a uma partida de futebol. Sabemos que, tomando pelo âmbito da mídia, o que se diz sobre resultados eleitorais apresenta a mesma univocidade lógica. Assim, dizer no dia 10 de maio depois das vinte horas “François Mitterrand foi eleito presidente da França” é uma proposição verdadeira e ponto.

Mas ao mesmo tempo o enunciado “*Ganhamos!*” é profundamente opaco. Sua materialidade léxico-sintática coloca esse enunciado numa rede de formulações associativas que estão implícitas. São paráfrases, implicações, comentários, etc. É uma série heterogênea de enunciados funcionando em diferentes registros discursivos e aí, a estabilidade lógica é variável.

Pêcheux analisa o sujeito do enunciado: quem ganhou? Mostra que através da forma indefinida do “on” francês fica indefinida a identidade do sujeito do enunciado. Quem ganhou? O povo da França? Militantes dos partidos de esquerda? Ou mesmo aqueles que nunca participaram da política, mas estão empolgados com a idéia de que finalmente tudo vai mudar? Enfim, o que está em questão é que o enunciado “*Ganhamos!*” funde aqueles

que ainda acreditavam nisso e aqueles que não acreditavam. Além disso, ele analisa o complemento do enunciado: ganhou o quê, como, por quê? Se pensarmos no enunciado: “*A esquerda toma o poder na França*” temos uma possível paráfrase para o enunciado “*Ganhamos!*”, no prolongamento do acontecimento. O poder a tomar é algo que se poderia mostrar para o verbo ganhar. Mas o poder a ser tomado também não pode ser tratado de forma unívoca. O “poder” aparece tanto como um objeto adquirido, como um espaço resistente à conquista, como relações sociais a serem sustentadas, enfim, o objeto “poder” não é unívoco. É um confronto contínuo.

Ele segue dizendo que o equívoco da fórmula “*Ganhamos!*” segue funcionando na França trabalhando as diferentes posições que tal fórmula pode incorporar: os que acreditam e os que não acreditam. Isso resulta em duas tentações para escapar à questão: i. negar o equívoco do acontecimento do dia 10 de maio; ii. negar o próprio acontecimento. Daí as questões sobre a esquerda, se ela está ou não no poder na França, ou, se nada aconteceu de diferente seria o mesmo se a direita estivesse no poder?

É então, a partir desse exemplo do acontecimento de 10 de maio de 1981 que Pêcheux coloca sua questão teórica, do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, amparando respostas unívocas e formulações marcadamente equívocas. Sendo assim, objetos discursivos que podem manter uma estabilidade e que são independentes dos enunciados que são produzidos a seu respeito, trocam seus trajetos com outros tipos de objetos. Pêcheux coloca que o modo de existência desses objetos parecem ser regidos pela própria maneira como falamos deles. Diante disso, ele questiona se uns devem ser considerados mais reais que outros? Existe um espaço subjacente comum ao desdobramento de objetos tão dessemelhantes? (Pêcheux, 2006: 28).

Façamos uma parada aqui.

Pêcheux está considerando a língua como um sistema significante em sua relação com a história, que por sua vez é considerada em sua materialidade simbólica. Existe um real da língua e um real da história que estão em relação. Segundo Orlandi (1996), para que a língua signifique há a necessidade da história e, a partir disso, temos o sentido numa relação determinada do sujeito com a história. Ela mostra que o que marca a relação da língua com a exterioridade é a marca de subjetivação que se dá pelo gesto de interpretação, que por sua vez, realiza a relação do sujeito com a língua.

Diante disso, a ideologia está inevitavelmente presente no sujeito enquanto prática discursiva, que se dá “*como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história, para que signifique*”. (Orlandi: 1996: 28). Orlandi trabalha com o conceito de ideologia para explicitar a noção de história para a análise de discurso (AD), onde ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. Diferentemente da pragmática, não é só o contexto que interessa para a análise. É importante esclarecer que, nessa perspectiva, a história não é o contexto. Segundo Orlandi, a ideologia é uma necessidade da relação do sujeito com os sentidos. A partir disso e da concepção de que a língua faz lugar para a interpretação, a lingüista assume uma concepção de Lecourt (1978), na qual a história não é concebida como cronologia ou evolução, mas resulta de os fatos reclamarem sentidos (Henry, 1994).

O conceito de história pode ser então definido, assumindo o que diz Orlandi (1996) e de acordo com Guimarães (1998), como não sendo cronológica. Vejamos:

“No meu entender, a História não é, nesta perspectiva, sucessão, é convivência de tempos diferentes em um presente. A história trataria, nesta via, da simultaneidade constituída pela memória, pela memória concreta da sociedade.” (Guimarães, 1998: 113).

Essa é a concepção de história que trabalhamos no campo epistemológico em que nos colocamos neste trabalho. Tomando essas questões nos colocamos na posição de que há um real da língua e há um real da história. É a filiação ao materialismo histórico dialético que, no campo dos estudos da linguagem, nos possibilita trabalhar o conceito de história como não linear, não cronológica. E assim, é como diz Arcary, que:

“Da História já se disse que flui como as águas dos rios. Como as margens mudam de lugar, nunca se sabe direito para onde vão. Nem sempre os rios desembocam nos mares. Quem vive em São Paulo está habituado ao espanto. Até o Tietê, que nasce na Serra do Mar – a menos de 70 km do litoral -, dirige-se, caprichosamente, em direção ao interior. Assim são, também, os rios da História. Revoltos, cheios de curvas imprevisíveis, de quedas d’água vertiginosas, rápidas correntezas, às quais sucede a calmaria das águas paradas. Que, entretanto, também se movem, lenta, porém, irreversivelmente. Às vezes transbordam para os lados. Não é, portanto, a força gravitacional da Lua, uma pressão incomparavelmente mais poderosa, porém oculta, que define o movimento das marés.” (Arcary, 2004: 15).

Voltemos a Pêcheux. Em princípio é preciso dizer que ele considera a existência de um real que, no âmbito da linguagem, do discurso, é o impossível. Há um real, mas nós não descobrimos o real, nós nos deparamos com ele, damos de encontro com ele, o encontramos. (Pêcheux, 2006: 29). Essa posição se filia, em certo sentido, ao conceito de história como processo, como movimento, a partir do materialismo histórico dialético e, sendo assim, não se trabalha aqui com a lógica formal, ainda que alguns elementos do funcionamento da lógica formal estejam presentes no mundo, no modo de pensar, etc. Quando trabalhamos com o conceito de acontecimento em Pêcheux, nós nos distanciamos

da lógica formal. Sendo assim, é a dialética que nos permite detectar as limitações do pensamento formal sobre as coisas. E mesmo que não haja um livro de receitas sobre a dialética, suas idéias fundamentais podem ser colocadas de forma que o método possa ser compreendido e usado na solução de problemas concretos.

“Desde o momento que aceitamos a teoria da evolução todos os nossos conceitos sobre a vida orgânica correspondem **só aproximadamente** à realidade. De outra forma não haveria mudança; o dia em que no mundo orgânico os conceitos e a realidade coincidam completamente termina a evolução. O conceito peixe inclui uma vida aquática que respira por brânquias: Como se pode passar de peixe a anfíbio sem romper com este conceito? Já foi rompido. Agora já conhecemos toda uma série de peixes que transformaram suas bexigas natatórias em pulmões e podem respirar ar. Como se pode passar de réptil ovíparo a mamífero que é vivíparo sem por um ou ambos os conceitos em conflito com a realidade? Na realidade, nos monotrêmatas temos toda uma subclasse de mamíferos ovíparos – em 1843 eu vi os ovos do ornitorrinco em Manchester e com arrogante estreiteza mental desviei de semelhante estupidez – como se um mamífero pudesse por ovos! E agora foi provado. Não tenham então os mesmos conceitos que me levaram a ter que pedir perdão ao ornitorrinco”. (Marx-Engels, Correspondência, apud Novack, 2006: 67).

De acordo com Novack, para as leis da dialética vale o dito pela lei do valor em economia política (e para todas as demais leis). São reais somente como aproximações, tendências, médias. *“Não coincidem nem podem fazê-lo, imediata, direta e completamente com a realidade. Se não fosse assim não seriam reflexos conceituais da realidade, mas a própria realidade objetiva.”* Assim, nós temos que o pensamento e a existência, ainda que sejam interdependentes, não são idênticos. (ibidem: 67).

Para Pêcheux, há um espaço de necessidade equívoca que mistura coisas e pessoas e que é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis com um sentimento de uma simplificação unívoca, que de acordo com ele, é eventualmente

mortal, para si mesmo e/ou para os outros. Mas ele diz que não adianta negar essa necessidade (desejo) de um mundo semanticamente normal porque essa necessidade começa com a relação de cada um com seu próprio corpo e seus arredores imediatos. Também não adianta negar que essa necessidade de fronteiras tem a ver com construção de laços de dependência face às múltiplas coisas-a-saber contra as diversas ameaças. O Estado e as instituições funcionam como pólos privilegiados de resposta a esta necessidade ou a esta demanda. Essas coisas-a-saber representa tudo aquilo que pode vir a faltar para a felicidade ou mesmo para a sobrevivência do “sujeito pragmático”. Ou seja, tudo que ameaça o sujeito, pelo próprio fato da sua existência, pelo fato de que seja “real” independente do ponto de vista que o sujeito tenha sobre a estrutura do real. Assim, *“não é necessário ter uma intuição fenomenológica, uma pegada hermenêutica ou uma apreensão espontânea da essência do tifo para ser afetado por essa doença”* (Pêcheux, 2006: 34). É bem o contrário, pois há coisas-a-saber, que são conhecimentos transmitidos socialmente, descrições de situações, de sintomas, enfim, que se deve fazer ou evitar que estão associados às diferentes ameaças de um real do qual não se pode “fugir”, não se pode ignorar sua existência porque esse real é impiedoso, como afirma Pêcheux. É nesse sentido que podemos dizer que há um real concreto, não como uma física de tipo novo como fala Pêcheux, mas um real concreto com o qual nos deparamos a todo o momento em sua contradição, um real que, na análise marxista são as contradições sociais.

Pêcheux aborda questões a respeito da relação Marx/História no sentido de Marx ser o “fundador” da ciência-história e questiona se há um impossível específico à história, marcando estruturalmente o que constituiria o real. Ele constata “a crise do marxismo” para falar dos limites do marxismo. Mas é preciso analisar as condições de produção do discurso! E então podemos falar do que foi considerada a crise do marxismo na França. E

se pensarmos na forte relação que houve na França entre marxismo e estruturalismo teremos outras respostas e outras questões. Nesse sentido, gostaria de retomar a discussão de Anderson acerca da crise da crise do marxismo, como ele denomina:

“O que é distintivo no tipo de crítica representada em princípio pelo materialismo histórico é que ele inclui, indivisível e ininterruptamente, **autocrítica**. Isto é, o marxismo é uma teoria da história que, ao mesmo tempo, reivindica proporcionar uma história da teoria. Um marxismo do marxismo estava inscrito em sua constituição desde o início, quando Marx e Engels definiram as condições de suas próprias descobertas intelectuais como a emergência das contradições de classe determinadas da sociedade capitalista, e seus objetivos políticos não apenas como “um estado ideal de coisas”, mas como gerados pelo “movimento real das coisas”. (Anderson, 1985:13-14).

De acordo com Anderson, o marxismo, tal como concebido no seio do estruturalismo é “insuficiente” porque apaga o sujeito, pois ele aparece somente como efeito de estruturas ideológicas. A partir daqui, o que Anderson chama de “marxismo ocidental” caminha para o desenvolvimento de estudos sobre as estruturas ideológicas, políticas e econômicas. Inclusive, este caminho é inverso ao construído pelo próprio Marx, o qual parte do filosófico/epistemológico para uma política, uma prática, ao longo de sua vida. Em boa parte da Europa há uma inversão nessa relação com o marxismo, pois vai cada vez mais para a academia, no sentido de que os lugares do marxismo enquanto discurso se desloca gradualmente dos sindicatos e partidos políticos para os institutos de pesquisa e universidades. Evidentemente é inegável o nível de sofisticação do marxismo alcançado por pensadores como Althusser, Adorno, Sartre, Marcuse, Della Volpe, etc., principalmente no que se refere ao estudo da ideologia e da arte. Porém, ocorre que o estruturalismo não respondeu às “brechas” do marxismo e então temos o pós-estruturalismo. Há um debate interessante a ser feito entre marxismo e estruturalismo que

não será feito neste momento, mas que se coloca a partir da leitura que fazemos de Pêcheux. A questão não é se proteger em Marx ou protegê-lo como afirma Pêcheux. Não é que exista um “verdadeiro” marxismo de reserva. Existe a história, existe o real e existe interpretação porque nos deparamos com o real o tempo todo e estamos instanciados a responder, interpretar e fazer história. Nesse sentido, voltamos ao que afirma Marx:

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.” (Marx, 1974: 335).

Quando se afirma que há a interpretação é porque se admite uma relação necessária do sujeito com o simbólico. Relação que produz efeitos, sentidos. Ele coloca que, diante das interpretações sem margens, nas quais o intérprete é colocado como um ponto absoluto, onde não há o outro e nem o real, então isso se torna uma questão de ética e política e, para ele, uma questão de responsabilidade (Pêcheux, 2006: 57). Mas, ainda que as estabilidades sejam provisórias e as instabilidades constantes há um real concreto e interpretável. Há, num movimento dialético, na contradição, a história e nesse sentido há problemas concretos que precisam de resoluções concretas.

Pensar o acontecimento na relação com a história nos permite colocar também questões que são levantadas pela história contrafactual. Nesse sentido, Arcary, ao tratar da história contrafactual, questiona: e se os acontecimentos tivessem seguido aquela outra direção? Ainda que historiadores profissionais não assumam esse ponto de vista, como se houvesse uma violação do estatuto científico da disciplina, Arcary mostra como isso deixa de ser um procedimento tabu, a partir da consideração de que todas as análises históricas

são construções transitórias. De modo que nenhuma interpretação permanece imune à necessidade de revisão. O próprio arquivo deve ser sempre submetido à crítica. Ele diz que uma problematização complexa da articulação dos fatores objetivos e subjetivos é um estimulante para que se faça uso de alguns de seus recursos. Pensar o lugar da subjetividade nas duas dimensões dentro dos processos históricos: o lugar das idéias e o papel dos sujeitos políticos coletivos.

“Debater o lugar da subjetividade na História leva muitos investigadores sérios a torcerem o nariz. Mas ninguém duvida, muito menos os marxistas, de que nunca operou fatalismo algum. Nos destinos humanos, nada foi inexorável. A necessidade histórica manifestou-se como uma força de pressão, contrabalançada, todavia, por inúmeros fatores. Os processos revolucionários estiveram, dentro de certos limites, abertos, e existiram diferentes possibilidades contidas no interior de cada situação. Já sabemos que os homens fazem a História, mas não escolhem as condições nas quais têm de fazer suas escolhas. Não obstante, a avaliação do lugar dos fatores mais subjetivos tem sido sempre polêmica, já que resume uma reconstrução que o presente faz do passado. As fontes históricas não falam sozinhas.” (Arcary, 2004: 195).

Vemos então em Pêcheux o conceito de acontecimento na relação com o discurso. O conceito de história é outro também, diferentemente de como o concebe Veyne. Mas como nossa preocupação maior aqui é o conceito de acontecimento, vemos que o que caracteriza um acontecimento discursivo, de acordo com Pêcheux é a ruptura. O acontecimento está num processo discursivo na relação com a história e em determinado momento há uma ruptura na qual o acontecimento vai reorganizar um espaço de memória x, que no exemplo dele é o do socialismo francês. Há uma quebra da estabilidade e o confronto discursivo prossegue através do acontecimento.

Esse trabalho de Pêcheux nos interessa na medida em que discute o acontecimento numa perspectiva que constitui o modo como trabalhamos o conceito de acontecimento da semântica do acontecimento. Vemos com Pêcheux também, ainda que de maneira diferente de Veyne, que não é estar num certo tempo o que interessa para se caracterizar um acontecimento. As relações de temporalidade que o acontecimento instala é o que temos de base quando pensamos no acontecimento enunciativo. E nos interessa também porque essa temporalidade do acontecimento é tratada numa relação com um real que é concreto e histórico na perspectiva materialista.

1.7 Guimarães: a enunciação como acontecimento

Antes de tratar da enunciação propriamente é preciso recolocar a questão do sujeito, de acordo com Guimarães (1999). Essa questão está, para ele, vinculada, de certa forma, a uma concepção benvenistiana de que a enunciação põe a língua em funcionamento; ele, porém, considera também que a língua funciona por causa da sua exterioridade, o que significa considerar a história e a interdiscursividade, devido à alteridade do sentido que faz a língua funcionar. Outra diferença entre a posição de Guimarães, que assumimos aqui, e a de Benveniste, diz respeito a como a enunciação põe a língua em funcionamento. Em *Os Limites do Sentido* (1995), para ele, “*enunciação é por-se a língua em funcionamento, movimentada pelo interdiscurso, quando alguém ocupa aí uma posição de sujeito.*” (Guimarães, 1999: 21). Com esta afirmação já podemos ver um deslocamento também em relação ao conceito de agenciamento coletivo de Deleuze e Guattari. Eles tratam de um agenciamento impessoal, já Guimarães trata sim de agenciamento coletivo, no entanto, é preciso considerar a posição de sujeito, na relação com o interdiscurso. Essa consideração é

fundamentada no conceito de que a língua é movimentada pelo interdiscurso, por isso não tem como alguém se apropriar dela; além disso, é materialmente histórica. A todo o momento, essa historicidade é posta em relação com a ordem do discurso, com a interdiscursividade. É devido a esse movimento que ela funciona. O que Deleuze e Guattari tratam como agenciamento coletivo, nós tratamos como cena enunciativa, na qual se tem as figuras da enunciação. Não é uma relação de correspondência entre agenciamento coletivo e cena, porque consideramos que o agenciamento da enunciação é coletivo, no entanto explicitamos um pouco diferentemente como se dá esse agenciamento, na relação com os sujeitos e a história.

O sentido tratado enunciativamente na perspectiva do acontecimento considera que a enunciação seja vista historicamente. Assim, *“a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. Sua materialidade é esta historicidade.”* (Guimarães, 1995: 66). Nesse sentido o conceito de interdiscurso é fortemente convocado, pois o sentido não é formal e sua materialidade, sua historicidade é analisada pela interdiscursividade e sua necessária intertextualidade, no sentido de que a enunciação em um texto se relaciona com a enunciação de outros textos (cf. Guimarães, 1995). Essa posição nos leva a nos diferenciarmos mais uma vez do campo da pragmática porque a relação de funcionamento da língua é com o interdiscurso e não com a situação.

Para Guimarães (1995) o sentido deve ser considerado a partir do funcionamento da linguagem no acontecimento da enunciação, ou seja, sendo o sentido definido a partir do acontecimento enunciativo, será tratado então como discursivo, considerando que a significação é histórica e, segundo Guimarães, os efeitos da presença do interdiscurso, os

efeitos do cruzamento de discursos diferentes no acontecimento é o que origina o sentido em um acontecimento. E afirma:

“Assim, um acontecimento enunciativo cruza enunciados de discursos diferentes em um texto. A enunciação, então, se dá como o lugar de posições de sujeito que são os liames do acontecimento com a interdiscursividade. Deste modo aquilo que se significa, os efeitos de sentido, são efeitos do interdiscurso no acontecimento.” (Guimarães, 1995: 68).

Nessa perspectiva a enunciação é um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que por sua vez é caracterizado como espaço de memória no acontecimento. Assim, a língua funciona quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito. (Guimarães, 1995: 70).

O presente do acontecimento e os efeitos da memória é que possibilitam o sentido, e é aí que temos as posições de sujeito e os cruzamentos de discurso no acontecimento. Por outro lado, em Guimarães (2002) o conceito de acontecimento é tratado por uma característica que lhe é muito particular: a de constituir uma temporalidade, de forma que, para pensar no acontecimento enunciativo é preciso considerar que as palavras carregam consigo uma memória de suas enunciações anteriores. Isso vai constituir a temporalização do acontecimento e, nesse sentido, “*o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação.*” (Guimarães, 2002:12).

Assim, quando analisamos o(s) sentido(s) de uma palavra, a sua significação, trabalhamos com uma análise enunciativa que toma a enunciação como acontecimento. De acordo com Guimarães (2006):

“A significação diz respeito a uma relação das palavras, das frases com o acontecimento (considerado sócio-historicamente) em que ocorreram, de tal modo que um enunciado não significa qualquer coisa, nem uma só coisa. (...) Ele precisa ser considerado no acontecimento em que foi produzido. Ou seja, devemos considerar o acontecimento que se caracteriza pelo funcionamento da língua num dizer específico.” (Guimarães, 2006: 126).

Consideramos a enunciação como um acontecimento enunciativo que constitui uma temporalidade, portanto já nos colocamos aqui numa posição diferente da de Benveniste porque para ele é o sujeito quem constitui a temporalidade. O acontecimento se caracteriza por constituir um presente, um passado e um futuro do próprio acontecimento. Ou seja, ele recorta um passado (memorável) que se articula ao presente e projeta um futuro. O passado não está no tempo da cronologia, mas convive com o presente do acontecimento. É uma temporalidade significante. (Guimarães, 2002).

Ainda com relação à noção de temporalidade da enunciação, é preciso dizer que o memorável que está no acontecimento como um recorte do passado é entendido não como lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores, mas sim como rememoração de enunciações. É parte de uma nova temporalização, tal como a projeção de futuro. O acontecimento projeta sentido e significa porque recorta um passado como memorável. O memorável é um recorte da memória no acontecimento que o próprio acontecimento nos dá, portanto ele é conceitualmente distinto do interdiscurso, mantendo com ele relações que interessa estudar no sentido de que consideramos que há memória do dizer. Para isso, a noção de temporalidade do acontecimento é importante para nossa interpretação. O acontecimento de linguagem significa porque a temporalidade que se constitui no acontecimento abre em si uma latência de futuro, ou seja, uma futuridade. A partir disso é possível o interpretável. Por outro lado, essa futuridade que está presente no acontecimento

projeta sentido e significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável. (Guimarães, 2002: 12).

Guimarães (2002) considera que algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. Essa concepção se relaciona com o conceito de acontecimento tratado por Veyne, como já vimos, mas na perspectiva enunciativa temos que cada enunciação é um acontecimento porque a cada vez que se enuncia temos a diferença. Trata-se do acontecimento enunciativo. O acontecimento não é simplesmente um fato no tempo, mas é um fato novo que difere de qualquer outro pela temporalidade que constitui. (Guimarães, 2002:11-12). Nesse sentido, a significação é constituída no acontecimento.

Se pensarmos, de maneira geral, que há uma massa de obviedades nos dizeres enunciados pelos sujeitos podemos pensar que não há acontecimento. Porém, o que traz a teoria da semântica do acontecimento é que cada enunciação é um acontecimento porque constitui uma temporalidade e isso será sempre específico em cada acontecimento enunciativo. Para isso é preciso também pensar no locutor e nos modos de dizer. O tempo passado, que é o presente de um acontecimento x, se coloca de maneiras diferentes nas frases diferentes. Dessa forma, dizer a e b de uma mesma coisa pode significar dois acontecimentos exatamente porque significam de maneiras diferentes, ou seja, recortar as significações do passado de um modo e de outro faz significar diferentemente. Para essa teoria da enunciação o passado não é cronologia, mas sim significações. Nessa mesma via, podemos pensar que uma mesma frase repetida duas vezes pode caracterizar dois acontecimentos porque tem temporalidades distintas. Assim, a singularidade não está no objeto, pois não se trata de referencialidade e sim da própria significação construída no dizer. Não há como fazer semântica histórica sem haver uma confluência com a história, com a sociologia, porque considera a memória, o memorável, a historicidade para a

constituição dos sentidos. Vimos em Veyne (1998) que um acontecimento é um acontecimento enquanto sua relação com outros acontecimentos. Ele não diz que a singularidade não existe, mas o que interessa no acontecimento é a especificidade. É isso que interessa para a semântica do acontecimento em termos enunciativos. O acontecimento não é o singular, é o específico. É o diferente dentro de uma série.

A nossa concepção de acontecimento enunciativo também se relaciona com o conceito de acontecimento tratado por Pêcheux no sentido de que não é estar num certo tempo o que interessa para se caracterizar um acontecimento, pois o acontecimento não é um simples fato no tempo. Ele reorganiza uma memória. As relações de temporalidade que o acontecimento instala é o que temos de base para pensarmos o acontecimento enunciativo.

Portanto concluímos que o acontecimento de enunciação tem uma característica muito particular: ele se caracteriza por constituir a temporalidade, que por sua vez constitui o sujeito da enunciação. Assim, a enunciação é um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua. Há uma relação mútua entre o dizer e o real que constitui o acontecimento. Em outras palavras, a língua, o sujeito, a temporalidade e o real constituem o sentido da enunciação.

1.7.1 O político na enunciação e a cena enunciativa

O político é um conceito também fundamental para nossas análises, e aqui trataremos do conceito de político no domínio da semântica, numa abordagem enunciativa, no sentido de que enunciar é uma prática política. Essa prática política de enunciar, bem

como o sentido como já vimos anteriormente, não são tomados como uma ação particular, mas sim historicamente.

No diálogo que estabelecemos com análise do discurso temos Orlandi (1990) que afirma que as questões da heterogeneidade e da diferença são trabalhadas no sentido de que *“todo discurso atesta sua relação com outros (que ele exclui, ou inclui, ou pressupõe etc.) e com o interdiscurso (que o determina)”*. (Orlandi, 1990: 43). A análise da textualização do político vem de gestos de interpretação inscritos na materialidade do texto. Orlandi (1998) afirma que *“quando se trata do político é necessário ir além da situação imediata, dos conteúdos, da formulação.”* (Orlandi, 1998: 80). O político compreendido discursivamente significa que o sentido é sempre dividido, porém essa divisão tem uma direção que é afetada pelas relações de força derivadas da forma da sociedade na história. (Orlandi, 1998) O político, nessa perspectiva pode ser entendido como conflito, a partir das posições sujeito que são assumidas. *“O político é o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição.”* (Orlandi, 2004: 21-22).

Considerando a noção de história de que trata a análise do discurso, vemos que o político, o ideológico e o histórico estão relacionados. O funcionamento do ideológico é ligado ao movimento de interpretação, que por sua vez é afetado pelo real da história. E como afirma Orlandi (2004), no trabalho de interpretação da análise do discurso, esses conceitos não são definidos como o fazem as ciências sociais e humanas, mas discursivamente.

Além dessa característica que tem o conceito de político em Orlandi, é preciso atentar para o modo como se constituem essas divisões no sentido e o que caracterizam

essas divisões. Para Guimarães (2002) o político afeta materialmente a linguagem e também o acontecimento da enunciação. Vejamos como ele o define:

“O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento.” (Guimarães, 2002: 16).

Tomando este conceito de político, podemos colocar em relevo e analisar a afirmação de pertencimento a partir da distribuição de desigualdades. As divisões se dão nos modos de dizer e isso tem a ver com a discussão apresentada por Deleuze e Guattari sobre o agenciamento da enunciação. Para eles o agenciamento é coletivo, é socialmente determinado. Os conceitos de maioria e minoria colocam em questão o funcionamento da língua, pois maioria não constitui devir e minoria sim. Em termos lingüísticos significa dizer que há uma dupla direção predominante: o que deriva da maioria consiste em extrair constantes da língua e o que deriva da minoria coloca a língua em variação contínua. Vemos em Guimarães (2002) que o agenciamento enunciativo não é só coletivo, mas é desigual e isso caracteriza o funcionamento do político na linguagem, na enunciação, ou seja, o real é desigualmente dividido e há a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos.

O político como conflito e como afirmação de pertencimento, pode ser pensado na relação do litígio enunciativo estabelecido entre ALCA e ALBA, por exemplo. É o que veremos nas análises do capítulo V desta dissertação.

Para o estudo do litígio enunciativo nos apoiaremos na teoria da cena enunciativa, conforme Guimarães (2002). Qualquer dizer é parte de uma cena enunciativa que se

constitui num espaço de enunciação e, de acordo com Guimarães (2002), qualquer espaço de enunciação é político. Se a língua é (normativamente) dividida exatamente porque é atravessada pelo político, ela também é a condição para a afirmação da igualdade dos desigualmente divididos, como afirma Guimarães. É na cena enunciativa que se constituem os modos específicos de acesso ao dizer, e é na cena que se dá a distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento e essa distribuição se faz pela temporalização própria do acontecimento. Assim:

“Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para ‘aquele que fala’ e ‘aquele para quem se fala’. Na cena enunciativa ‘aquele que fala’ ou ‘aquele para quem se fala’ não são pessoas, mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas do seu dizer. Assim estudá-la é considerar o próprio modo de constituição destes lugares pelo funcionamento da língua. (Guimarães, 2002: 23).

Assim temos o Locutor (L) que é representado no próprio dizer como fonte deste dizer, representando também o tempo do dizer como contemporâneo deste mesmo L. No entanto, esta representação de origem do dizer se divide pelo lugar social de locutor (l-x). Ou seja, para que se constitua L é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar. (Guimarães, 2002: 24). Esta disparidade constitutiva do locutor também constitui a enunciação em nossa perspectiva. É uma disparidade entre o presente do locutor e a temporalidade do acontecimento. Além do lugar social, há os lugares de dizer, considerados como enunciadores e se apresentam sempre como a representação da inexistência dos lugares sociais do locutor. Não nos deteremos nestes aspectos da cena enunciativa. Para entender essas divisões do locutor que produzem o apagamento do social e da história, Guimarães se apóia em Orlandi (1999) para afirmar que “falar e fazer-se

sujeito é estar numa região do interdiscurso, de uma memória de sentidos.” O sujeito é afetado pelo esquecimento que se significa nesta posição e então “a representação do Locutor se constitui neste esquecimento e é isto que divide o Locutor e apaga o locutor-x.” (Guimarães, 2002: 30).

CAPÍTULO II

1. Os Sentidos de *Integração* nas Américas: a proposta da ALCA.

Faremos aqui uma análise da palavra *integração* a partir de textos que tratam o tema da ALCA, mais especificamente. Esses textos que recortamos para nosso corpus são documentos que tratam da proposta de implantação dessa política de integração. Quais são os sentidos de *integração* nestes textos? Essa é a questão que nos mobiliza para a análise. Assim, o conceito de *texto* para nós é bastante importante, bem como o conceito de língua porque trabalhamos com uma análise enunciativa de base materialista. Ainda que nossa unidade de análise seja o enunciado, é preciso levar em consideração que o enunciado ganha sentido no texto. O que constitui o sentido das palavras nos enunciados é que estes funcionam no texto (cf. Guimarães, 2006). Quanto à língua, entendemos que ela funciona “na medida em que um indivíduo ocupa uma posição de sujeito no acontecimento, e isto, por si só, põe a língua em funcionamento por afetá-la pelo interdiscurso, produzindo sentidos.” (Guimarães, 1995:69). O acontecimento, por sua vez, constitui uma temporalidade que é significativa e, dessa maneira, cada enunciação terá sempre um sentido diferente porque é sempre um acontecimento. Nossa análise privilegia a relação língua, sujeito e exterioridade, pois entendemos que essa relação é constitutiva da linguagem. A metodologia que utilizamos para essa análise é observar como a palavra *integração* está sendo reescrita, e nesta medida re-significada, nas expressões referenciais em que aparece. Para tanto, faremos uma análise das reescrituras e dos modos de articulação desta palavra no texto, como veremos adiante. Com isso, buscamos compreender o que a designação dessa palavra traz nesse espaço de enunciação, a partir da configuração do domínio

semântico de determinação que se constitui nos textos em análise, buscando também apreender a exterioridade significada pela linguagem na relação das designações.

1.1 Designação

Para o procedimento de análise, conforme o que acima formulamos, será fundamental o conceito de relação de designação (cf. Guimarães, 1995). Para nós, designação “*é uma relação instável entre a linguagem e o objeto*”, no sentido de que o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem, mas não se limita a isso uma vez que essa exterioridade é objetivada pelo confronto de discursos, sendo o objeto constituído por uma relação de discursos e “*o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário exposto à diferença.*” (Guimarães, 1995: 74).

Guimarães (2002), para tratar do conceito de designação diz que é necessário diferenciar designação de nomeação, referência e denotação. O conceito de designação é reelaborado e é assim melhor especificada a instabilidade da relação entre a linguagem e o objeto, e como esta é uma relação histórica, ou seja, que produz historicidade. Vejamos:

“A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história.” (Guimarães, 2002: 9).

É nesse sentido que ele considera que a) os nomes identificam objetos e não classificam objetos; b) as coisas são referidas enquanto significadas e não meramente como coisas existentes no mundo. E essa significação é construída no dizer. Assim, identifica-se

algo em virtude de significá-lo. Na cena enunciativa a designação estabelece uma relação com o real, através do simbólico, ou seja, não se trata de considerar a designação ontologicamente, mas de considerá-la como uma relação simbólica de modo que, em cada designação, o real é exposto de outro modo. Para se compreender a designação, ela precisa ser analisada relativamente a outras designações.

1.2 A reescrituração e a articulação no movimento dos sentidos

A reescrituração (Guimarães, 2002, 2004 e 2007) é o procedimento pelo qual “*a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si.*” Este procedimento está sempre predicando algo a cada reescrituração. O procedimento de articulação mostra “*como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem*” e que elas determinam ou predicam, por exemplo, no interior de um enunciado do texto. (Guimarães, 2004). Em nossas análises operamos mais com o conceito de articulação, como veremos. Assim, é preciso entender antes de apresentarmos as análises, que, na articulação uma palavra afeta a outra, ou seja, este procedimento de articulação num texto faz com que a palavra em questão seja afetada pelas outras que estão localmente articuladas a ela. Assim, chamaremos de determinantes as palavras que estão em relação com a palavra analisada nas relações internas nos sintagmas. Desse modo, a articulação é aquilo que põe junto as palavras e isso pode se dar de diversas formas: pela adjetivação, pela argumentação, etc. Trabalharemos, desse modo, com um conceito de articulação semântica, ou seja, uma coisa é o fato de que a articulação é entendida comumente como o que põe junto as palavras e afetam umas às outras. No nosso caso, o olhar semântico para este conceito se relaciona com o conceito de domínio

semântico de determinação (DSD) que apresentaremos a seguir. Interessa-nos os procedimentos de articulação num texto procurando ver em que casos eles ajudam ou não a configurar o DSD de uma palavra.

A palavra que vamos analisar é um nome e designa valor. Em nosso corpus, a palavra *integração* aparece em expressões referenciais para a economia, em diferentes articulações. Por exemplo: “*Reiteramos nosso compromisso de alcançar uma maior integração econômica e adotaremos políticas econômicas...*” Ela aparece também para significar uma especificidade da integração, “*promover a integração energética...*”. Um outro sentido possível é como uma meta a ser alcançada “*Os acordos bilaterais de integração e de livre comércio estão desempenhando um papel positivo.*”

Para estabelecer o que a palavra *integração* designa, observaremos em que expressões referenciais aparece essa palavra e como ela é re-significada (reescrita) no texto. Como se vê, estamos distinguindo designação de referência. Tal como Guimarães (2002), consideramos que a referência de uma expressão lingüística é a particularização de algo na e pela enunciação, distinta de designação que, como já dissemos, é a significação de um nome enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real.

O estudo da designação de um nome permite dizer com que outras palavras este nome se relaciona. Os sentidos da palavra *integração* não se constituem somente pelas expressões referenciais, mas também em virtude delas, devido à autonomia relativa da língua. Entra então a questão de ver a palavra na relação com outras. Isto é visto em geral a partir de relações semânticas como sinonímia, antonímia, hiperonímia, polissemia, etc. Vamos utilizar aqui outro modo de analisar a relação entre as palavras no texto, que será feito através da noção de Domínio Semântico de Determinação (DSD) (cf. Guimarães 2004 e 2007). Faremos então a análise da designação da palavra *integração* verificando que

palavras dos textos em análise se relacionam com ela, constituindo assim sua designação. Esse conjunto de palavras e suas relações é o que Guimarães (2004) chama de Domínio Semântico de Determinação.

1.3 O Domínio Semântico de Determinação (DSD)

Quando dizemos que o enunciado ganha sentido no texto, entendemos o texto como um acontecimento, uma unidade integrada por enunciados. O Locutor (L) é aquele que se caracteriza como responsável pelo texto: locutor do enunciado. Em cada acontecimento, uma mesma palavra pode significar coisas diferentes. A especificidade de um texto está relacionada a outros textos, a outras especificidades. No funcionamento do texto temos algo que é reescriturado, algo que é retomado no texto, ou melhor, re-significado, re-dito. Esse procedimento de reescrituração dá a unidade do texto. A repetição de *integração* em enunciados x, y, por exemplo, possibilita a “*integração*” do texto e, ao mesmo tempo, há acréscimos, no sentido de que a reescritura de *integração* não se dá somente por repetição, mas pode ser por substituição, por expansão, por elipse, por condensação, por definição, cf. Guimarães (2007). Há vários modos de se reescrever algo no texto. Esses mecanismos que repetem algo, que retomam algo, que dão a textualidade, no sentido de integrar os elementos num texto, de dar a unidade textual, não são simplesmente elementos de coesão, mas sim de reescrituração.⁶

⁶ Na coesão nós temos os elementos que se relacionam a um mesmo objeto e por isso significam. Há uma unidade, uma identidade por referirem o mesmo objeto. A reescritura pode até referir o mesmo elemento, mas vai significando diferentemente. Portanto, a reescrituração não é um mecanismo coesivo e sim de produção de sentidos.

Como é que nossos recortes se fazem texto? Ou melhor, a questão é analisar a textualidade de que participa a palavra *integração* e como ela produz sentidos no texto. A questão é ver como se dá a produção de sentido nos enunciados que compõem essa textualidade, que integram o texto, uma vez que estamos tomando o enunciado enquanto unidade de análise. E eles, os enunciados, estão inevitavelmente remontados ao processo discursivo. Nessa perspectiva, algo é texto se for possível reconhecer uma relação de integração num conjunto dos enunciados relacionados, ou seja, o texto é uma unidade de significação integrada por enunciados e assim, o funcionamento do texto se dá fundamentalmente pelo procedimento de reescrituração, que por sua vez está relacionado à articulação. E para configurar o domínio semântico de determinação (DSD) é preciso analisar a relação entre as palavras nos enunciados, enquanto enunciados do texto. O DSD se constitui para representar o sentido das palavras e caracteriza como, no acontecimento da enunciação, uma língua se movimenta ao funcionar (cf. Guimarães, 2007).

Os enunciados que analisaremos são recortados pelo modo de funcionamento no texto, ou seja, é a escolha de um detalhe, que por sua vez constitui um funcionamento. O recorte é um fragmento do acontecimento, portanto um fragmento de linguagem e exterioridade (cf. Guimarães). E o segmento é assim um dos elementos do recorte. Recortar o funcionamento da designação, por exemplo, nos permite compreender o que uma palavra significa.

Vejamos os recortes⁷:

⁷ Os grifos nos recortes são nossos.

A) No documento da ALCA da **Primeira Cúpula das Américas (1994)** temos a palavra *integração* nas seguintes expressões:

1. “Embora enfrentem diferentes desafios de desenvolvimento, as Américas estão unidas na busca da prosperidade por meio de mercados abertos, **da integração hemisférica** e do desenvolvimento sustentável.”
2. “Promoção da prosperidade mediante **a integração econômica** e o livre comércio” (subtítulo).
3. “O livre comércio e **a integração econômica progressiva** são fatores essenciais para elevar os padrões de vida, melhorar as condições de trabalho dos povos das Américas e proteger melhor o meio ambiente.”
4. “Trabalharemos com base nos acordos sub-regionais e bilaterais existentes, com vistas a ampliar e aprofundar **a integração econômica hemisférica** e tornar esses acordos mais parecidos.”
5. “(...) criar mecanismos mais sólidos que incentivem e protejam o fluxo de investimento produtivo no Hemisfério e a promover o desenvolvimento e **a integração progressiva** dos mercados de capital.”
6. “Para levar adiante **a integração econômica** e o livre comércio (...)”
7. “Reconhecemos que **a integração econômica** e a criação de uma área de livre comércio serão empreendimentos complexos (...). Estaremos cientes dessas diferenças ao trabalharmos em prol **da integração econômica** no Hemisfério.”

Há nesses recortes do item A uma reescrituração por repetição da palavra *integração*. Essa reescrita por repetição também se dá pela expressão definida *integração econômica* que se repete no texto. Como os procedimentos de reescrita aqui se dão por repetição, veremos então como se dão os procedimentos de articulação. Todas as ocorrências desta palavra estão em sintagmas nominais de expressões definidas em que *integração* tem palavras que são seus caracterizadores nos procedimentos de articulação como descreveremos abaixo:

Em 1 temos o procedimento de articulação “da integração hemisférica” onde *integração* tem como caracterizadores “a” e “hemisférica”. Em 2 temos “a integração econômica” sendo os caracterizadores de *integração* “a” e “econômica”. Em 3 “a

integração econômica progressiva” tem como caracterizadores para *integração* “econômica” que por sua vez é adjetivada por “progressiva”. Em 4 se passa algo semelhante, pois temos “a integração econômica hemisférica” e os caracterizadores de *integração* são “econômica” e “hemisférica”, que está adjetivando “econômica”. Em 5 temos “a integração progressiva” e aqui o caracterizador de *integração* é a palavra “progressiva”. Em 6 e 7 temos novamente o caracterizador de *integração* sendo a palavra “econômica”. O que essas articulações podem nos indicar nesse texto é que esses caracterizadores locais que temos para a palavra *integração* afetam esta palavra. Porém, os caracterizadores como “a” por exemplo, são só uma forma que afeta a palavra, mas não tem a menor importância aqui do ponto de vista do que vai constituir a designação de *integração*. Já a palavra “econômica” tem uma importância no sentido de que podemos dizer que ela não é só um caracterizador de *integração*, mas sim que ela determina semanticamente *integração* e como podemos afirmar isso? Num primeiro momento podemos dizer que “econômica” está caracterizando *integração* e, portanto, altera seu sentido, seja acrescentando, modificando, enfim, é isso que nos interessa ver num procedimento de articulação semântica para podermos definir o que entra ou não num DSD pela leitura dos procedimentos de articulação. Quando dizemos que uma palavra determina a outra, esse *determina* inclui a descrição da palavra, faz parte do sentido da palavra. Por isso é que numa expressão definida como “a integração econômica” o “a” não é uma palavra que determina semanticamente *integração*, mas o “econômica” sim. Desse modo, entendemos que determinação é uma relação semântica própria do sentido de uma expressão (palavra). Com as articulações queremos mostrar operacionalmente como isso se dá no texto. Há diversas formas de se ver isso e a reescritura é outra dessas formas. Na articulação tem o artigo, tem o nome, etc, ou seja, várias características incidindo sobre a

palavra *integração*. São várias expressões definidas com certos adjetivos qualificando a mesma palavra que está repetida. Portanto temos expressões definidas com características particulares e todas têm a palavra *integração*, sendo assim *integração* está sendo reescrita por repetição.

Os outros caracterizadores constituem na designação da palavra, uma diferença nos aspectos da *integração* (econômica, energética, progressiva, hemisférica) adjetivando diferentemente as maneiras de se fazer a *integração*. Essas marcas formais de adjetivação nos procedimentos de articulação que se dão na enunciação sustentam as relações argumentativas para a aprovação da ALCA. Dessa forma, a argumentação orienta para o sentido de que temos vários setores que serão beneficiados com a *integração* proposta pela ALCA. O estudo da argumentação não constitui os objetivos deste trabalho de pesquisa, mas é preciso apontar a relação que há entre os procedimentos de articulação e a argumentação no texto. Consideramos que “*a argumentação é um modo de tratar a memória como organizada pelo presente do acontecimento, regulando o futuro dizível.*” (Guimarães, 1995: 79). E nesse sentido é o interdiscurso que constitui o sentido da argumentação. Para a interpretação do DSD essas relações argumentativas podem ser consideradas na medida em que o que se diz pela argumentação não significa só o que a relação de orientação argumentativa parece sustentar, conforme Guimarães (1995).

Vejamos outros recortes:

B) No documento da ALCA da **Segunda Cúpula das Américas (1998)** temos as seguintes expressões:

1. “(...) a vontade de impulsionar um processo contínuo de **integração hemisférica** contribuiram para que nossas relações alcançassem maior maturidade.”
2. “Entre as principais razões para esses resultados positivos estão os esforços constantes e cooperativos de nossos países para promover a prosperidade por meio de **maior integração econômica** e da abertura das economias.”
3. “Os acordos sub-regionais e bilaterais de **integração** e de livre comércio estão desempenhando um papel positivo.”
4. “**A integração hemisférica** é complemento necessário das políticas nacionais para superar os problemas pendentes e alcançar maior grau de desenvolvimento. Um processo de **integração** em seu conceito mais amplo permitirá, com base no respeito às identidades culturais, configurar uma teia de valores e interesses comuns que nos ajude a cumprir esses objetivos.
A globalização oferece grandes oportunidades para o progresso de nossos países e abre novos campos de cooperação para a comunidade hemisférica.”
5. “Acreditamos que **a integração econômica**, o investimento e o livre comércio são fatores essenciais para elevar os padrões de vida, melhorar as condições de trabalho dos povos das Américas e proteger melhor o meio ambiente. Esses temas serão levados em consideração à medida que avançemos com o processo de **integração econômica** nas Américas.”
6. “Continuaremos a promover a plena **integração** das populações indígenas e de outros grupos vulneráveis à vida política e econômica (...)”
“Reconhecemos que o desenvolvimento de vínculos energéticos entre nossos países e a intensificação do comércio no setor de energia fortalecem e impulsionam **a integração das Américas. A integração energética**, baseada em atividades competitivas e transparentes, (...) contribui para o desenvolvimento sustentável de nossas nações (...)”

Novamente temos o procedimento de reescrituração por repetição da palavra *integração*. Os procedimentos de articulação têm como caracterizadores para *integração* as palavras “hemisférica” em 1, “econômica” em 2, “hemisférica” em 4, “econômica” e “econômica” em 5 e “Américas” e “energética” em 6. Todas essas palavras estão caracterizando *integração*. Já em 4 a reescrita da palavra *integração* se dá por substituição, pela palavra *globalização*, ao lado da reescrita por substituição que se reescreve por “*integração hemisférica*”. Em 6 e 3 temos *integração* sendo reescrita por repetição. Reescrever *integração*, por esse mecanismo de substituição, no caso de *globalização*, pode estabelecer uma relação de sinonímia entre essas palavras, mas voltaremos a isso posteriormente. Tal como nos casos de A, a reescrituração se dá por repetição, e uma vez

por substituição. São também expressões definidas, exceto as que constam nos itens 1 (*de* integração hemisférica), 2 (*de maior* integração econômica) e 5 (*de* integração econômica), em que não há o artigo definido. No entanto, há outro procedimento de articulação, que é pela relação de coordenação, como podemos observar nos recortes 3 e 5 deste item. Por ser uma coordenação os elementos são colocados num domínio de equiparação, ainda que não seja complemento um do outro. Isso faz com que a expressão “livre comércio” do item 3 e as expressões “investimento” e “livre comércio” do item 5 funcionem numa relação de co-determinação com a palavra *integração*.

C) No documento da ALCA da **Terceira Cúpula das Américas (2001)** temos as seguintes expressões:

1. “para renovar nosso compromisso em favor **da integração hemisférica** e reiterar nossa responsabilidade, coletiva e nacional, de aprimorar o bem-estar econômico e a segurança de nossos povos.”
2. “o livre comércio, sem subsídios nem práticas desleais, associado a um crescente fluxo de investimentos produtivos e a **uma maior integração econômica**, promoverá a prosperidade regional (...)”
3. “comprometemo-nos a empreender iniciativas de energia renovável, promover **a integração energética**, aprimorar o marco regulatório e sua implementação, promovendo os princípios de desenvolvimento sustentável.”
4. “Não receamos **a globalização**, nem estamos seduzidos por seu fascínio.”

Mais uma vez vemos o procedimento de reescrituração por repetição e uma vez por substituição. Podemos dizer inicialmente que em 1 temos uma articulação da palavra *integração* com o “a” e “hemisférica” (o “a” se relaciona com a renovação do compromisso favorável à integração) ambos constituindo os caracterizadores de *integração* numa expressão definida. Porém “hemisférica” além de ser um caracterizador está determinando semanticamente *integração*. Em 2 temos “uma maior integração econômica” onde

integração tem como seus caracterizadores locais “uma maior” e “econômica” e não se constitui como uma expressão definida porque não há o artigo definido. Em 3 aparece “a integração energética” onde *integração* tem como caracterizadores “a” e “energética” e aqui “energética” determina o sentido de *integração*, também numa expressão definida. Novamente essas articulações permitem dizer que “econômica” e “energética” constituem, ambas, na designação de *integração*, diferenças que determinam *integração*. Em 4 novamente aparece a reescrituração por substituição. Está aí, mais uma vez, a possibilidade de se estabelecer uma relação de sinonímia entre *integração* e *globalização*. Voltaremos a isso adiante.

D) Na Declaração de Nuevo León (Cúpula Extraordinária, 2004) as expressões referenciais em que aparece a palavra *integração* são:

1. “Com uma visão renovada e fortalecida da cooperação, da solidariedade e **da integração**, enfrentaremos os contínuos e crescentes desafios do Hemisfério.”
2. “(...) o que promoverá, com maior eficácia, o crescimento econômico, a redução da pobreza, o desenvolvimento e **a integração por meio da liberalização do comércio**, contribuindo para o alcance dos amplos objetivos da Cúpula.”

Com relação à reescrituração de *integração*, temos que ela se dá novamente por repetição da palavra em expressões definidas. Já com relação aos procedimentos de articulação, observamos que temos aqui uma diferença em relação aos casos de A, B e C, pois o procedimento de articulação aqui tem um funcionamento diferente. Agora, a articulação se dá com a caracterização de *integração* por “por meio da liberalização do comércio” e com a predicação “contribuindo para o alcance dos amplos objetivos da Cúpula”. Assim, a incisa “por meio da liberalização do comércio” está especificando um modo da *integração*, pois a liberalização do comércio constitui o que é colocado como “os

amplos objetivos da Cúpula”, como se vê no enunciado do item 2. Essa diferenciação dos demais procedimentos de articulação nos textos em questão, que são articulações mais diretas, constitui um outro modo de produzir sentidos para a palavra *integração*. Se as articulações diretas funcionam sustentando as relações argumentativas para a aprovação da ALCA de um modo mais direto, aqui o procedimento de articulação com a predicação determina a palavra no sentido de “definir” o caráter da integração.

Nos dois recortes deste item nós temos a enumeração. Em 1. *integração* está numa enumeração com “cooperação” e com “solidariedade” e em 2. está com “crescimento econômico”, “redução da pobreza” e “desenvolvimento”. Portanto *integração* faz parte de todo esse conjunto de palavras e expressões que estão sendo enumeradas. E todo esse conjunto de expressões e palavras está, através da caracterização local da palavra *integração*, articulado a “por meio da liberalização do comércio”, de modo que, é pela liberalização do comércio que é possível realizar o que é colocado no conjunto das enumerações.

E) No documento da ALCA da **Quarta Cúpula das Américas (2005)** temos as seguintes expressões:

1. “Reiteramos nosso compromisso de alcançar **uma maior integração econômica** e adotaremos políticas econômicas que promovam o crescimento econômico, gerem emprego e reduzam a pobreza.”
2. Reconhecendo a contribuição que **a integração econômica** pode efetuar para a realização dos objetivos da Cúpula de criar trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática: (...).”
3. “Alguns membros sustentam que devemos levar em conta as dificuldades do processo de negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e reconhecer a contribuição significativa que os processos **de integração econômica** e a liberalização do comércio nas Américas podem e devem fazer para atingir os objetivos da Cúpula de criar trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática.”

Novamente *integração* é reescrita por repetição. Em 1 temos o procedimento de articulação em “uma maior integração econômica” e *integração* é então determinada por “econômica” mas não por “maior”. O mesmo se passa em 2 para “a integração econômica” e em 3 para “de integração econômica”. Somente no item 2 temos o enunciado de expressão definida marcado pela presença do artigo definido. Em 1 “uma maior” afirma a existência anterior de (pressupõe) alguma integração.

De modo geral observamos que o procedimento de reescrituração se dá centralmente pelo mecanismo da repetição da palavra *integração* e algumas vezes por substituição, sendo *integração* substituída por *globalização*. Assim, uma questão que se põe é que sentido tem essa repetição da palavra *integração* nos textos. O que nos ajuda a pensar essa questão é o procedimento de articulação que é bastante particular aqui porque se caracteriza, na maioria das vezes, por se constituir de expressões referenciais definidas. E essas expressões definidas contêm a palavra *integração* reescrita por repetição. Um primeiro aspecto disso é que a expressão definida, como por exemplo, “a integração econômica progressiva”, ao definir a integração desta forma parte de algo já dado, já dito e não é explicitado o processo, digamos assim, de como se dá uma integração econômica que seja progressiva (progressiva em que sentido?). Mas o que tem de específico aqui, pelo fato de aparecerem quase sempre expressões definidas está ligado ao procedimento destas articulações no texto que aparecem com sentido descritivo. Tal como dissemos, o procedimento das articulações locais em expressões definidas sustenta as relações argumentativas para a aprovação da ALCA.

No caso da substituição por *globalização*, temos que pensar que relação há entre essas palavras. Primeiramente dizemos que há um efeito de generalização, e assim *globalização* determina *integração*, no sentido de que *integração* está “dentro” de

globalização. Na reescrita podemos dizer que isso é o procedimento de reescrita por totalização, pois há no texto sempre a repetição da palavra *integração* em articulações locais com diferentes palavras que determinam a integração, mas num determinado ponto do texto aparece o enunciado “A **globalização** oferece grandes oportunidades para o progresso de nossos países e abre novos campos de cooperação para a comunidade hemisférica.” E aqui *globalização* retoma tudo o que foi dito sobre *integração*, pois esses textos analisados são declarações que propõem a criação da ALCA argumentando para sua aprovação. Assim, o tempo todo é dito que a integração beneficiará os povos das Américas, sendo a integração qualificada de diferentes formas, como vemos nos procedimentos de articulação. Por outro lado, a palavra *globalização* comporta um efeito totalizante que abarca todas as formas de integração. É o que podemos ver nesta outra ocorrência da palavra *globalização* no texto: “Não receamos **a globalização**, nem estamos seduzidos por seu fascínio.”

Como já dissemos, o nosso recorte se dá pela escolha de um detalhe e este constitui um funcionamento específico no texto. Interessou-nos até agora ver os procedimentos de articulação e mais pontualmente a questão da reescrituração da palavra *integração* nos textos que constituem nosso corpus. Vamos agora ver como se configura o DSD que está operando na constituição da designação da palavra *integração* a partir dos recortes analisados. Pensar no sentido, a partir dessa relação entre as palavras nos enunciados do texto nos coloca num domínio diferente do referencialista porque para nós a relação com o que está fora da linguagem é uma construção de linguagem e assim temos que “*as palavras significam segundo as relações de determinação semântica que se constituem no acontecimento enunciativo (...), são relações que se constituem pelo modo como se*

relacionam com outras num texto.” (cf. Guimarães, 2007). Pelo que dissemos acima, o DSD de *integração* pode ser apresentado como segue:



Os sinais ⊥ significam determina. Os sinais – significam sinonímia. As barras (/) significam “e” para representar a coordenação.

Nós vemos então, que há dois procedimentos aqui na reescrita de *integração*:

a) *por repetição*: *integração* é quase sempre reescrita por repetição e geralmente pelo procedimento de articulação direta com as palavras “energética”, “econômica”, “hemisférica” e “das Américas”. Mas temos também a reescritura de *integração* relacionada a outro procedimento de articulação, como vimos no item D, pela expressão “liberalização do comércio”. Num primeiro momento estamos dizendo que “liberalização do comércio” determina *integração*, mas esta é uma relação que interessa estudar mais atentamente.

b) *por substituição*: Ainda que na maioria das vezes se dê o procedimento de repetição, ocorre ao menos duas vezes o procedimento de reescritura da palavra por

substituição. É o caso da palavra “globalização” substituir, na reescrita do texto, *integração*.

Assim, temos sempre a repetição acontecendo ao longo de todo(s) o(s) texto(s) e só duas vezes ocorre a substituição, mas é pela mesma palavra *globalização*, de maneira que há só uma palavra que substitui *integração* na análise que fizemos. Isto dá uma relação particular, a de totalização. As outras palavras se relacionam a partir de procedimentos de especificação “interna”. Portanto essas palavras que compõem o DSD de *integração* acima funcionam como especificações, qualificações na articulação direta com *integração* a exceção das expressões “livre comércio” que parece manter uma relação de co-determinação com *integração* e “liberalização do comércio” que, como já dissemos, tem um funcionamento diferente. Já a palavra *globalização*, pelo procedimento de substituição determina todo o conjunto das articulações diretas de *integração*, englobando todas essas especificações. *Integração* funciona, portanto, como hipônimo de *globalização*. O fato de *globalização* produzir um sentido hiperonímico não está na língua como uma forma fixa, mas no texto, ou seja, não é uma relação própria da língua, mas é produzida no texto. Assim, o hiperônimo *globalização* determina *integração*. Não se trata, portanto, como dissemos num primeiro momento, somente de uma relação de sinonímia entre as palavras *integração* e *globalização*. A produção da hiperonímia recorta como memorável o sentido de *integração* como incluída na *globalização*, como parte dela.

O quadro do DSD configurado acima nos dá a hipótese do que é que constitui a designação de *integração* nos textos que propõem a criação da ALCA. É importante dizer que o DSD não caracteriza a relação da palavra com um domínio de coisas:

“O DSD caracteriza, no caso dos nomes, por exemplo, a designação das palavras, no sentido que dou para este termo. E a partir daquilo que a

palavra designa podemos ver como ela acaba por referir às coisas. Mas a referência não é a designação da palavra. Não é o que a palavra indica no mundo que é sua designação. E nem a designação é um modo de apresentar o referente. A designação de uma palavra é uma relação de palavra a palavra, que não é uma classificação das coisas existentes, é uma significação que acaba por identificar coisas, não enquanto existentes, mas enquanto significadas. (...) O DSD é, ao contrário, a caracterização de como, no acontecimento da enunciação uma língua se movimenta ao funcionar.” (Guimarães, 2007: 95-96).

Ao particularizar o setor de energia, por exemplo, está em questão a preocupação com setores estratégicos da economia nas Américas. O grande tema que envolve a integração é a economia, sendo, portanto as relações comerciais as que mais importam, ou que só importam para a integração proposta pela ALCA. Falar em integração hemisférica é delimitar não somente um espaço geográfico para dar limites a essa integração, mas também está em jogo um espaço político e, nessa medida, está em questão a distribuição das riquezas entre Hemisfério Norte e Hemisfério Sul. Assim, a globalização aparece como algo determinante para a integração e assim para o progresso, para o bem estar social que a ALCA vai promover. Está colocada a globalização dos recursos naturais, por exemplo. Ao se estabelecer essa divisão podemos pensar que há coisas que se globalizam e há coisas que não se globalizam e este seja talvez o caso da miséria (não “globalizável”) da América Latina.

Para finalizar trataremos então das duas questões apontadas nas análises feitas da palavra *integração* acima. A primeira questão é que vimos nas análises de reescrituração e articulação, que há, de modo geral, um mesmo procedimento de articulação que é direta, mas também ocorre uma articulação indireta da palavra *integração* com a incisa “por meio da liberalização do comércio”. Isso mostra que há um funcionamento diferente e que produz certos sentidos na designação *integração*. Interessa ver como se dá a relação de

determinação entre essas palavras. A segunda questão é a palavra *globalização* que funciona como uma substituição na reescrita de *integração* e comporta um efeito de totalização, no sentido de que *globalização* é hiperônimo de *integração* no texto. Mas essa análise semântica nos faz pensar que isso não é uma mera substituição de palavras no texto e então nos perguntamos como podemos ver essa substituição no decorrer da história? Como ela acontece? A partir do momento em que *globalização* substitui *integração* no texto, a palavra *integração* fica afetada pela história do sentido de *globalização*. É essa a relação que interessa estudar.

1.3.1 A palavra “globalização”

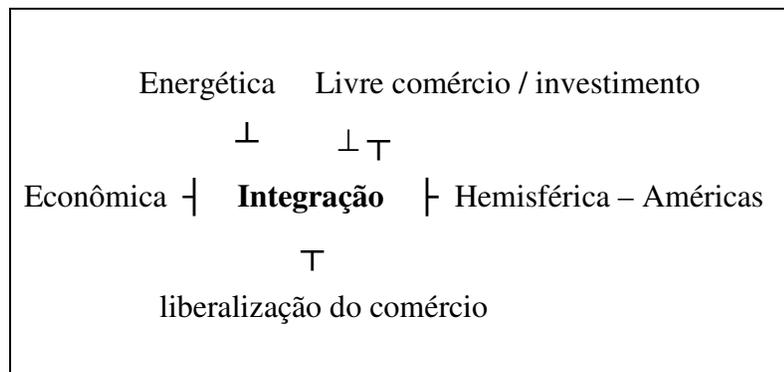
Para pensar melhor na relação que há entre as palavras *globalização* e *integração* gostaria de trazer novamente o quadro do DSD que nos permite ver a relação de palavra a palavra no texto e, a partir daí, poderemos fazer a interpretação desse movimento de sentidos num texto, caracterizado pelo DSD, pensando na relação necessária com o fora do texto, mas que é constitutivo dos sentidos dessas palavras, textos.

Vejamos:

A)

Globalização

⊥



Os sinais ⊥ significam determina. Os sinais – significam sinonímia. A barra (/) significa coordenação.

Globalização está então determinando *integração*, através de um efeito de totalização como já vimos nas análises anteriores, e, conseqüentemente, todo o conjunto de expressões que determinam *integração*. Esta palavra fica então afetada pela história da enunciação (memorável) da palavra *globalização* no domínio dos textos em questão. Como *globalização* está determinando todo esse conjunto de expressões, está, dessa forma, determinando “liberalização do comércio” também. Seguiremos com a análise do recorte em que aparece a incisa “liberalização do comércio” para vermos se é esta a relação de determinação ou se pode ser inversa, como nos parece mais provável.

Retomemos então o excerto para a análise da primeira questão colocada:

1. “Apoiamos o acordo dos ministros sobre a estrutura e o calendário adotado para a conclusão das negociações da ALCA nos prazos previstos, o que promoverá, com maior eficácia, o crescimento econômico, a redução da pobreza, o desenvolvimento e **a integração por meio da liberalização do comércio**, contribuindo para o alcance dos amplos objetivos da Cúpula.” (Declaração de Nuevo León – Cúpula Extraordinária, 2004).⁸

Antes de tudo é preciso observar que existe um funcionamento de coordenação que equipara: o crescimento econômico, a redução da pobreza, o desenvolvimento e a integração. Em seguida temos que todos esses processos podem acontecer **por meio da** liberalização do comércio. Como podemos ver essas relações sintáticas produzindo sentidos semanticamente? Discursivamente? Orlandi (1997) ao analisar o tema e o enunciado da bandeira nacional “Ordem e Progresso” discute a função da coordenação desse enunciado retomando Pêcheux (1981). Para ele “o problema da coordenação de enunciados parece constituir um problema limite para as teorias gramaticais (...) Este limite

8

Optamos por redigir a frase completa e colocar aqui a nota de rodapé que há no documento ao final da frase. * “A Venezuela faz reserva quanto ao parágrafo relativo à Área de Livre Comércio das Américas, por motivos de princípios e profundas diferenças acerca do conceito e da filosofia contidos no modelo proposto, bem como pelo tratamento dado às matérias específicas e aos prazos estabelecidos. Ratificamos nosso compromisso com a consolidação de um bloco regional e de comércio justo, como base para fortalecer os níveis de integração. Esse processo deve considerar as especificidades culturais, sociais e políticas de cada país; a soberania e a constitucionalidade; o nível e o tamanho de suas economias para garantir um tratamento justo.” (Declaração de Nuevo León – Cúpula Extraordinária, 2004).

marcaria o império de uma necessidade de uma outra ordem, mais precisamente ‘a ordem do discurso’ no sentido de Foucault.” (Pêcheux apud Orlandi, 1997: 36).

Ainda de acordo com Pêcheux, nos elementos coordenados temos “um domínio em que a regulamentação da possibilidade de constituir seqüência não é senão de analogias, compatibilidades implicações vagas que não autorizam uma interpretação sintática.” (Pêcheux, apud Orlandi, 1997: 36).

Temos então esses quatro sintagmas nominais postos em relação pela coordenação “e”. De acordo com Orlandi “não é uma proposição que está na base, ou melhor, que pode tornar interpretável a presença deste ‘e’, mas antes sua remissão a discursos possíveis. Não é, pois uma questão lógico-lingüística, mas preferentemente histórico-discursiva que toma a cargo a produção dos sentidos e seus efeitos.” (Orlandi, 1997: 37). Se pensamos que a coordenação é uma espécie de elemento catalisador de diferentes discursos temos aqui um bom exemplo disso, pois esses sintagmas nominais funcionam como nominalização. Veremos mais atentamente no próximo capítulo que a nominalização deixa os conteúdos dos verbos elididos e o processo não é nunca explicitado, tendo suas condições de produção apagadas. Nesse mesmo sentido pensamos que crescimento econômico e redução da pobreza, por exemplo, não necessariamente é complemento um do outro. O mesmo pode ser pensado para “desenvolvimento” e “integração” e seus possíveis desdobramentos.

Porém, há uma ambigüidade nesse enunciado analisado porque nos parece possível dizer também que a incisa “por meio da liberalização do comércio” pode estar incidindo somente sobre a palavra *integração*. Se esta relação é verdadeira, então teremos o seguinte DSD e aí vemos o funcionamento da coordenação na relação de determinação.

B) liberalização do comércio

⊥

integração

⊥

Desenvolvimento / redução da pobreza / crescimento econômico

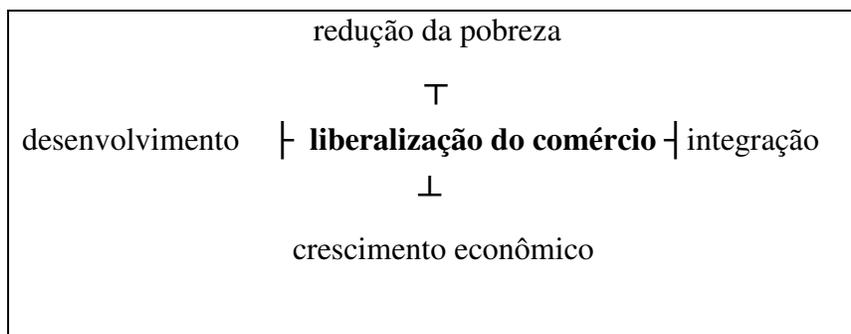
Os sinais ⊥ significam determina. As barras (/) significam “e” para representar a coordenação.

“Liberalização do comércio” determina “integração”, que por sua vez está numa relação de co-determinação com um conjunto de enumerações. Essas enumerações não estabelecem entre si relações de sinonímia.

É possível parafrasear, pelo verbo promover (promoverá), o recorte em análise dizendo que *a liberalização do comércio promove o crescimento econômico, a redução da pobreza, o desenvolvimento e a integração*. Ocorre que todas essas especificações que aparecem no enunciado em forma de enunciado nominalizado estão sendo determinadas pela expressão “por meio da liberalização do comércio”, que por sua vez é predicada por “contribuindo para o alcance dos amplos objetivos da Cúpula”. A enumeração desses enunciados faz com que *integração* esteja colocada nesse conjunto de palavras e expressões com a caracterização local de *integração* articulada a incisa “por meio da liberalização do comércio”. E como dissemos anteriormente, é pela liberalização do comércio que é possível realizar o que é colocado no conjunto das enumerações.

A partir disso podemos desenhar o seguinte DSD para os recortes que analisamos:

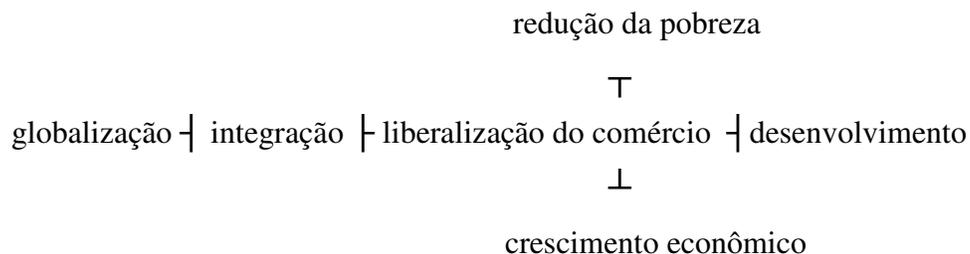
C)



Liberalização do comércio determina esse conjunto de enunciados e então “integração” é determinada por “liberalização do comércio”. Há aqui um duplo sentido instalado pela ambigüidade da incidência de “por meio da liberalização do comércio”. Isso nos aponta três hipóteses de como se daria essa relação de determinação nos textos analisados, conforme os três DSD’s que acabamos de apresentar.

A pergunta que se coloca então é qual a relação entre “globalização” e “liberalização do comércio”? Porque o que vimos nas análises é que *integração* é determinada por *globalização*, de modo que todo o conjunto de enunciados, expressões que são determinados por *integração* estariam sendo determinados por *globalização* pelo efeito de totalização que no processo de reescritura do texto pudemos ver. Mas esta relação não está colocada para o enunciado “liberalização do comércio”. Isso pode nos levar às seguintes interpretações:

Se integração é determinada por globalização e por liberalização do comércio poderíamos pensar na seguinte representação:



Não está necessariamente colocada uma relação de co-determinação para globalização e liberalização do comércio, mas se atentarmos para os recortes 3 e 5 do item B, veremos que há um funcionamento da articulação que prescreve a relação de co-determinação semântica entre as expressões: “integração” e “livre comércio”. Nesse sentido, a expressão “liberalização do comércio” pode ser pensada como sinonímia de “livre comércio” e então temos uma relação de co-determinação que está no texto. Porém, se é por meio da liberalização do comércio que é possível a integração, bem como todos os elementos que são postos em relação com essa palavra pela coordenação, conforme vimos nas análises acima, pensamos que, hierarquicamente “liberalização do comércio” é que determina *integração* e também *globalização*, pois a globalização é a integração, ainda que, como vimos nas análises anteriores, não há entre essas palavras uma relação de sinonímia. Estamos, dessa maneira refutando o que apresentamos em A e B e, a partir de C é que podemos chegar a essa representação dos sentidos no texto. De modo que o DSD se define assim:



Estas duas expressões (globalização e liberalização do comércio) são tomadas no texto, ambas determinando a *integração*. O efeito disso é de que se naturalizam esses dois processos como o que se pode e precisa para se ter essa integração que é proposta como ALCA. Ao se fazer isso, não está colocada a possibilidade de uma outra forma de

integração, o efeito é como se não existisse isso pelo discurso. É a partir disso que vamos para o litígio enunciativo que é estabelecido entre a ALCA e a ALBA.

Assumindo essa última representação do DSD: integração é determinada por globalização (por substituição/totalização). Essas designações são determinadas por liberalização do comércio também por efeito de totalização, de maneira que, semanticamente resulta numa relação de hiperonímia. Sem globalização não há integração. Este sentido é construído nestes textos, não quer dizer que seja um sentido universal ou que funcione assim, ainda que isso seja provável. Esta é a questão interessante que vemos nas análises, pelo movimento dos sentidos nos textos, ou seja, se é a liberalização do comércio que determina a integração, em outras palavras a proposta da ALCA mesmo, está definindo assim o caráter dessa política: o que importa são as relações comerciais, conseqüentemente as relações econômicas. O que se globaliza são fundamentalmente as relações econômicas de mercado. Para integrar é preciso globalizar e isso se dá por meio da *liberalização do comércio*. Por análises econômicas e políticas chegaríamos a isso, porém, o que queremos mostrar é como se dão essas relações pela enunciação.

Nesse mesmo sentido, Octavio Ianni (1997) discute as metáforas da globalização, de como, no desenvolver do mundo globalizado foram sendo empregadas determinadas metáforas para esse processo. Ele considera que essa recorrência no uso de metáforas revela uma realidade emergente ainda fugidia ao horizonte das ciências sociais. Mas não são necessariamente as várias metáforas empregadas para a globalização que nos interessa observar e sim uma em especial que é *fábrica global*. Ela instala-se além de toda e qualquer fronteira, segundo o autor, articulando capital, tecnologia, força de trabalho,

divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Assim, vê-se que a fábrica global é tanto metáfora como realidade.

“No âmbito da globalização, revelam-se às vezes transparentes e inexoráveis os processos de concentração e centralização do capital, articulando empresas e mercados, forças produtivas e centros decisórios, alianças estratégicas e planejamentos de corporações, tecendo províncias, nações e continentes, ilhas e arquipélagos, mares e oceanos.” (Ianni, 1997: 54).

O mercado é então o centro do processo de globalização e o que traça os itinerários dele. Assim, quando “integração” é afetada pelo sentido de “globalização” as características dessa integração estão materialmente relacionadas com o que é a globalização, constituindo assim a principal característica do acordo proposto pela ALCA.

CAPÍTULO III

1. A designação de *integração*: o processo de nominalização

Na relação que estabelecemos com a análise de discurso (AD) é preciso analisar essas designações de *integração* observando as marcas formais que constituem uma regularidade nesses textos para se chegar à propriedade do discurso. Assim, num primeiro momento da análise vimos, através dos procedimentos de reescritura e articulação, que aparece sempre a palavra *integração* como enunciado nominalizado, predominantemente em expressões definidas. Portanto é a partir disso que, para a análise que faremos da palavra *integração* como enunciado nominalizado no texto é preciso ter em conta que há marcas materiais que são relevantes para um estudo interpretativo/discursivo do(s) sentido(s) de *integração* na proposta da ALCA. Refiro-me à marca material tal como é tratada na análise de discurso.

“(...) a análise de discurso trabalha com as formas materiais que reúnem forma-e-conteúdo. As marcas formais, em si, não interessam diretamente ao analista. O que interessa é o modo como elas estão no texto, como elas “encarnam” no discurso. Daí o interesse do analista pela forma-material que lhe permite chegar às propriedades discursivas.” (Orlandi, 2005: 90).

Interessa compreender aqui o que a designação dessa palavra traz nesse discurso das Cúpulas das Américas (o espaço de oficialização da proposta da ALCA), buscando apreender a exterioridade significada pela linguagem na relação das designações. O texto deve ser pensado como uma unidade imaginária, fazendo intervir na reflexão a ideologia, e é pelo texto que nós temos acesso à interdiscursividade. Orlandi diz que o texto é a unidade

fundamental da linguagem quando se pensa no seu funcionamento e o funcionamento é o fato de que ele faz sentido. Sem texto não há significação. As palavras, para significarem, já foram texto. (Orlandi, 2001).

Trabalhamos aqui, como já foi apresentado, com recortes dos documentos que propõem a constituição da ALCA, mais especificamente com as Declarações que são emitidas pelas Cúpulas das Américas. Nessas Cúpulas reúnem-se os chefes de Estados eleitos nas Américas, assim como são apresentados. A preocupação em analisar a designação de integração nesses documentos é um modo de colocar em questão os sentidos de que a ALCA é a favor da integração de um modo neutro. Saber o sentido de *integração* nestes textos é um modo de procurar compreender o que a designação desta palavra traz a propósito das relações políticas entre os Estados que estão negociando a ALCA. É também procurar compreender que outros discursos estão sendo apagados ou mobilizados no processo de designação

1.1 A designação e o pré-construído

De acordo como já vimos acima, entendemos o conceito de designação conforme Guimarães (2002). É preciso entender que as relações de designação são produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeitos e assim temos sentidos que são produzidos apagando outros sentidos possíveis.

Marandin (1997), ao trabalhar com a relação sintaxe/discurso admite que a linguagem é estruturalmente heterogênea. Para definir seu plano de trabalho acerca da relação de substitutibilidade em um domínio semântico (DS), diz que o que reúne tais substituíveis não está necessariamente presente no texto em análise. Há sempre a

necessidade de se ultrapassar as fronteiras do texto. É imprescindível para a AD a presença dentro de uma seqüência discursiva de outras seqüências discursivas e isso é a base da distinção entre interdiscurso e intradiscurso, além de ser a origem da tese segundo a qual o intradiscurso só se constitui pelo interdiscurso que o atravessa (cf. Marandin, 1997).

Tomando essas questões, Marandin discute a noção de pré-construído pensando justamente na relação que esse conceito tem com a sintaxe. E esta é, para Marandin, *“uma ferramenta essencial que entra na construção de um observatório dos discursos.”* (ibidem: 124). O pré-construído é definido como o que designa uma situação onde o modo de organização do objeto é indistinguível de seu modo de interpretação. Mais adiante diz: *“tem-se pré-construído quando o diferencial interpretativo recorta uma diferença em uma construção ideológica. A eficácia é então máxima, pois a diferença se apresenta nas formas tais como a língua força a interpretá-las.”* (ibidem: 131). É essa relação apresentada por Marandin que interessa para este trabalho como veremos adiante no caso da nominalização. A nominalização é um recorte do funcionamento da designação que o corpus em questão apresenta. É preciso distinguir, como diz Marandin, o estudo das formas dependentes da sintaxe do estudo do lugar da sintaxe na compreensão do discurso.

A posição materialista exige que se analise a materialidade do discurso e do sentido.

Então, de acordo com Pêcheux:

“(...) o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (...) as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam.” (Pêcheux, 1995: 160).

1.2 A descrição dos recortes

Numa primeira etapa de análise, faremos um estudo descritivo dessas marcas formais. Retomemos alguns dos recortes apresentados anteriormente:

1. “Embora enfrentem diferentes desafios de desenvolvimento, as Américas estão unidas na busca da prosperidade por meio de mercados abertos, **da integração hemisférica** e do desenvolvimento sustentável.” (Primeira Cúpula das Américas, 1994).
2. “Promoção da prosperidade mediante **a integração econômica e o livre comércio**” (subtítulo). (Primeira Cúpula das Américas, 1994).
3. “O livre comércio e **a integração econômica progressiva** são fatores essenciais para elevar os padrões de vida, melhorar as condições de trabalho dos povos das Américas e proteger melhor o meio ambiente.” (Primeira Cúpula das Américas, 1994).
4. “Trabalharemos com base nos acordos sub-regionais e bilaterais existentes, com vistas a ampliar e aprofundar **a integração econômica hemisférica** e tornar esses acordos mais parecidos.” (Primeira Cúpula das Américas, 1994).
5. “comprometemo-nos a empreender iniciativas de energia renovável, promover **a integração energética**, aprimorar o marco regulatório e sua implementação, promovendo os princípios de desenvolvimento sustentável.” (Terceira Cúpula das Américas, 2001).

Como podemos ver nos recortes 1, 2, 3, 4 e 5 a palavra *integração* funciona como nominalização para a forma verbal “integrar”. Mas veremos que não se trata simplesmente de uma relação mecânica de derivação numa relação: verbo – nome. Não são estruturas fixas nas quais um deriva do outro, mas há num texto nomes que se diferenciam de outros nomes, uma vez que estão em relação com “outra coisa” e essa outra coisa é, a princípio, um enunciado verbal subjacente (cf. Sériot, 1985). Então, não se trata de analisar a passagem do enunciado verbal à nominalização, a partir de regras produtoras de frases gramaticais, mas o inverso. Para Sériot interessa saber como remontar da nominalização a essa “outra coisa”, a esse outro enunciado que não está no texto, mas que está constituindo sentidos no texto.

Diante dessa caracterização, uma questão que se coloca é: o que se integra com o que, quando e como? A nominalização apaga outros dizeres e não explicita o agente, nem o paciente. Assim, quando temos um funcionamento de nominalização, perdem-se as propriedades do verbo, pois o processo não é nunca explicitado.

Nos sintagmas nominais destacados “a integração econômica”, “da integração hemisférica”, “a integração energética”, etc, há um efeito de apagamento do sujeito, do tempo, do processo. Há aí um efeito de neutralização no modo de dizer a integração. Mas, por outro lado, temos os procedimentos de articulações que particularizam a integração adjetivando, ou melhor, caracterizando diferentemente *integração* ao longo do texto.

Retomemos mais dois recortes:

6. “**A integração hemisférica** é complemento necessário das políticas nacionais para superar os problemas pendentes e alcançar maior grau de desenvolvimento. **Um processo de integração em seu conceito mais amplo** permitirá, com base no respeito às identidades culturais, configurar uma teia de valores e interesses comuns que nos ajude a cumprir esses objetivos.

A globalização oferece grandes oportunidades para o progresso de nossos países e abre novos campos de cooperação para a comunidade hemisférica.” (Segunda Cúpula das Américas, 1998).

7. “Acreditamos que **a integração econômica**, o investimento e o livre comércio são fatores essenciais para elevar os padrões de vida, melhorar as condições de trabalho dos povos das Américas e proteger melhor o meio ambiente. Esses temas serão levados em consideração à medida que avancemos com **o processo de integração econômica** nas Américas.” (Segunda Cúpula das Américas, 1998).

No recorte 6 temos o sintagma nominal que determina integração, mas temos também *integração* como “um processo” trazendo aqui a relação de indeterminação, a partir do artigo indefinido “um”. Então, o funcionamento de integração aqui é diferente dos outros selecionados porque ele é indeterminado. Além disso, parece haver uma espécie de

contra-palavra a um possível questionamento acerca do que seja integração. Porém, no recorte 7, já não é mais novo porque é determinado. O que isso quer dizer?

Quando é colocado como elemento novo “um processo de integração”, espera-se que se vá explicitar o que é, mas só se fala dos benefícios que a integração promoverá: *“permitirá, com base no respeito às identidades culturais, configurar uma teia de valores e interesses comuns que nos ajude a cumprir esses objetivos.”* O que interessa é mostrar os resultados benéficos da integração. Esses resultados que, de certa forma, predicam integração funcionam nas relações argumentativas direcionando para a aprovação da ALCA.

Retomemos outros recortes:

8. “Continuaremos a promover **a plena integração** das populações indígenas e de outros grupos vulneráveis à vida política e econômica (...)”
 “Reconhecemos que o desenvolvimento de vínculos energéticos entre nossos países e a intensificação do comércio no setor de energia fortalecem e impulsionam **a integração das Américas. A integração energética**, baseada em atividades competitivas e transparentes, (...) contribui para o desenvolvimento sustentável de nossas nações (...).” (Segunda Cúpula das Américas, 1998).

Em 8, “plena integração” da população indígena não diz nada sobre essa integração. Vemos que, quando a integração é determinada por econômica, hemisférica, etc, os sintagmas são compostos com a determinação de integração na frente. Já no caso da integração indígena, “plena” é colocado antes produzindo um efeito de “enfraquecimento” da integração porque será plena, mas plena em quê?

Outros exemplos:

9. “(...) o livre comércio, sem subsídios nem práticas desleais, associado a um crescente fluxo de investimentos produtivos e **a uma maior integração econômica**, promoverá a prosperidade regional (...)” (Terceira Cúpula das Américas, 2001).
10. Não reecemos **a globalização**, nem estamos seduzidos por seu fascínio.” (Terceira Cúpula das Américas, 2001).

11. “Com uma visão renovada e fortalecida da cooperação, da solidariedade e **da integração**, enfrentaremos os contínuos e crescentes desafios do Hemisfério.” (Cúpula Extraordinária – Nuevo León, 2004).

12. “Alguns membros sustentam que devemos levar em conta as dificuldades **do processo de negociações** da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e reconhecer a contribuição significativa que **os processos de integração econômica e a liberalização do comércio** nas Américas podem e devem fazer para atingir os objetivos da Cúpula de criar trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática.” (Quarta cúpula das Américas, 2005).

Observando os recortes 2 e 12 temos o funcionamento da coordenação (e) e enumeração que constituem o efeito de pré-construído. Aqui “integração” e “livre comércio” são equiparados. Temos dois objetos como sendo equivalentes a partir de uma posição-sujeito. Neste caso vai para a posição-sujeito porque outra posição entraria em conflito. O efeito é de colocar em igualdade esses dois termos, que, para analistas econômicos, por exemplo, não é a mesma coisa. O discurso do livre comércio e o que é dito sobre isso vem do liberalismo e então a integração aqui equiparada pode assumir esse caráter de estar filiada a uma concepção liberal (no sentido político) do que seja integração. Aqui é possível desenvolver uma relação com a análise que fizemos no capítulo anterior acerca do enunciado “liberalização do comércio”. Vimos que “liberalização do comércio” determina *integração*. Aqui ambos estão numa relação de enumeração produzindo um efeito de equiparação, no entanto a *integração* que está sendo equiparada é a econômica. Isso se relaciona com o que mostramos anteriormente nas análises desse enunciado com o termo *globalização* e vimos que é o fator econômico que “dirige” os sentidos de *globalização* nos textos em análise.

No conjunto dos textos que compõem o corpus, a palavra *integração* é sempre particularizada, na sua forma nominal. Há um não dito que funciona no já-dito constituindo também a designação dessa palavra. Nos recortes selecionados vemos que há uma

caracterização do nome integração, particularizando a integração e constituindo o processo designativo.

Nos recortes 6 e 10 temos a palavra globalização, também funcionando como uma nominalização. Nesse caso parece haver uma relação de sinonímia entre “integração” e “globalização”, ambas orientando para a direção de progresso, avanço, pois há aqui um discurso positivista que remete o tempo todo a idéia do avanço, do progresso e ambos num contexto global. Vimos, no entanto, que há um efeito hiperonímico de “globalização” em relação a “integração”. Está posta também a questão da associação, da cooperação entre os mercados (não entre pessoas), mas uma relação de associação não pressupõe poder igual para os associados. Aqui se faz presente a noção de relações de sentidos, de maneira que é possível identificar os discursos em relação como vimos apontando. Assim, é como afirma Orlandi:

(...) os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis.” (Orlandi, 2007: 39).

Vemos, de maneira muito inicial, que a palavra progresso funciona como um efeito de sustentação para *integração*. Há, inclusive, várias ocorrências da palavra *progresso* sustentando os sentidos de “integração” e funcionando também na relação argumentativa orientando para a aprovação da ALCA. Ou seja:

- Ter a ALCA = progresso
- Não ter a ALCA = miséria, atraso

A relação pode ser representada da seguinte forma: *se* integração, *então* progresso.

1.3 O processo de nominalização

Como já vimos no início das descrições dos recortes que retomamos, a palavra *integração* está funcionando na sua forma nominalizada. Quando temos a nominalização, o processo não é explicitado e sendo assim, as propriedades do verbo são perdidas, como o tempo, o modo, etc. A abrangência dos temas incluídos nas negociações da ALCA constitui uma característica desse acordo. E isso aparece mesmo pelo processo de nominalização.

Na nominalização o que está tematizado pelo verbo se transforma em nome e então as posições ficam com os conteúdos todos elididos. O que é a ação se transforma no resultado da ação. Tem-se uma estrutura não explicitada, não expandida e que supõe um conhecimento *x*. Na teoria lingüística mais geral a nominalização é o que “representa”, “é a forma transformada de”. Ela não é algo de inicial, mas é o produto, o resultado de certas operações efetuadas antes da realização material do texto. Pensando na derivação morfológica de *integração* temos: verbo - substantivo = integrar – integração. Mas essa derivação morfológica só nos mostra certa potencialidade do sistema da língua. Estamos tomando Sériot (1985) para este trabalho porque ele trata justamente de expandir, de elaborar teorias acerca da nominalização tendo como corpus o discurso político soviético. Vemos com Sériot que a questão lingüística somente não resolve o problema de interpretação do enunciado. O sistema da língua, que é relativamente autônomo serve de base potencial a um funcionamento de suas formas. A nominalização, para ele, ultrapassa o quadro de uma lingüística que seria concebida como descrição de um sistema, a língua, ou mesmo a competência de um locutor ideal. Isto se dá porque a superfície lingüística não é homogênea (cf. Sériot, 1985). Na relação que ele estabelece com o pré-construído vemos que o que é importante é que o enunciado nominalizado é pré-construído. Assim, a palavra

nominalizada não é alterada pelo sujeito enunciador, mas está como objeto do mundo “já-lá”, preexistente ao discurso, que servirá para instanciar um lugar na relação, porém suas condições de produção foram apagadas. São essas formas particulares de pré-construído, as nominalizações, que Sériot vai analisar no corpus que ele toma em tal estudo. Para ele toda ocorrência de um encaixe sintático (a nominalização é apenas um caso particular), contribui potencialmente para fazer de um texto, em função das formas particulares da língua em que se dá, uma superfície heterogênea na qual se misturam e se articulam elementos de discurso de origem diversas. Para a nominalização, o exterior ao texto não é explícito, nem “mostrado”, ele é apenas indicado, utilizado, nomeado como objeto do mundo, se apresentando sob a forma de um nome. (Sériot, 1985).

A nominalização traz o objeto como ponto pacífico, como algo que não está em discussão e é assim que temos que pensar o funcionamento da designação de *integração* para a ALCA. Quais são os efeitos que ela traz por não obrigar o verbo a preencher seus argumentos?

É nesse sentido que o conceito de pré-construído é fortemente convocado, quando temos a nominalização. Para Pêcheux o pré-construído é o efeito pelo qual os objetos já estão dados para a identificação do sujeito e sua formulação. O efeito do pré-construído, como já vimos em Marandin (1997) e agora retomando Mariani (1998) é a ação vertical do interdiscurso no intradiscurso, obtido com a nominalização.

De acordo com Mariani:

“A denominação, enquanto um modo de construção discursiva dos ‘referentes’, tem como característica a capacidade de condensar em um substantivo, ou em um conjunto parafrástico de sintagmas nominais e expressões, “os pontos de estabilização de processos” resultantes das relações de força entre formações discursivas em concorrência num mesmo campo.” (Mariani, 1998:118).

Assim, a autora se coloca numa perspectiva que considera que o processo de denominar não está somente na ordem da língua ou das coisas, mas sim na ordem do discursivo. Para Mariani as denominações tornam visíveis as disputas, as imposições e mesmo os silenciamentos que há entre a formação discursiva dominante e as demais. E, no caso em que estamos analisando, temos a nominalização materializando esse cruzamento de discursos no qual atuam a memória, o acontecimento e a antecipação, ou futuridade para nos mantermos nos termos da noção de temporalidade da semântica do acontecimento. Mariani afirma que as denominações estão “*instaladas no interdiscurso, impedindo outras significações, disfarçando as tensões, mas ao mesmo tempo e, contraditoriamente, tornando evidente a fuga dos sentidos.*” (Mariani, 1998:119). Assim, para entender a designação *integração* em sua forma nominalizada é preciso sair da superfície lingüística, ver com que outras palavras ela se relaciona, que efeitos isso produz, qual a relação com a história oficial, enfim, buscar compreender quais os efeitos de sentido que tem a palavra *integração* no funcionamento de nominalização.

No exemplo dado no recorte 3 acima, temos que a integração econômica progressiva e o livre comércio são fatores essenciais para elevar os padrões de vida, melhorar as condições de trabalho e proteger melhor o meio ambiente. Porém o compromisso com a verdade dessas conseqüências da integração fica por conta do locutor. Há um pressuposto de que a integração da qual ele fala funciona assim. Não está explicitado o que se integrará com o que? Por quem? Como será feito isso? Etc. Há um efeito de universalidade dos benefícios da integração proposta pela ALCA. Aí está funcionando o pré-construído. Usualmente, todos os acordos de livre comércio entre países têm sido denominados de integração econômica. Nesses casos, o termo *integração* é utilizado com uma conotação positiva, assim como o termo “livre” adjetivando o comércio.

Quem em princípio é contra integração e liberdade? (Jakobsen e Martins, 2004). Mas, considerando toda a polêmica que existe em torno dessa questão, vemos que a nominalização apaga, neutraliza toda a polêmica. Não é dito em nenhum momento, nos recortes analisados, que existe uma gritante diferença econômica entre os países que compõem a negociação da ALCA, de forma que, numa livre concorrência uns são mais livres que outros.

A questão da significação de integração é então colocada observando a princípio sua designação e o movimento de sentidos no texto através da configuração do DSD mostrado anteriormente. Vemos agora que *integração* é uma forma nominalizada e que isso também, materialmente, produz sentidos. O que está em questão é que esses sentidos de *integração* são produzidos no acontecimento de enunciação considerando-se, porém, as condições de produção desse discurso.

A palavra *integração* aparece sempre como um sintagma nominal. Como a nominalização sempre traz o sentido como ponto pacífico, pois num processo de nominalização temos todas as propriedades do verbo perdidas (o processo não é explicitado, nem o sujeito, o tempo, o modo, etc.), é necessário ir para o pré-construído e ver como funciona o silenciamento. O valor da integração é pré-construído determinando o que seja seu valor por um lado, e indeterminando o valor de integração por outro. O efeito de pré-construído traz o efeito de completude, uma vez que a incompletude é a condição da linguagem, mas a questão que se põe é o que ficou dito e o que ficou sem dizer? (Orlandi, 2002). Desse modo é preciso não trabalhar somente no domínio da atualidade com os enunciados analisados, mas buscar compreender a relação com a memória (que está constituindo os sentidos das expressões) e nossa maneira de ver isso foi através da análise da nominalização.

Assim, uma pergunta que se põe é: Que outros sentidos para *integração* estão sendo silenciados?

Com a análise da nominalização podemos pensar na questão da memória, que é conceitualmente diferente de memorável, conforme discutimos anteriormente. Assim, podemos analisar o corpus em questão pensando no discurso integracionista do século XIX que está apagado no acontecimento enunciativo, como vemos nas análises dos recortes apresentados. O discurso integracionista do século XIX é o discurso bolivariano da integração americana. Simón Bolívar (1783-1830), que ficou conhecido como “o libertador”, foi a principal figura do século XIX no que se refere à integração latino-americana. Ele defendia, na verdade, a idéia de uma integração continental e para isso convocou, em 1826, o Congresso do Panamá, o qual daria início às Conferências Panamericanas. As Conferências Panamericanas foram uma série de reuniões de delegados, ministros de relações exteriores e presidentes das nações da América que aconteceram entre 1889 e 1954 dentro das idéias e princípios do panamericanismo. Temos o sintagma nominal “integração americana” ou mesmo “integração panamericana”. Nesse caso, a adjetivação da nominalização *integração* mobiliza outra rede de formulações discursivas. Apesar de suas contradições, um dos princípios era a integração política dos Estados Americanos, a igualdade dos Estados nos organismos, entre outras coisas, ainda que, na prática isso não tenha sido concretizado, pois em 1823 os EUA proclamavam a Doutrina Monroe que defendia: “a América para os americanos”, sendo que “americanos” é a forma como os norte-americanos se autodenominam. Logo mais surge a questão do Destino Manifesto⁹,

⁹ O Destino Manifesto é o pensamento que expressa a crença de que o povo dos Estados Unidos foi eleito por Deus para comandar o mundo. Sendo assim, o expansionismo americano seria apenas o cumprimento da vontade divina, enquanto algo inevitável.

como consequência do pragmatismo norte-americano em suas conquistas (Doutrina Monroe) e ambas parece seguir vigorando até hoje.

Há marcas materiais desse apagamento no discurso promovido pela ALCA. É o caso, por exemplo, de não aparecer nunca nos documentos da ALCA a palavra “americana”, pensando em “integração americana”. O que aparece é integração “das Américas”, “hemisférica”, “econômica”. O efeito metafórico está em substituir “americana” por “hemisférica”, por exemplo. O que temos então, no acontecimento enunciativo dos textos da ALCA é um apagamento, um silenciamento sobre o discurso e a política de integração do século XIX, com os princípios bolivarianos. No entanto, o apagamento dessa memória está constituindo sentidos no discurso da atualidade e é a partir disso que veremos o litígio enunciativo entre ALCA e ALBA, no capítulo V.

No que se refere às antecipações, ou melhor, às projeção de futuro na temporalidade do acontecimento enunciativo, podemos dizer que quando temos a hipótese do que é que constitui a designação de *integração* nos textos que propõem a criação da ALCA, vemos que ao particularizar o setor de energia, por exemplo, está em questão a preocupação com setores estratégicos da economia nas Américas. Retomo aqui o que seqüência do quadro mostramos na do DSD mostrado anteriormente.

CAPÍTULO IV

1. A palavra *progresso*

Agora trataremos de analisar a palavra *progresso*, buscando mais uma vez compreender, a partir do DSD que apresentaremos, a designação da palavra. Com *integração* fizemos um trabalho, de análise com o corpus, de descrição e interpretação dos recortes chegando a um único DSD que pudesse nos mostrar o movimento dos sentidos no texto e as relações estabelecidas com outras palavras nos textos. Em seguida, analisamos *integração* enquanto enunciado nominalizado e, a partir daí pudemos trabalhar um pouco a relação com a memória, com o interdiscurso.

Nosso objeto de análise é a palavra no enunciado, ou seja, fazemos as análises considerando que as palavras funcionam em textos. Do nosso ponto de vista, não se pode esquecer que a palavra tem história e essa história é decisiva na constituição de seus sentidos.

Para analisar *progresso* faremos um caminho um pouco diferente do que fizemos para a análise de *integração*. Vamos trazer, antes dos recortes dos textos sobre a ALCA, uma discussão mais histórico-filosófica em torno do conceito de progresso que consideramos pertinente para este trabalho de pesquisa. Feito o percurso do conceito, analisaremos a palavra *progresso* no nosso corpus. Para o percurso enunciado, veremos centralmente a discussão de Starobinski, que observa o movimento do sentido do conceito e a mudança substancial que sofreu no século XVIII, deixando de ter um sentido “neutro” para passar a admitir a idéia de progresso-aperfeiçoamento. Progresso então passa a ter uma

direção, um sentido único. Outro autor que trazemos aqui é Bensaïd que trata de discutir a idéia do progresso-aperfeiçoamento pela perspectiva marxista. Então, de certa forma, estamos trabalhando aqui com a memória da palavra, mas buscando essa relação em textos histórico filosóficos.

Poderíamos observar como a palavra *progresso* está funcionando em outros tipos de textos de outros momentos históricos, ou mesmo em dicionários, no entanto optamos por fazer este caminho das idéias histórico-filosóficas, pelo que ele pode indicar do movimento das idéias. Assim, estamos fazendo uma espécie de cruzamento de análise lingüística com uma discussão histórico filosófica da palavra, mais propriamente do conceito que representa essa palavra, de forma que, antes de fazer a análise dos textos que compõem nosso corpus estamos buscando a compreensão da história da palavra, do conceito. Nosso objetivo específico é analisar o movimento dos sentidos de *progresso* nos textos da ALCA e não fazer análises comparativas com outros textos, mas sim estabelecer relações com a história da palavra. Estamos dizendo com isso que a análise que fazemos é da palavra numa língua, num texto, mas ela está num domínio conceitual histórico e essa relação é que estamos estabelecendo aqui neste trabalho.

Vejamos um pouco sobre a história da palavra *progresso* e algumas discussões pertinentes a isso.

1.1 A palavra e o conceito de *progresso*

Jean Starobinski (2002), a partir de uma perspectiva genealógica, apresenta um vasto estudo das palavras ação e reação. Para isso ele trata da relação tensa entre palavra e

pensamento fazendo uma leitura diacrônica destas palavras, o que o insere dentro de um projeto teórico de lingüística histórica. Nas palavras dele:

“Como sabemos, os lingüistas, em sua maioria, optaram hoje por uma abordagem sincrônica e não vêem interesse algum em recorrer à ‘verdadeira’ origem arcaica das palavras, que eles consideram uma miragem. Contudo, a semântica histórica (tal como a definia Michel Bréal em 1897, ou tal como foi ilustrada pelos trabalhos de Émile Benveniste) nunca foi vítima da ilusão de que o sentido atestado mais antigo fosse uma verdade filosófica.” (Starobinski, 2002: 12).

O que nos interessa do trabalho deste autor é a relação que ele estabelece entre as palavras reação e progresso. Quando ele discute as chances e obstáculos do progresso, ele fala um pouco do conceito mesmo de progresso.

De acordo com Starobinski, para Diderot a natureza se perpetua por meio do movimento ativo e reativo de suas partes. Ao mesmo tempo, como um paradoxo do seu pensamento, concebe que a natureza não se perpetuará indefinidamente. Por que o autor francês concebe dessa forma o progresso? Para Diderot o progresso era aleatório e/ou cíclico, momentos de ação se combinam com momentos de reação das partes de forma a levar a construção e destruição das mesmas. A natureza não tem um plano e um objetivo fixo; o progresso é um termo neutro, ou seja, não significa somente aperfeiçoamento, mas também deterioração.

Starobinski segue sua análise retomando Condorcet que acredita na perfectibilidade da natureza humana. A história para Condorcet é a história de suas épocas sucessivas e a partir dessa concepção de história ele constatava os progressos dos conhecimentos, da moral e das instituições sociais, de forma que esses aperfeiçoamentos se tornavam irreversíveis dali para frente. Starobinski traz um trecho de *Vie de Monsieur Turgot* (1786)

que trata da doutrina do *Tableau historique des progrès de l'esprit humain*. O texto é importante na história da idéia de progresso porque faz a relação com as expressões que designam o que se opõe ao progresso. No caso: os “erros”, os “preconceitos”, e, sobretudo o “passo retrógrado”. (Starobinski, 2002: 299). “Progresso”, então, é concebido como uma conseqüência dos sucessos do pensamento científico e isso tem fortes relações com as leis da mecânica newtoniana e ultrapassa o domínio da ciência. “*Ora, não vai tardar em se pegar emprestado da linguagem já vulgarizada das leis da mecânica a palavra “reação”, para nomear o que contraria o progresso.*” (ibidem: 300). Este novo uso não vem de Condorcet, mas das circunstâncias posteriores a sua existência e a de Robespierre. Será Benjamin Constant quem estabelecerá esta clara oposição: progresso/reação.

Em seguida o autor vai retomar Kant para mostrar que a história universal se tornaria a cena de uma série de progressos. Kant trata de uma série de ações e reações que formariam a trama da história, a sua realidade empírica, nas palavras de Starobinski. Não nos aprofundaremos nisso, mas interessa mostrar que há aí outro deslocamento para o termo progresso, pois o autor mostra que em Kant é possível afirmar a idéia de um sentido possível da história, que em outros autores aparecerá com o nome de Progresso, no singular. Este sentido de “progresso” como um valor sagrado é mais freqüente no século XIX.

“O que se opõe ao progresso, é, para Kant, a violência humana, ou seja, ‘a cepa torta’ da qual são feitos os homens. Ele constata a ‘insociável sociabilidade’ (*ungesellige Geselligkeit*) destes, o que é suficiente para explicar a lentidão das transformações morais e políticas mais desejadas. A história, segundo ele, é o campo de atividade de uma natureza que deu ao homem a disposição (*Anlage*) para o progresso. A natureza erigiu, portanto, a espécie humana, em ator responsável de seu destino. Esta teoria da história não faz nada mais do que anunciar de longe o casal antiético Progresso/Reação (no

singular) que se imporá na língua das ideologias do século XIX. Kant não imputa unicamente à imaturidade e aos preconceitos as dificuldades do progresso: o entrave está na própria natureza do homem.” (Starobinski, 2002: 303).

Isso para mostrar que a palavra “progresso” sofreu uma mudança importante no fim do século XVIII: ela não é mais utilizada (freqüentemente) nos sentidos neutros (temporais ou espaciais) como era anteriormente. O novo sentido que ela ganha está associado à noção de aperfeiçoamento. Porém a resistência ao progresso-aperfeiçoamento será feita por grupos sociais ou forças políticas a partir do momento em que não é concebido mais como um “mal radical no homem”, conforme afirma Starobinski.

Essa questão da resistência ao progresso-aperfeiçoamento nos faz pensar no trabalho desenvolvido por Daniel Bensaïd (1999), no qual ele faz uma discussão acerca do progresso. O autor trata de discutir o pensamento de Marx a partir de três críticas: da razão histórica, da razão econômica, do positivismo científico, de maneira que estas se respondem e se completam mutuamente. Elas constituem o centro da crítica marxista e também a estrutura do livro em questão.

Como dissemos nos interessa especificamente a questão do progresso e, ao discutir o progresso sob benefício de inventário, o autor discute a história social em comparação com a história do ser vivo, mostrando que as duas se constituem de um conjunto de eventos que são lógicos em termos retrospectivos, mas absolutamente impossíveis de predizer. Essa é a premissa básica para discussão do conceito de progresso que apresenta nesse tópico. Portanto, a idéia de que há uma evolução simbolizada pela escala do progresso contínuo fica arruinada. Ainda falando sobre a história dos seres vivos em comparação com a

história social, ele conclui que “*a diversidade dos itinerários possíveis mostra claramente que os resultados finais não podem ser preditos no início.*” (Bensaïd, 1999: 94).

De acordo com ele, o próprio Darwin recusa-se a exprimir sua teoria da evolução das espécies em termos de progresso, de modo que não há uma tendência inata que leve a um progresso dentro do desenvolvimento. Em seguida, ele retoma Étienne Balibar para mostrar que este completa a idéia de Marx segundo a qual “a história avança pelo lado ruim”, acrescentando: e, no entanto ela avança! Mesmo assim, as falhas dessas vitoriosas derrotas desempenharam um papel inesperado. (Bensaïd, 1999: 95). Com Marx temos uma crítica à idéia de progresso. Balibar então força a pensar as historicidades singulares e Bensaïd afirma que essa conclusão quase não é compatível com a hipótese de uma medida histórica absoluta do progresso.

“O esforço de Marx visa a manter os dois aspectos: emancipar-se da abstração da História universal (do “universal que paira”) sem cair no caos insensato das singularidades absolutas (daquilo “que só acontece uma vez”); e sem recorrer ao curinga do progresso. Na medida em que a universalização é um processo, o progresso não se conjuga no presente do indicativo, mas somente no futuro anterior: sob reserva e sob condição. Mas se o progresso cotidiano consiste em ganhar mais do que se perde, sua avaliação fica condenada à vulgar contabilidade dos ganhos e das perdas.” (Bensaïd, 1999: 96).

O autor afirma que a crença no progresso histórico exclui a contingência, pois a noção corrente de progresso, para o otimismo liberal de ontem e hoje, como ele diz, sustenta que “toda mudança toma o sentido de um progresso em relação ao qual não haveria condições de regressão.”

Ele segue retomando Benjamin, especificamente sobre sua terceira tese sobre o conceito de história, pois segundo ele, Benjamin traduz essa determinação retrospectiva e definitiva do progresso pela imagem de um impronunciável juízo final, no sentido de que

nada que será produzido deverá ficar perdido para a história, e de maneira que, a posse integral do passado está reservada a uma humanidade restituída e salva. “O sentido do progresso fica assim suspenso ao sonho de uma humanidade salva.” (Bensaïd, 1999: 97). Benjamin, em suas teses sobre filosofia da história, ao fazer a crítica ao conceito de progresso, ele faz uma crítica ao otimismo histórico da social-democracia. (Kothe, 1991: 19). Pois a teoria socialdemocrata, em sua práxis, era determinada por uma concepção de progresso que não era realista, mas sim tinha uma pretensão dogmática. Este progresso era em primeiro lugar um progresso da humanidade, em segundo era um progresso infinito e em terceiro, era considerado como inelutável. Segundo Benjamin:

“A concepção de progresso do gênero humano ao longo da história é algo inseparável da concepção de que esta transcorra num tempo homogêneo e vazio. A crítica à concepção desse processo precisa constituir o fundamento da crítica à própria concepção de progresso”. (Benjamin, apud Kothe, 1991: 161).

De acordo com Bensaïd, o progresso está histórica e socialmente determinado, pois está carregado de regressões que o seguem como sua sombra e o progresso não é nunca absoluto e definitivo. Ele diz que a grande desilusão do progresso pode conduzir a uma contemplação de uma história sem combinação, sem razão, onde só haveria lugar para a indignação moral, o grito sem amanhã ou o silêncio enigmático. E para responder a questão de como salvar um princípio de inteligibilidade e de juízo, ele diz que deve começar por reconsiderar os critérios de um progresso apanhado na armadilha de suas próprias contradições. Assim, ele retoma Marx para essa discussão e questiona a interpretação de Jon Elster no sentido de que, segundo este, há “um contraste interessante entre a teoria marxiana do progresso perpétuo das forças produtivas e a visão mais lúgubre de uma destruição perpétua da natureza” (Bensaïd, 1999: 100). Partindo do fato de que

Marx não vê na história uma espécie de progresso linear, Bensaïd diz que Elster é incapaz de pensar progresso e regressão em sua unidade contraditória e só percebe uma incoerência teórica.

“Inseparável da afirmação da racionalidade da história, a idéia de evolução progressiva seria o último avatar de uma filosofia da História universal de que Marx não conseguiria nunca desfazer-se. Étienne Balibar segue neste ponto as conclusões do marxismo analítico. Ele observa, entretanto que a noção de progresso praticamente desapareceu do *Capital*: ‘O que interessa a Marx não é o progresso, mas o *processo ou processus*, do qual ele faz o conceito dialético por excelência. O progresso não é dado, não é programado, só pode resultar do desenvolvimento dos antagonismos que constituem o processo e, por conseguinte, ele é sempre relativo a eles. Ora, o processo não é nem um conceito moral (espiritualista) nem um conceito econômico (naturalista), é um conceito lógico e político.’” (Bensaïd, 1999: 100-101).

Ainda retomando Balibar o autor discute que Marx recorreu cada vez menos a modelos de explicação preexistentes e construiu sim, cada vez mais, uma racionalidade sem precedentes. Uma racionalidade que, segundo o autor, está no ponto de encontro entre a crítica da razão histórica, a crítica da economia política e a crítica da positividade científica. (ibidem: 102).

Expusemos aqui uma discussão mais histórico-filosófica em torno do conceito de progresso. Essa discussão nos interessa na medida em que, quando pensamos no funcionamento de uma palavra no texto, essa palavra também mobiliza sentidos vindos de fora do texto. Veremos agora, nos textos que configuram nosso corpus, como aparece, como funciona a palavra *progresso* e se é possível estabelecer alguma relação com a discussão feita acima pelos autores.

1.2 A designação de *progresso*

A palavra *progresso* aparece diferentemente nos enunciados dos textos em questão. Quando dizemos que aparece diferentemente estamos dizendo que ora está significando simplesmente a idéia de descrição de um processo (numa relação linear de temporalidade), ora aparece no sentido de uma meta a ser alcançada. Quanto ao primeiro aspecto, podemos ver o seguinte:

1. “Reconhecemos que, apesar do **progresso** substancial no tratamento de problemas da dívida no Hemisfério, o elevado ônus da dívida externa ainda obstruir o desenvolvimento de alguns dos nossos países.” (Primeira Cúpulas das Américas, Miami, 1994).

Quanto ao segundo aspecto, nesse mesmo sentido, de ser um sintagma nominal descritivo, aparece a palavra no sentido de uma meta a ser alcançada:

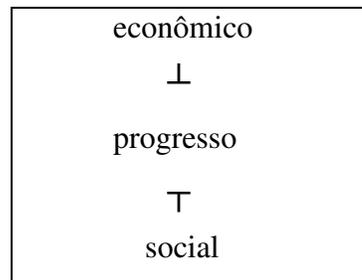
2. “Resolvemos ainda concluir as negociações da “Área de Livre Comércio das Américas” o mais tardar até 2005 e concordamos em que até o fim deste século será feito **progresso** concreto para a realização deste objetivo.” (idem).
3. “Reconhecemos o **progresso** já alcançado por meio de empreendimentos unilaterais de cada um de nossos países e de acordos comerciais sub-regionais no nosso Hemisfério.” (idem).

Há outras ocorrências nos textos com esses dois funcionamentos descritos acima, mas não são essas ocorrências que vão nos interessar analisar. Veremos, então, um outro modo de funcionamento da palavra. Há outra forma de funcionamento da palavra no texto que não é a descrição simplesmente, mas sim a nomeação, e este é um dos pontos que nos interessa para as análises. Vejamos como isso funciona no texto:

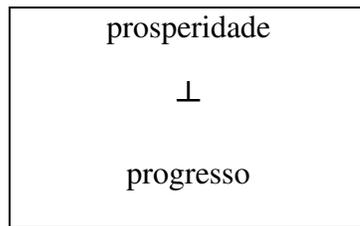
A) Primeira Cúpula das Américas, 1994:

1. “Nosso **progresso econômico** contínuo depende de políticas econômicas adequadas, de um desenvolvimento sustentável e de setores privados dinâmicos. Elemento essencial para a prosperidade e o comércio sem barreiras, sem subsídios, sem práticas desleais e com fluxo crescente de investimentos produtivos.”
2. “O **progresso social** e a prosperidade econômica só poderão ser sustentados se os nossos povos viverem num ambiente sadio e se os nossos ecossistemas e recursos naturais forem geridos cuidadosa e responsavelmente.”

Como podemos ver a palavra *progresso* aqui é caracterizada diferentemente das anteriores porque é caracterizada por um nome. Ela se articula a um nome e é por ele caracterizada. No caso: econômico e social. Ambos são adjetivos e não estão na categoria sintática, mas sim no sentido das articulações. “Econômico” nomeia e adjetiva *progresso* em 1 e “social” nomeia e adjetiva *progresso* em 2. Ambos estão numa articulação direta com a palavra *progresso*.



Mas não se trata disso, pois econômico e social são caracterizações, especificações de tipos de progresso. O que nos pode levar efetivamente a uma relação de determinação que entra na configuração do DSD é o fato de que, na passagem do item 1 para o item 2 vamos ver que “prosperidade econômica” reescreve “progresso econômico”, ou seja, *prosperidade* reescreve por substituição *progresso* e isto sim leva, de fato, a uma relação própria do DSD de *progresso*:



Além destes aspectos há também a articulação com outros elementos por preposições e isso também caracteriza outro funcionamento que nos interessa analisar.

O recorte 1 do item A parece apresentar uma enumeração. Mas, o que se tem não é uma simples enumeração, pois dizer “sem práticas desleais” coloca limites em “comércio sem barreiras”, por exemplo. Ou seja, não é do mesmo lugar que se dizem as coisas. A articulação aqui tem um funcionamento diferente, podemos ver também que na aparente enumeração “sem subsídios” coloca limites em “fluxo crescente de investimentos produtivos”. Esse outro procedimento de articulação que não traz somente caracterizações para a palavra *progresso*, pois é um procedimento de articulação que não é só com a palavra imediatamente local, mas se dá no funcionamento da enumeração. No entanto, o que vemos é que não se trata de uma simples enumeração, pois as palavras se relacionam aqui diferentemente e isso determina diferentemente o sentido de *progresso*. Poderíamos fazer uma análise aqui pelos lugares de dizer, mostrando que há diferentes vozes, que, no entanto são linearizadas, sob a “aparência” da enumeração, pelo enunciador “nós” coletivo. Mas o que nos interessa é ver como os procedimentos de articulação, como o detalhe de um funcionamento lingüístico, semântico vai determinando diferentemente os sentidos da palavra num texto.

O que isto nos dá é que a sustentação do sentido de *progresso* enquanto “prosperidade” vem marcada por lugares de enunciação diferentes, sob a forma de homogeneidades.

B) Segunda Cúpula das Américas, 1998:

1. “O fortalecimento da democracia, o diálogo político, a estabilidade econômica, o **progresso em direção à** justiça social, o grau de coincidência em nossas políticas de abertura comercial e a vontade de impulsionar um processo contínuo de integração hemisférica contribuíram para que nossas relações alcançassem maior maturidade.”
2. “A globalização oferece grandes oportunidades para o **progresso de nossos países** e abre novos campos de cooperação para a comunidade hemisférica. Não obstante, pode também levar a um aumento das diferenças entre os países e no interior de nossas sociedades. Com firme determinação de aproveitar os benefícios e de enfrentar os desafios da globalização, daremos especial atenção aos países e aos grupos sociais mais vulneráveis de nosso Hemisfério.”

Aqui já temos um funcionamento diferente para a palavra *progresso*. Não é uma articulação direta que há no item 1, por exemplo. Aqui *progresso* está caracterizando a expressão “justiça social” e está também numa enumeração: “democracia”, “diálogo político”, “estabilidade econômica”, “coincidência em nossas políticas”, “abertura comercial” e “vontade de impulsionar...”. Essa enumeração constitui uma relação de coordenação. O caso da coordenação nos faz pensar em que medida *progresso* integra essa relação de determinação. No entanto, “justiça social” está sendo determinada com um sentido positivo por *progresso*, uma vez que “em direção à” remete à justiça social que depende do progresso para que seja possível sua realização.

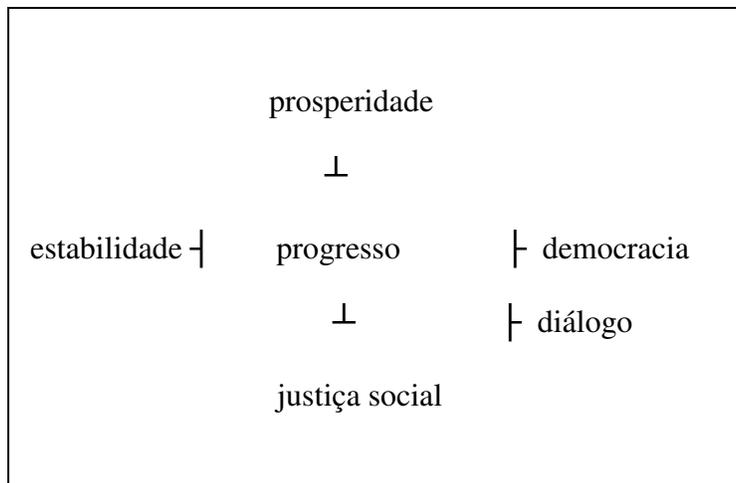
Assim, se temos:

progresso —| justiça social

podemos ver que, pela articulação enumerativa há uma correlação tal como:

- | | |
|-----------------|----------------|
| a) democracia | forte |
| b) diálogo | político |
| c) estabilidade | econômica |
| d) progresso | justiça social |

Para o caso (a) tem que considerar que a articulação “fortalecimento da democracia” é uma paráfrase nominalizada de “uma democracia forte”. Estas correlações projetam uma relação entre: democracia, diálogo, estabilidade e progresso. O que sugere algo como:

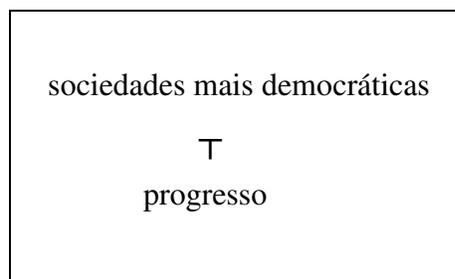


Em 2 *progresso* está articulado com a expressão “nossos países”. E pelo DSD a que chegam, podemos dizer que em 2 há a afirmação de que o progresso dos países em questão é uma prosperidade democrática e estável e que garante a justiça social.

C) Terceira Cúpula das Américas, 2001:

1. “O **progresso na direção de sociedades mais democráticas**, crescimento econômico e maior equidade social repousa numa população educada e numa força de trabalho melhor qualificada.”

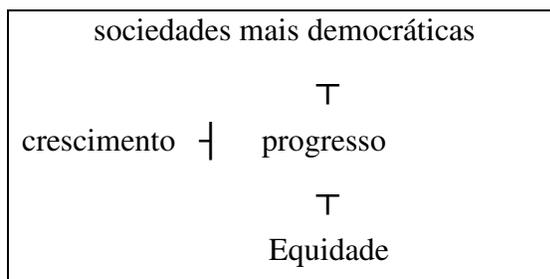
Aqui vemos um funcionamento bem parecido com o do item 1. de B. *Progresso* está numa articulação direta com “sociedades mais democráticas” e incluído num conjunto de enumerações que constituem uma coordenação: “crescimento econômico” e “maior equidade social”. As sociedades mais democráticas são postas como melhores que as não democráticas, então o progresso é na direção delas. Assim, eu só posso dizer que “sociedades mais democráticas” tem um sentido positivo aqui para progresso porque há o complemento “na direção de”, de modo que “sociedades mais democráticas” não existe sem a noção de progresso. Ou seja, no plano da designação, *progresso* é que caracteriza “sociedades mais democráticas”. Então *progresso* é caracterizado, mas também caracteriza o sentido das outras expressões no texto, como já pudemos ver. Caracteriza no sentido de expandir, acrescentar, modificar, enfim, o sentido das expressões a que se articula e isso é que vai determinar a representação do DSD, pois são palavras e expressões que estão determinando o sentido das outras no texto. O sentido se dá nas relações entre palavras. Portanto, o DSD não será o reflexo direto da articulação, num único sentido de determinação. Temos neste caso:



E pensando na articulação enumerativa podemos encontrar a seguinte correlação:

progresso	mais democracia
crescimento	econômico
equidade	social

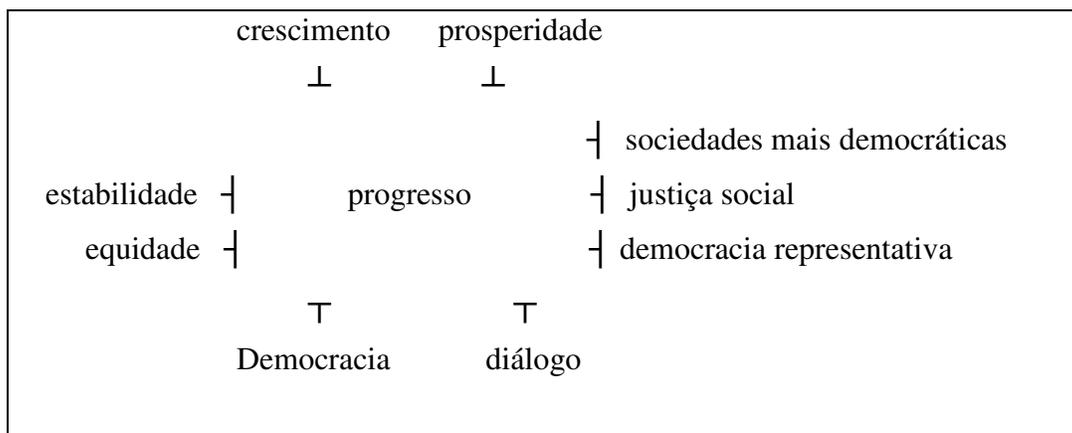
O que levaria a:



D) Cúpula extraordinária (Nuevo León), 2004:

1. “Por isso, reafirmamos nosso compromisso de construir uma sociedade da informação enfocada no ser humano, inclusiva e orientada para o desenvolvimento, que esteja inspirada nos objetivos de inclusão social, redução da pobreza e **progresso** no âmbito de um desenvolvimento econômico e social equilibrado.”
2. “Destacamos que um dos pilares do desenvolvimento humano e do **progresso das nações** é a **proteção social** em matéria de saúde, pelo que continuaremos ampliando as estratégias de prevenção, atendimento e promoção, bem como o investimento neste âmbito, a fim de oferecer serviços de qualidade para todos e melhorar, na medida do possível, a proteção social a todas as pessoas, com ênfase particular nos grupos mais vulneráveis.”
3. “O fortalecimento e o respeito do Estado de Direito, a defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, o **progresso econômico**, o bem-estar e a justiça social, a transparência e a prestação de contas nos assuntos públicos, a promoção de diversas formas de participação do cidadão e a geração de oportunidades para todos são fundamentais para promover e consolidar a **democracia representativa**.”

Em 1 *progresso* é reescrita por repetição e mais uma vez aparece em uma articulação enumerativa, numa coordenação: “inclusão social”, “redução da pobreza” e “progresso”. Em 2 a palavra “progresso” é caracterizada por “das nações” numa articulação direta, mas a determinação de “progresso” está na predicação “proteção social”, no sentido de que a proteção social contribui para o progresso das nações, portanto, o que interessa para a representação do DSD é “proteção social” e não “das nações”. Em 3 “progresso” é caracterizada por “econômico” e está também num conjunto de enumerações, numa relação de coordenação com várias outras expressões referenciais, todas funcionando como argumento para *consolidar uma democracia representativa*. Observamos isso pela estrutura finalizada introduzida por “para”, ou seja, são enumerados vários elementos que são fundamentais *para* a promoção e consolidação da democracia representativa. Aqui ocorre algo muito semelhante ao que apresentamos acima, nos itens B e C, no sentido de que *progresso* é o que determina (junto a outras expressões) “democracia representativa”. Por tudo que apresentamos, então, a representação do DSD, a partir das análises apresentadas para a palavra “progresso” é o que segue:



Podemos dizer que há um processo de reescrita predominantemente por repetição da palavra *progresso* nos textos analisados, mas os diferentes modos de articulação nos mostra diferentes funcionamentos e como isso vai produzindo sentidos no texto. Há uma polissemia da palavra no texto, de modo que, as ocorrências da palavra *progresso* nestes textos são iguais num certo sentido, mas é pelos diferentes modos de articulação, pelas diferentes determinações, é que ela abre para diferentes “categorias” como a descrição, a nomeação e em que sentido podemos, a partir disso, ver a palavra *progresso* funcionando como um conceito.

É bastante recorrente a palavra *progresso* estar em enumerações com outras expressões, estabelecendo deste modo, relações de coordenação. A relação de coordenação estabelece, em princípio, uma equiparação entre os elementos coordenados. O progresso é um dos elementos da coordenação. É preciso pensar então como se dá, que efeitos têm essa relação que se apresenta como se dando no mesmo nível.

A palavra *progresso* aparece fundamentalmente reescriturada por repetição. Há uma substituição como no caso de *integração* que é substituída por *globalização*, quando “progresso” é reescrita por “prosperidade”. Portanto, o que mais nos interessa enquanto procedimento de análise aqui é ver como se dão os procedimentos de articulação dessa palavra e como isso afeta os sentidos de *progresso* nos textos, ou mesmo como *progresso* pode afetar os sentidos de outras expressões nos textos. Metodologicamente estamos nos centrando nos procedimentos de articulação e não reescrituração. É possível perceber que a palavra em questão não é exatamente a mesma no decorrer do texto. Com isso, vemos, então, a partir das descrições analíticas acima que, nesses funcionamentos, progresso sempre admite um valor positivo tanto no funcionamento que tem de simplesmente descrever processos ou metas como quando parece funcionar como um conceito ainda que

não apareça expresso como um conceito absoluto, pois dizer “progresso econômico” significa dizer que a economia progride e assim por diante. No entanto, dizer “progresso na direção de sociedades mais democráticas” ou “progresso em direção à justiça social” parece elevar progresso a uma categoria mais conceitual e então é progresso que vai afetar o sentido das expressões que estão articuladas com esses elementos preposicionais. Esses funcionamentos diferem do uso mostrado nos primeiros recortes como simplesmente uma palavra que descreve (num sentido linear positivo). Mesmo que nos casos em que progresso está configurando um sintagma nominal ele também pode parecer descrição de um processo (ex: progresso econômico). Mas o fato de se ter sempre a combinatória com progresso e não avanço ou outras palavras nos faz pensar em qual é a importância que tem nesses textos essa palavra e a relação com o conceito progresso, pois o funcionamento que tem é o de que o progresso de qualquer coisa é bom. Se nada existe sem o progresso, o progresso é que estaria determinando tudo então?

Mais uma vez dizemos que nossa unidade de análise não é a palavra simplesmente, mas o enunciado em que ela aparece. Todas essas determinações de *progresso* conferem um valor positivo para o conceito, ou melhor, para palavra que funciona como um conceito nos textos analisados. Há muitos casos de co-determinação de palavras, através do funcionamento da coordenação como vimos e pensamos que não dá para tratar somente como uma relação de sinonímia, ainda que se apresente desse modo. No caso das coordenações, como afirma Pêcheux, não há como simplesmente dizer que são palavras próximas, pois na coordenação a possibilidade de constituir seqüência, como vimos, está no domínio das analogias, das compatibilidades e implicações vagas que não permite que façamos uma simples interpretação sintática.

De modo que, ao colocar em relação enunciados como crescimento econômico, inclusão social, redução da pobreza, desenvolvimento, diálogo político, etc, está-se conferindo ao conceito de *progresso* um valor de prosperidade, de positividade. *Progresso* aqui produz sentidos em várias direções: da economia, social, político. Nos casos em que *progresso* aparece no conjunto de enumerações, nas coordenações temos que ver como o enunciado em que aparece, ou melhor, *progresso* e seu elemento articulador local contribuem, operam nos sentidos dessas coordenações.

Pela análise que fazemos do DSD de *progresso*, a partir das relações que esta palavra estabelece com as outras no texto pelas suas articulações diretas e indiretas, vemos que o sentido que toma *progresso* é o da positividade, pois as determinações de *progresso* são sempre qualidades “positivas”. Esse valor positivo é tecido ao longo do texto pelo movimento mesmo da enunciação, pois o fato de *progresso* determinar “justiça social”, “democracia representativa” ou “sociedades mais democráticas” e ser determinado por “equidade social”, “diálogo”, “democracia”, etc., como podemos ver na representação do DSD que formulamos, mostra que no texto as predicções para *progresso* são sempre qualidades positivas, trazendo a idéia de igualdade, ou busca da igualdade, de justiça, etc. Nesse sentido é que prosperidade reescreve *progresso* no texto. No entanto, essas qualidades podem ser questionadas, afinal este desenvolvimento econômico, crescimento é para quem? Para o quê? Outras vezes o *progresso* é tomado como um termo absoluto, sem as predicções, por exemplo, “o *progresso* de nossos países...” O *progresso* teria assim, um sentido positivo e vemos, então, que o sentido de *progresso* permanece em certa medida, no espaço de *progresso*-aperfeiçoamento que apresenta Starobinski. Quando trazemos Bensaïd para esta discussão é porque justamente queremos problematizar as concepções que passam por modelos preexistentes e que não partem de uma racionalidade científica.

Isto não quer dizer necessariamente que o progresso-aperfeiçoamento se inclua totalmente fora disso, pois para além desta crítica podemos pensar que a partir das contradições sociais possa se buscar a sua superação de forma progressiva, num sentido de aperfeiçoar ou melhorar algo, isto é, de superar as condições de origem das próprias contradições: esta superação não é o mesmo que um modelo de explicação preexistente, porque o seu desenvolvimento é o surgimento de novas condições e contradições. Neste sentido, é a própria combinação entre as condições e as contradições, sua origem e dinâmica, que faz o sentido do progresso-aperfeiçoamento, pois é na realização desta contradição que surge sua superação. Isso pode ser pensado do ponto de vista da racionalidade dialética. Não entraremos nesse debate, mas é preciso fazer essa ponderação.

Com essas análises que apresentamos podemos apontar que uma possível relação a ser estabelecida entre as análises de *integração* e as análises de *progresso* é que tudo o que constitui o sentido de *progresso*, logo o DSD de *progresso* é argumento para a *integração*, no sentido de que a integração é o projeto da ALCA, que é um projeto de integração americana. Assim, é o sentido da palavra *progresso* no texto que vai ser argumento para a *integração*. Portanto, é preciso ver os sentidos nestes textos analisados para ver como *progresso* está sendo significado enquanto um argumento na direção da aprovação da ALCA.

1.3 A relação entre as análises de “progresso” e “integração”

Para pensarmos na relação entre as análises de *progresso* e *integração* vemos, pela argumentação no texto, pelos modos de articulação dessas palavras com outras, que temos

uma relação de determinação conforme apresentamos ao final do capítulo II e acrescentamos aqui a palavra *progresso*:



Progresso determina *integração* e ambos são determinados por *globalização*, que por sua vez é determinada por *liberalização do comércio*. Podemos tratar a relação lingüística textual que observamos “*se integração então progresso*” como uma relação de argumentação implícita, não diretamente no enunciado, mas no sentido tecido no texto após as análises das articulações de *integração* e *progresso* no decorrer do texto. Porém, além de reconhecer esse funcionamento lingüístico, interessa saber procurar compreender que efeito isso tem nos sentidos das palavras em questão. Para além da questão argumentativa, o que está colocado com esta relação?

O que fica é que a noção de *progresso* aparece como justificativa para se promover a *integração*. Se a *integração* leva ao *progresso* e o *progresso* é “positivo”, conforme vimos nas análises dos textos, então a *integração* é necessária para se ter *progresso*. No entanto, o que circunscreve esse *progresso* é que a *integração* só é possível enquanto *globalização*, através da *liberalização do comércio*, ou seja, a questão econômica é o que dá os limites dessa *integração* proposta pela ALCA. Temos então uma contradição que é colocada nesses sentidos que são construídos para “*progresso*” ao longo do texto, pois se esse *progresso* do qual se fala se dará pela *integração* proposta pela ALCA, então será a *globalização* que

determinará esse progresso e o que vemos nas análises é que a globalização se restringe às questões econômicas de mercado, pois, como já dissemos, é pela liberalização do comércio que se dá a globalização da qual se fala na ALCA. No entanto, a própria palavra “globalização” que vem do termo “global” se caracteriza por homogeneizar as relações econômicas de mercado da qual estamos falando. Sabemos, por outro lado, que não há igualdade nessas relações e que, portanto, “globalização” escamoteia as desigualdades de modo que as questões sociais, como a pretensa igualdade que aparece nos sentidos de progresso ficam questionadas. O efeito é de que a globalização aparece como ponto pacífico, como se fosse um processo natural.

Portanto, o fato de aparecer a palavra “globalização” como sendo o que determina a integração e não “mundialização” (cf. Chesnais, 1996) por exemplo, é o que é relevante, pois se fosse outra palavra, outro conceito teríamos outras relações de sentido que estariam também historicamente constituindo os sentidos de integração nos textos da ALCA.

CAPÍTULO V

1. O litígio enunciativo: ALCA x ALBA

Para analisar a relação de litígio enunciativo nas propostas de integração, optamos por observar os textos da ALBA fundamentalmente por dois motivos. 1. Os textos da ALBA, bem como os textos da ALCA, são documentos que propõem um projeto de integração, estabelecendo, portanto, semelhanças que nos interessam estudar. 2. É muito comum os textos da ALBA se constituírem como resposta à ALCA de maneira explícita.

Antes ainda, é preciso dizer que os documentos analisados sobre a ALBA estão todos em espanhol e isso coloca também a língua como um elemento da disputa pelo espaço de enunciação. Veremos esses recortes em língua espanhola.

Nos documentos da ALBA analisados não aparece a palavra *progreso*. Aparecem as palavras *integración* e *globalización*, porém suas relações de determinação são diferentes. Vai nos interessar também ver como funciona a expressão “liberalização do comércio” nesses textos, uma vez que ela apareceu como algo determinante nas análises que fizemos dos textos da ALCA.

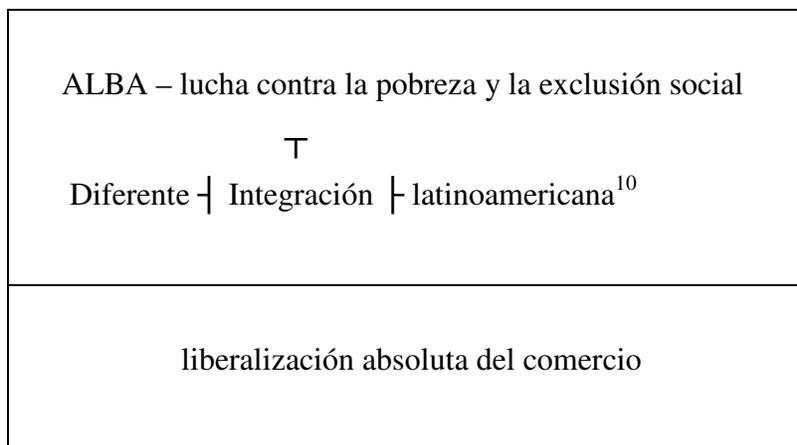
Vejamos então alguns recortes para análise retirados de um texto intitulado *¿Qué es ALBA?* disponível no site da ALBA.

1. “La Alternativa Bolivariana para América Latina y El Caribe (ALBA) es una propuesta **de integración diferente**. Mientras el ALCA responde a los intereses del capital trasnacional y persigue la **liberalización absoluta del comercio** de bienes y servicios e inversiones, el ALBA pone el énfasis en la lucha contra la pobreza y la exclusión social y, por lo tanto, expresa los intereses de los pueblos latinoamericanos.”

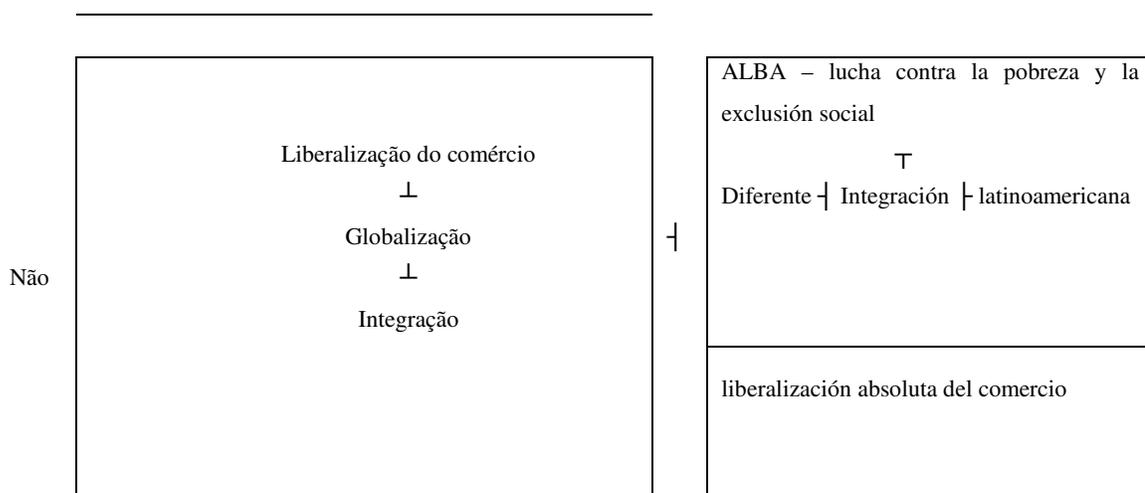
2. “Por esta razón, la propuesta del ALBA le otorga prioridad a **la integración latinoamericana** y a la negociación en bloques sub-regionales, abriendo nuevos espacios de consulta para profundizar el conocimiento de nuestras posiciones e identificar espacios de interés común que permitan constituir alianzas estratégicas y presentar posiciones comunes en el proceso de negociación.”

Em 1, integração é caracterizada por “diferente”. A palavra diferente já pressupõe que existe algum processo/projeto de integração sendo colocado e esta integração proposta pela ALBA aparece então como uma alternativa, algo diferente do que existe. “Diferente” é colocado em oposição através da expressão “mientras que” a tudo que se predica da ALCA: “intereses del capital transnacional” e “liberalización absoluta del comercio de bienes y servicios e inversiones”. O que é oposto a essa predicação da ALCA é a predicação que segue da ALBA. A palavra “diferente” antecede o que vai ser colocado como oposto para a ALCA. No caso: “lucha contra la pobreza y la exclusión social” e “expresa los intereses de los pueblos latinoamericanos”. Já em 2 vemos que *integración* está sendo caracterizada por “latinoamericana” e a palavra latinoamericana expressa então a localização política e geográfica dessa integração. Latinoamericana é uma nomeação para o que se predica da ALBA. Promover uma integração latinoamericana é parte dessa integração “diferente” que se coloca em 1. Ainda em 1 a expressão “liberalización absoluta del comercio” está em relação com ALCA no sentido de que a ALCA segue o que dita a política de liberalização do comércio. O litígio é estabelecido quando se coloca que a ALBA, ao contrário da ALCA, não segue os parâmetros do livre comércio, mas sim luta contra a pobreza e a exclusão social. Lutar contra a pobreza e a exclusão social está em relação com os “interesses dos povos latinoamericanos” e, portanto, essa integração que propõe a ALBA deve ser latinoamericana e não das Américas como no caso da ALCA. Vimos que “lutar contra a pobreza” e a “exclusão social” são expressões que também aparecem na ALCA,

porém aqui pelo procedimento mesmo das articulações, outros sentidos são produzidos na escrita do texto.

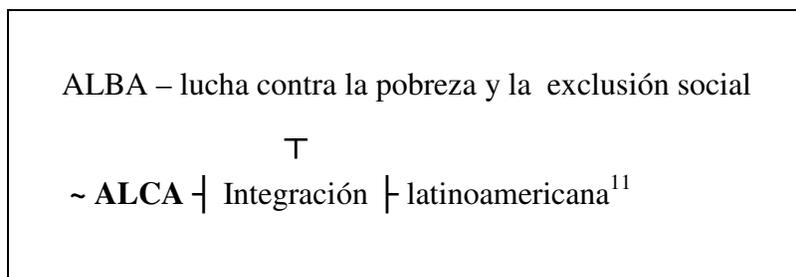


Este DSD significa em relação ao DSD de “integração” da ALCA, conforme analisamos no capítulo II, e a palavra “diferente” aqui é o operador desta relação de antonímia ao DSD da ALCA. Sendo assim, podemos também representar o DSD da seguinte maneira:



¹⁰ Os sinais \dashv significam determina. O traço que no quadro que separa as duas expressões representa a relação antagônica. O \perp significa que é sinonímia.

Ou seja:



Vejamos outros recortes:

3. “La noción neoliberal de acceso a los mercados se limita a poner medidas para reducir el arancel y eliminar las trabas al comercio y a la inversión. Es **libre comercio** entendido en estos términos solo beneficia a los países de mayor grado de industrialización y desarrollo. De hecho, abundan los estudios científicos en los que se demuestra de manera irrefutable que la aplicación de las pautas actuales de la **globalización** y sus expresiones hemisféricas o regionales ha dado al traste con las aspiraciones de un verdadero desarrollo endógeno en cualquiera de los países del continente.

Los grandes acuerdos de **integración** deberían quedar por el contrario supeditados a los objetivos del desarrollo endógeno.”

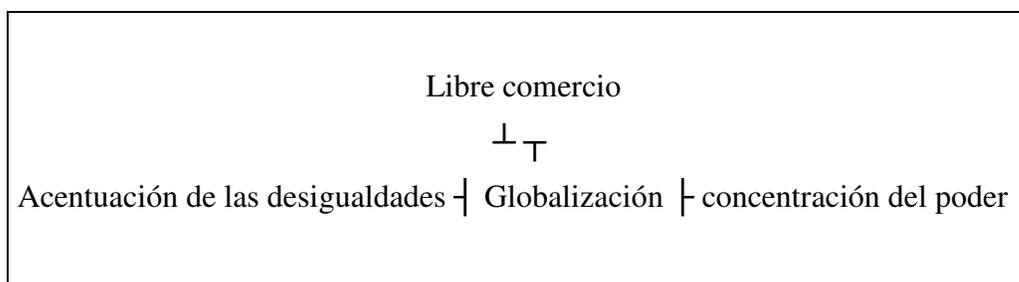
4. “Y esto no solo depende de los cambios en las condiciones de competencias imperantes, sino también de la solidaridad entre los pueblos y sus gobiernos del continente a la hora de corregir estas asimetrías. Solo así un área de **libre comercio** podrá ser una oportunidad para todos (una alianza ganar-ganar).”

5. “Como ha podido contrastarse en el espectro de asuntos críticos para el presente y futuro de la humanidad que están siendo afectados por los acuerdos de derecho a la propiedad intelectual, se trata de uno de los ejes más dinámicos de concentración del poder y acentuación de las desigualdades que caracteriza las actuales tendencias hegemónicas de la **globalización**.”

Nestes recortes apareceu a expressão “libre comercio”, que reescreve por sinonímia a expressão “liberalização do comércio”. “Libre comercio” está posto aqui como um conceito, e é interessante notar que há uma disputa por esse conceito, pois está posto o que é livre comércio entendido nos termos em que se coloca para a ALCA. “libre comercio”

¹¹ Os sinais † significam determina. O traço que no quadro que separa as duas expressões representa a relação antagônica. O – significa que é sinonímia.

estaria assim dentro das pautas atuais da “globalización”, ou seja, essas duas palavras estão em relação de determinação no texto. E é interessante notar aqui que a única coisa que se diz sobre a globalização é que ela é atual. Em 4 se apresenta o que poderia ser o “libre comercio”, de maneira que fica subentendido que seria possível um outro tipo de livre comércio, que pressupõe uma aliança de ganhar-ganhar, ou seja, de igualdade de condições. Como dissemos anteriormente, a expressão “liberalização do comércio” se coloca como objeto de análise para esta parte da pesquisa justamente por aparecer nos resultados das análises anteriormente desenvolvidas para a palavra “integração”, ainda que aqui apareça como “libre comercio”, ou seja, uma variação para a expressão em questão. Assim é uma reescritura marcada por uma diferença de lugar social do locutor. Em 3 aparece claramente a relação entre globalização e livre comércio também como resposta e contestação ao que se apresenta na ALCA. Ainda em 3 “integración” está sendo reescrita por repetição. Ao tratar da discussão da propriedade intelectual, no item 5, vemos que duas características são ressaltadas e relacionadas à globalização determinando assim esta palavra. São as expressões: “concentración del poder” e “acentuación de las desigualdades”. Dessa forma, podemos fazer a seguinte representação:



Tomemos um outro recorte:

6. “En el ALCA se propone un conjunto de normas multilaterales que, aparentemente, ordenaran el comercio internacional de servicios. Pero lo que realmente se pretende ella la **liberalización**, desregulación y privatización progresiva de los servicios esenciales para la sociedad y que suponen una obligación de los estados y gobiernos con sus ciudadanos. Este proceso de **liberalización** abarcaría toda la amplia gama de servicios que podamos imaginar en materia de salud, educación, seguridad social, agua potable, transporte, correo, servicios municipales, medio ambiente, cultura, recursos naturales, etc.”

Em 6 temos um funcionamento diferente. Primeiro “liberalización” aparece num conjunto de enumerações estando em relação com “desregulación” e “privatización progresiva ...”. Em seguida “liberalización” reescreve todo esse conjunto de expressões por efeito de totalização, pois “Este proceso de liberalización abarcaría...”, o que leva ao seguinte DSD:

liberalización

⊥

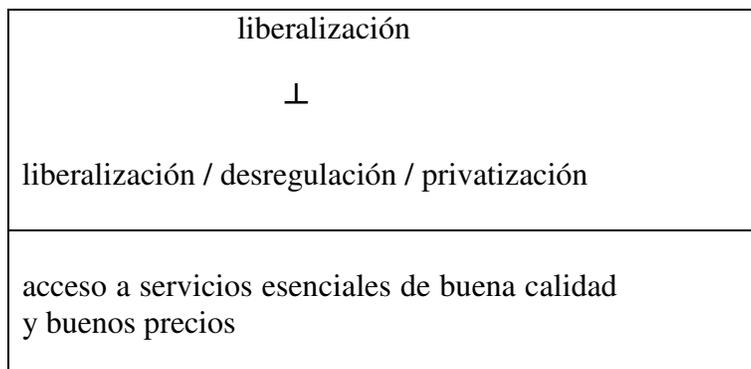
liberalización / desregulación / privatización progresiva

Observemos agora o recorte 7:

7. “El Gobierno Bolivariano de Venezuela se opone a estos **procesos de liberalización**, desregulación y privatización que limiten la capacidad del estado y del gobierno para diseñar y ejecutar políticas en defensa del derecho de nuestros pueblos a tener acceso a servicios esenciales de buena calidad y buenos precios.”

Novamente em 7 “liberalización” está em relação numa enumeração com as expressões “desregulación” e “privatización”. E esse conjunto de palavras, expressões estão em relação antagônica com “acceso a servicios esenciales de buena calidad y buenos precios.”, produzindo assim uma relação de antonímia, uma vez que é dito que o governo da Venezuela se opõe a esses processos que configuram o conjunto de enumerações

mostrado acima, pois tudo isso é fator limitante para que se tenha o acesso a serviços essenciais de boa qualidade e bons preços. Vejamos como fica a representação disso:



Continuemos observando 8:

8. “A diferencia del ALCA donde lo que está previsto es una mayor profundización de las diferencias que hoy existen, la propuesta del ALBA incluye propuestas y mecanismos concretos para superar las grandes disparidades entre los países y el interior de muchos de ellos. La atención a este problema ocupa un lugar predominante en la naturaleza de este proyecto alternativo **de integración latinoamericana y caribeña.**”

Em 8 “integración” é diretamente articulada a “latinoamericana” e a “caribeña” que caracterizam “integración”. Ao nomear esta integração de “latinoamericana y caribeña” instaura-se o litígio enunciativo pelo nome mesmo do projeto/processo de integração. Os limites e “conteúdos” desse outro projeto de integração se passa também pelo nome que se dá a ele. Descrever a integração como latinoamericana e caribeña está em oposição ao que se descreve para a integração das Américas, que é a proposta da ALCA. Assim:



Vejamos, agora, o recorte 9:

9. “De **la Integración Neoliberal** a la Alternativa Bolivariana para América Latina y el Caribe “Jamás hubo en América de la Independencia a acá, asunto que requiera más sensatez, ni obligue a más vigilancia, ni pida examen más claro y minucioso, que el convite que los Estados Unidos potentes, repletos de productos invendibles, y determinados a extender sus dominios en América, hacen a las naciones americanas de menos poder...”. José Martí.”

Em 9 é interessante notar que o litígio enunciativo pelo nome do projeto de integração persiste, mas agora é dado outro nome para a ALCA, de modo que “la Integración Neoliberal” é a ALCA e “Alternativa Bolivariana para América Latina y el Caribe” é a ALBA. O locutor do texto da ALBA que estamos analisando caracteriza a ALCA por “La integración neoliberal” e para isso cita José Martí, tentando estabelecer uma relação com o que disse ele acerca dos Estados Unidos. Assim temos:

La integración neoliberal – ALCA
Alternativa Bolivariana para América Latina y el Caribe – ALBA ¹²

Um outro aspecto importante é que a ALBA, enquanto sigla muito similar à ALCA, também constitui o litígio pela disputa do nome. Não é simplesmente um nome, ele dá os limites políticos desses projetos de integração. Quando vemos o litígio dessa forma, isso nos dá elementos para compreender como se dão as lutas políticas, as relações políticas entre os Estados que negociam a ALCA, entre os Estados que propõem outra integração, um projeto alternativo. Não afirmamos ou concordamos com o conteúdo de um, nem de outro, ou até que ponto pode ser alternativo o que se propõe como alternativo, estamos

¹² O sinal ‘ – ’ significa sinonímia.

mostrando como esses textos que tratam dessas políticas produzem sentidos e como esses sentidos podem nos ajudar a compreender as estabilidades e instabilidades dessas relações. Dessa forma, a discussão acerca da semelhança entre as siglas ALCA e ALBA já, de imediato, nos coloca questões. A disputa pelo nome não se dá num abstrato de sentidos, mas na história e se movem como se move a realidade, uma realidade, um real que é histórico também no sentido de que os fatos pedem sentidos como afirma Henry (1993). Ainda sobre essa questão das siglas, queremos trazer aqui brevemente uma discussão que Arnoux (2006) faz sobre o tema:

“(...) el ALBA, sigla de Alternativa Bolivariana para la América, que en el juego entre semejanza y diferencia fónica muestra al mismo tiempo su relación – es una respuesta al ALCA – y su distancia – es una alternativa-; por otra parte, al poder ser leído “el ALBA” como un lexema independiente retoma el reiterado imaginario revolucionario de la luz primera que avanza inexorablemente, con lo cual vincula la voz con la extensa tradición de las revoluciones democráticas. Si la Comunidad Sudamericana de Naciones excluye el tono eufórico, el ALBA lo estimula.” (Arnoux, 2006: 5).

Ainda segundo a autora, ao discutir a integração regional e suas geografias imaginadas ela diz que observando a questão desde o sul, dois desses projetos de integração têm uma notória antiguidade que se inscreve na história de nossas lutas políticas sendo o panamericanismo com sua versão atual, a ALCA, e o latinoamericanismo tendo como sua formulação atual a *Comunidad Sudamericana de Naciones*. Ela afirma que a ALCA tem definida imaginariamente sua geografia final ainda que os avanços sejam irregulares e progrida no ritmo dos acordos bilaterais diversos. Já a ALBA expressa, segundo Arnoux, os desajustes entre geografia e vontade política e inclusive as vacilações relacionadas à instabilidade dos processos que vivemos.

Passemos a observar o recorte abaixo:

10. “1. **La integración neoliberal** prioriza la **liberalización del comercio** y las inversiones.
 (...)

7. ALBA tiene que atacar los obstáculos a **la integración** desde su raíz, a saber: (...)

12. Profundizar **la integración latinoamericana** requiere una agenda económica definida por los Estados soberanos, fuera de toda influencia nefasta de los organismos internacionales.”

Em 10 trouxemos alguns trechos do item final do documento analisado que se intitula: *Principios Rectores del ALBA*. Vemos então que no ponto 1 “la integración neoliberal” (ALCA) está em relação com “liberalización del comercio”. Esta integração, ao priorizar a liberalização do comércio, a sustenta, a legitima, a aplica. O neoliberal aqui nega “integração” em oposição a “integração” em 7, pois a integração do item 1 é a da ALCA e a do item 7 é a da ALBA. Em 7 “la integración” está reescrevendo “la integración” por um procedimento de repetição na reescrita sem nenhuma caracterização como a que aparece em 1, por exemplo. Em 12 também ocorre a reescrita por repetição, mas aparece uma caracterização de outra ordem, e, além disso, temos que “integración latinoamericana” ao ser predicada tem parte do seu predicado colocado como oposição ao sentido de “integración latinoamericana”, no caso isso aparece na expressão “organismos internacionales”. Ao ter que se livrar da influência nefasta desses organismos está posta aí uma relação de oposição entre as expressões: “integración latinoamericana” e “organismos internacionales”. A expressão “organismos internacionales” corrobora o sentido de “liberalización del comercio” presente no item 1 deste recorte.

Nesse sentido, apresentaremos duas representações (a e b):

organismos internacionales

⊥

a) Liberalización del comercio ⊥ integración neoliberal

b)

integración latinoamericana
organismos internacionales

Chegamos então a uma formulação que nos permite dizer que há dois DSD's: um para a ALCA e outro para a ALBA, mas ambos partem do mesmo texto, ou seja, o texto da ALBA significa no seu interior uma enumeração atribuída à ALCA. Ou melhor, existe um Locutor (L) que faz falar um locutor-x (ALBA). Esse Locutor, mais que isso, apresenta a visão de dois locutores-x: l-x1 (ALCA) e l-x2 (ALBA) de maneira que o que é dito sobre a ALCA é dito pelo locutor que se identifica com a posição do locutor da ALBA o l-x2. (É a ALBA falando da ALCA em “a” e a ALBA falando da ALBA em “b”). Porém, temos que chegar à representação do que é dito sobre a ALCA por “ela mesma” e ver como estão se dando essas relações de sentido.

Quando discutimos a relação de litígio enunciativo entre ALCA e ALBA é preciso ter em conta que a ALCA, em seu projeto inicial foi barrada. É claro que não é tão simples assim e um plano B da ALCA vem sendo implementado, os famosos TLC's: Tratados de Livre Comércio. Mas essa discussão não será feita aqui, não nos deteremos nisso. O que nos interessa é analisar o litígio enunciativo pelas “alternativas” que surgem em alguma medida como resposta à ALCA, pois os Estados Unidos sempre buscou a América Latina como seu mercado preferencial. Isso, inclusive, tem a ver com sua estratégia geopolítica. E, de outro lado, os países da América Latina vem buscando acordos comerciais entre si para impulsionar o seu projeto desenvolvimentista.

Mas um fato interessante é que se a ALCA não foi implementada e foi preciso lançar mão de um plano B é porque a luta, a mobilização teve seu fundamental papel nessa história. A legalidade burguesa está submetida à luta de classes. A mobilização contra a ALCA é um exemplo disso. Não estamos analisando como se dão esses processos, mas eles são também as condições de produção dos sentidos dessas palavras que analisamos. Quando temos o enunciado “*não receamos a globalização, nem estamos seduzidos por seu fascínio*” temos a ALCA respondendo aos protestos anti-globalização como veremos adiante.

Assim, uma possibilidade é ver, como comparação, o que é dito pela ALCA por ela mesma, confrontando o resultado dessa análise com o DSD apresentado acima a partir dos textos da ALBA sobre a ALCA e, a partir disso, observar como estão se dando as relações de sentido. Outra possibilidade é observar se há a relação de litígio enunciativo nos próprios textos da ALCA e ver como isso funciona e é exatamente isso o que nos interessa. É preciso, lembrar que nosso corpus, enquanto objeto de análise, são os textos da ALCA. A nossa opção, enquanto analista, de trazer para este capítulo os recortes de textos da ALBA é justamente para ver como a questão da integração na ALCA poderia ser diferente, mas não é, porque, por exemplo, enquanto a ALBA diz “*integração latinoamericana e caribeña*”, a ALCA diz “*integração hemisférica*”, ou enquanto na ALCA aparece a expressão “*liberalização do comércio*” como meio para a realização da integração, na ALBA há uma negação disso. Então, a partir do olhar que temos desses outros textos da ALBA é possível ver a diferença que se instala mais diretamente.

1.1 O litígio enunciativo no texto da ALCA: os “diálogos” implícitos

Mostraremos agora como é que se dá o litígio enunciativo nos textos da ALCA. O funcionamento é bastante diferente do que vimos nos textos da ALBA que coloca mais diretamente o conflito com a ALCA. Na voz da ALCA veremos que há um diálogo implícito com a ALBA ou outros projetos de integração que questionem a ALCA, mas mesmo sendo um diálogo implícito podemos ver as marcas textuais que nos fornecerão os elementos de análise para confirmarmos essa hipótese.

Esse primeiro movimento de análise que fizemos com o texto da ALBA nos fez chegar a configuração de dois DSDs, sendo um que mostra a designação de “integração” para a ALBA e outro que mostra a designação de “integração” para a ALCA, mas é preciso notar que é a ALBA falando da ALCA. É a ALBA dizendo o que é integração para ela mesma e o que é integração para a ALCA. Ou seja, neste caso têm-se uma designação para a ALCA que vem de outro locutor, o locutor do texto da ALBA e aqui o litígio enunciativo é explícito, é colocado diretamente. Acontece que nos textos da ALCA também podemos encontrar referências à ALBA ou mesmo a outros projetos de integração e discussões pertinentes a isso, só que de maneira indireta, essa é a questão.

Após esse primeiro olhar que tivemos sobre o texto da ALBA, vamos fazer uma volta aos textos da ALCA para ver esse outro funcionamento, pelo mecanismo mesmo das articulações. Expliquemos-nos melhor.

Em enunciados como:

1. “Um processo de **integração** em seu conceito mais amplo permitirá, com base no respeito às identidades culturais, configurar uma teia de valores e interesses comuns que nos ajude a cumprir esses objetivos.” (Segunda Cúpula, 1998).

Aqui existe um procedimento de articulação diferente, mais indireto, que se relaciona com a incisa que é posta no enunciado. Assim, “com base no respeito às identidades culturais” é uma incisa que está colocando a voz do outro aí, ainda que de maneira indireta. Ou seja, tem uma outra posição que está sendo silenciada ali, mas está deixando vestígios também. Este é um procedimento que nos chama a atenção e podemos ver isso em outros enunciados, como:

2. “(...) o livre comércio, sem subsídios nem práticas desleais, associado a um crescente fluxo de investimentos produtivos e a **uma maior integração econômica**, promoverá a prosperidade regional (...)” (Terceira Cúpula, 2001).

Aqui novamente vemos esse procedimento de articulação pela incisa “sem subsídios nem práticas desleais”. Novamente queremos dizer que há um diálogo com o outro que não é explícito, mas que mesmo de maneira silenciada aparece aí, porque há a necessidade de responder, de afirmar (ainda que seja para contestar) por incisivas essas outras posições. Poderia ser diferente, mas não é. Por isso pensamos em voltar para esses textos para ver que o litígio está já no próprio texto da ALCA, ainda que não seja um litígio direto, explícito. Assim, as incisivas estão sempre dizendo algo de “integração”, mas não de modo direto, de maneira que o litígio aparece disfarçado numa escrita mais linear.

Outro funcionamento que podemos observar é a negação:

3. “Não receamos **a globalização**, nem estamos seduzidos por seu fascínio.” (Terceira Cúpula, 2001).

Digamos que aparece uma espécie de denúncia que é feita e que de certa forma está representada em funcionamentos como esses que estamos vendo. Afinal, os grandes “temedores” da globalização, silenciosamente anunciados neste enunciado foram os que

compuseram as manifestações de Seattle, Genova, Québec e San Jose contra a globalização. Queremos dizer que é possível trabalhar o litígio nestes textos mesmo sem precisar ir para a relação do confronto direto e explícito. Mas é importante manter o início da análise que fizemos com os textos da ALBA, justamente para observar essa diferença no funcionamento. Torna-se também mais interessante, do ponto de vista teórico metodológico, estudarmos o mesmo texto da ALCA para ver o funcionamento pela articulação, que quando se trata de incisivas ou negação é porque é o discurso do outro que está sendo colocado, convocado.

Vejamos outro fragmento:

4. “Com uma visão renovada e fortalecida da cooperação, da solidariedade e **da integração**, enfrentaremos os contínuos e crescentes desafios do Hemisfério.” (Cúpula Extraordinária, 2004).

Aqui temos uma incisiva por adjetivação, e quando se diz que é uma visão renovada é porque não é antigo, e o que é antigo então? Esses são os traços de que há outra voz que está em debate no discurso, mas essa outra voz é silenciada, como podemos observar.

Assim, as incisivas, os complementos preposicionais nos textos de proposta de criação da ALCA dialogam no implícito com posições como as da ALBA. Esses funcionamentos nos chamam bastante a atenção porque faz parte das articulações da enunciação. Essas análises nos levam a pensar na possibilidade de que podemos trabalhar então as posições diferentes do litígio no próprio texto da ALCA, de maneira que não trabalharemos somente com um único DSD para o texto da ALCA, já que as incisivas também dizem algo sobre a integração indiretamente. Por um lado nós temos o funcionamento das articulações locais que são os blocos “integração hemisférica”,

“integração econômica”, etc., por outro lado temos articulações que não são locais e que funcionam na relação com as incisais. Vejamos:

5. “Alguns membros sustentam que devemos levar em conta as dificuldades **do processo de negociações** da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e reconhecer a contribuição significativa que **os processos de integração econômica e a liberalização do comércio** nas Américas podem e devem fazer para atingir os objetivos da Cúpula de criar trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática.” (Quarta cúpula das Américas, 2005).

Quando temos “alguns membros sustentam” está aí funcionando o discurso indireto, enquanto nos outros procedimentos de articulações que vimos há sempre uma definição. Portanto, se nos primeiros DSDs para “integração” que mostramos neste trabalho, nós temos as articulações diretas com “econômica”, “hemisférica”, “energética”, por exemplo, funcionando como caracterizações para “integração”, aqui nas análises sobre o litígio nós vemos que há outro procedimento de articulação que não é o mesmo, pois são articulações por incisais, por discursos indiretos, como acabamos de ver. O que isso põe em questão é que esse outro procedimento de articulação que estamos mostrando agora acabam por questionar essas outras articulações diretas. Aí então entram as relações de antonímia que temos que explicitar.

Com essa análise também podemos voltar a algumas afirmações que fizemos no capítulo III acerca da nominalização, a partir de Sériot (1985). O autor afirma que toda ocorrência de um encaixe sintático (no caso a nominalização), e no nosso caso agora podemos pensar como os diferentes procedimentos de articulação contribui potencialmente para fazer de um texto, a partir desses funcionamentos lingüísticos que estamos vendo, uma superfície bastante heterogênea na qual se misturam diferentes e porque não, contrastantes discursos. Discursos de origem diversas. Uma maneira de analisar isso por

uma perspectiva enunciativa é pelas diferentes vozes, pelos diferentes lugares de dizer, que faz emergir diferentes enunciadores e também pelo político que se relaciona aqui às relações de antonímia que podemos caracterizar nos textos em análise.

O político, no sentido que já definimos no capítulo I, de acordo com Orlandi, aponta para que todo discurso atesta sua relação com outros discursos, de modo que, o enunciador da ALCA, ao trazer o discurso da ALBA ainda que silenciando este, ele atesta a relação que estabelece com ele. Já o discurso da ALBA também o faz, mas de modo bastante diferente por ser explícito. Essas diferenças nos procedimentos de articulação que fazem emergir a voz do outro seja direta ou indiretamente, como no caso da ALCA atesta o funcionamento do político também tal como definido por Guimarães (2002), uma vez que o político, para ele, afeta materialmente a linguagem e o acontecimento da enunciação. No caso da ALBA, por exemplo, o político não se constitui simplesmente pela afirmação de pertencimento em si¹³, não é o fato de só negar o que é a ALCA, não é só uma negação polêmica, mas é a contradição que instala este conflito no centro do dizer quando analisamos esses dizeres sobre a integração. O político é então constituído pela contradição entre a normatividade que neste caso se quer implementar, ou seja, os documentos que analisamos são uma proposta para se implantar uma normatividade ‘x’ regulada pelas instituições dos Estados que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Então, a contradição se constitui entre essa normatividade e a afirmação de pertencimento. “O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refaze-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos.” (Guimarães, 2002: 17). Como dissemos, esse conflito que se instala no centro do dizer, que

¹³ Lembrando que o discurso da ALBA, no litígio aparece também pela voz da ALCA.

é o político, se dá nos espaços de enunciação e todo espaço de enunciação é político e assim a língua é dividida. Afirmar o pertencimento para redividir o real, refazer o real é entender a enunciação como acontecimento, que é caracterizada por uma temporalidade que se instala na enunciação e que produz futuridade, devir, senão não haveria sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o nosso trabalho de análise da palavra *integração* pudemos ver, num primeiro momento, através dos procedimentos de reescrituração e articulação, que *integração* é quase sempre reescrita por repetição em articulações locais com expressões definidas que especificam a integração e duas vezes por substituição pela palavra “globalização”. Vimos, então, que essa relação entre a repetição insistente da palavra afetada, num certo momento, por uma substituição, marca a relação de totalização que faz com que *globalização* funcione no texto como hiperônimo de *integração*. Muito além de uma simples descrição semântica, esse funcionamento nos permite analisar a designação de *integração* a partir da configuração do DSD que formulamos no capítulo II.

Vimos, também, que há um modo de articulação da palavra *integração* que traz uma característica muito específica. É a relação desta palavra com a incisa “liberalização do comércio”. Dedicamos a este funcionamento, diferente dos demais, uma análise mais atenta e particular. Não só a relação da palavra com a incisa, mas também com as enumerações que colocam *integração* num conjunto de outras palavras e expressões que são também articuladas com a incisa “liberalização do comércio” e que nos permite compreender melhor como se dão essas relações na produção do sentido de integração no texto da ALCA. E, como vimos na semântica do acontecimento, o sentido mesmo da palavra é constituído a partir dos lugares de enunciação.

A partir dessa primeira etapa de análises pudemos ver que a palavra *integração* aparece sempre como enunciado nominalizado. Com isso partimos para a análise da nominalização nos nossos recortes considerando como essa marca formal da língua pode nos fazer compreender a relação que tem a designação de *integração* com o que está fora

do texto e assim compreender as propriedades do discurso. Essa preocupação consiste em pensar não somente na formulação do discurso, mas também na sua constituição. Vimos então que a relação de indeterminação dos agentes, do modo, etc, nesses enunciados nominalizados faz funcionar o pré-construído. Assim, o modo como são produzidos sentidos no texto apaga certos sentidos para que se possam dizer outros sentidos. É possível estabelecer uma relação hiperonímica no texto entre *globalização* e *integração*, ambas como enunciados nominalizados que fazem funcionar o silenciamento no texto, produzindo sentidos em certa direção. Apagam-se certos sentidos para que sejam produzidos outros sentidos. Isso tem a ver com o fato de não se explicitarem os agentes, o modo, etc quando se tem a nominalização, pois não se coloca em discussão a integração, e, desse modo, a nominalização funciona “impedindo” outros sentidos possíveis, pois, como vimos no texto da ALCA “a integração é o progresso”. Vimos, ainda, que no caso de *integração*, há um efeito metafórico, quando vamos para o domínio da memória, que consiste em substituir a palavra “americana” por “hemisférica” ou “das Américas” quando pensamos no discurso da integração que circula no interdiscurso. É pelo cruzamento de diferentes posições de sujeitos que certos sentidos são produzidos apagando outros possíveis. Esse cruzamento das diferentes posições é produzido pelas relações de designação como já vimos.

Para analisar a palavra *progresso* fizemos um caminho um pouco diferente do utilizado para analisar *integração*. Começamos resgatando um pouco da história filosófica do conceito de *progresso*, para depois procedermos às análises da palavra no nosso corpus buscando estabelecer uma possível relação com a discussão anteriormente feita. Vimos que *progresso* é predominantemente reescrita por repetição, no entanto, da mesma forma como vimos nas análises de *integração*, *progresso* é reescrita uma única vez por substituição pela palavra “prosperidade”. Com isto, pudemos ver que o sentido de “progresso” enquanto

“prosperidade” vem sustentado por lugares de enunciação diferentes, sob a forma da homogeneidade. Essa homogeneidade se dá pelas diferentes vozes que, no entanto, são linearizadas sob a aparência da enumeração pelo enunciador coletivo. Pela análise dos procedimentos de articulação, pelas articulações enumerativas, vimos que há uma polissemia da palavra *progresso* no texto, pois os diferentes modos de articulação nos mostra como isso vai produzindo sentidos.

A partir das correlações que estabelecemos pelas paráfrases, pudemos ver que *progresso* tem sempre um sentido “positivo”, ao ponto, inclusive, de ser reescrito por “prosperidade”. Com isso estabelecemos uma relação com a discussão histórico-filosófica anteriormente apresentada, no sentido de que *progresso*, nos textos que analisamos, permanece, em certa medida, no espaço do progresso-aperfeiçoamento tal como apresentado por Starobinski.

Vimos também que *progresso* é argumento para *integração*. Ou seja, o sentido da palavra *progresso* no texto é argumento para a *integração*. Nesse sentido, *progresso* no texto é justificativa para se promover a *integração* e, se *progresso* é “positivo”, logo a *integração* é necessária. Isto se dá no texto pela seguinte relação *se integração, então progresso*, como uma relação de argumentação implícita. No entanto, vimos que essa “*integração*” que é tida como necessária é circunscrita, ou seja, tem seus limites colocados pela *globalização*, a qual aparece como ponto pacífico, como um processo natural e será exatamente o sentido dessa palavra (*globalização*) que questionará o sentido positivo de “*progresso*” no texto.

Por fim, passamos às análises do litígio enunciativo ALCA x ALBA. Primeiramente tratamos de analisar textos da ALBA e chegamos a dois DSD’s para *integração*, sendo um deles a designação do que é *integração* para a ALCA (pelo locutor da ALBA) e outro que

nos dá a designação de *integração* da ALBA. Vimos que *integração* no texto da ALBA é a negação do que é a ALCA e isso se dá de modo bastante explícito, é uma negação polêmica que se estabelece. Vimos que a palavra “diferente” no recorte 1 é o operador dessa relação de antonímia entre o que significa *integração* para a ALBA e o que significa para a ALCA. Isso tudo pela voz do locutor da ALBA. Vimos ainda, que a relação de litígio enunciativo está presente na nomeação dos processos de integração. O locutor-ALBA afirma que a ALCA é a “integração neoliberal” e a ALBA é uma “integração diferente”, uma “integração latinoamericana e caribeña”, conforme o que vimos no capítulo V. A questão da sigla ALBA e sua similaridade com a da ALCA também é relevante nesse sentido, pois além de se colocar como uma integração diferente se propõe como alternativa pelo procedimento mesmo da designação, da nomeação.

No entanto, esse foi um primeiro gesto de análise para a questão do litígio. Passamos então a analisar a relação de litígio enunciativo nos próprios textos da ALCA já anteriormente analisados, pois são eles que constituem nosso corpus de análise centralmente. Pudemos observar então que o litígio enunciativo funciona no próprio texto da ALCA, porém, de maneira diferente de como está presente no texto da ALBA. No caso, o litígio se dá de modo indireto, através das incisivas. As articulações por incisivas estabelecem funcionamentos lingüísticos que permitem aparecer a voz do outro, dos outros discursos que estão sendo silenciados, apagados no discurso da ALCA, de modo que a ALCA dialoga no implícito com a ALBA e isso se dá pelos complementos preposicionais que analisamos. As incisivas estão sempre dizendo algo de integração, seja pela negação, pelo discurso indireto, enfim, mas não diz diretamente e assim o litígio aparece disfarçado numa escrita mais linear. Vimos, por fim, que a ALCA, ao atestar sua relação com o outro discurso, nos permite ver o funcionamento do político. Não é uma simples negação polêmica que

constitui o político, mas a contradição que se instala no centro do dizer e que produz esses outros dizeres possíveis, seja como vimos no discurso da ALBA ou nos próprios textos da ALCA.

Os sentidos de *integração* e *progresso* produzidos nos textos analisados se constituem no movimento da enunciação e sempre em relação ao interdiscurso. Não é o contexto que define o sentido de uma palavra, mas sim o acontecimento de enunciação em que se dá e que por sua vez é exposto às condições de produção, à história. Dedicamos todo o primeiro capítulo desta dissertação à questão da enunciação e do acontecimento. Fizemos um percurso teórico que nos ajudasse a compreender a constituição da semântica do acontecimento. Vimos com Benveniste, com Ducrot que são as relações de linguagem que vão nos interessar para um estudo semântico, no entanto não há como não tratar da exterioridade que constitui a linguagem, da história, pois, como afirma Guimarães, a língua se movimenta por ser afetada pelo interdiscurso.

Então, os sentidos das palavras analisadas, as relações com as outras palavras no texto, a questão do político que divide a língua como vimos na relação ALCA x ALBA se dão no acontecimento de enunciação. E isto quer dizer que a língua, o sujeito, a temporalidade e o real constituem o sentido da enunciação.

BIBLIOGRAFIA:

- ANDERSON, P. (1985). *A Crise da Crise do Marxismo – introdução a um debate contemporâneo*. 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense S.A.
- ARCARY, V. (2004). *As Esquinas Perigosas da História – situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã.
- ARNOUX, E. (2006). “El conocimiento del outro en el proceso de integración regional. Propuestas para la enseñanza media.” In: Congresso Internacional de Política Lingüística no MERCOSUL, João Pessoa, 1 a 4 de maio de 2006. Painelista convidada, sessão temática: Política Lingüística no MERCOSUL.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). (2004). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 11ª edição. São Paulo: Editora Hucitec.
- BAUER, C. (1997). *Reflexões sobre o Tempo e a Construção da História*. São Paulo: Edições Pulsar.
- BENSAÏD, D. (1999). *O progresso sob benefício de inventário*. In: Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Tradução: Luiz Cavalcanti de Menezes Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Pp. 93-102.
- BENVENISTE, É. (1966). *Problemas de Lingüística Geral I*. - 2. ed. – Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- BENVENISTE, É. (1974). *Problemas de Lingüística Geral II*. - 2. ed. – Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BRAIT, B. (2005). Bakhtin e a Natureza Constitutivamente Dialógica da Linguagem. In: Bakhtin, dialogismo e construção do sentido. 2ª ed. Ver. – Campinas, SP: Editora da Unicamp. Pp. 87-98.
- CHESNAIS, F. (1996). *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã. Tradução: Silvana Finzi Foá.
- COURTINE, J.-J. (1981). *Algunos Problemas Teóricos y Metodológicos en Análisis del Discurso, a propósito del discurso comunista dirigido a los cristianos*. Tradução: Maria del Carmen Saint-Pierre.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. (1995). *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- DIAS, L. F. (1998). Gramática na Sala de Aula: da lição gramatical ao fato discursivo. *VIVÊNCIA*, Universidade Federal da Paraíba, v. 12, n.1, 113-120.

- DUCROT, O. (1972). *Implícito e Pressuposição*. In: Princípios de Semântica Lingüística (dizer e não dizer). São Paulo, SP. Editora Cultrix Ltda.
- DUCROT, O. (1972). *A noção de pressuposição: o ato de pressupor*. In: Princípios de Semântica Lingüística (dizer e não dizer). São Paulo, SP. Editora Cultrix Ltda.
- DUCROT, O. (1984). *Enunciação*. Einaudi, 2: Linguagem – Enunciação. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- GUIMARÃES, E. (1995). Os Limites do Sentido – um estudo histórico e enunciativo da linguagem. - 2. ed. – Campinas, SP: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, E. (1998). História, Sujeito, Enunciação. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos 35. Pp. 109-116. Campinas: IEL/Unicamp.
- GUIMARÃES, E. (1999). Interpretar Língua e Acontecimento. Artigo publicado na Revista Brasileira de Letras – UFSCar, vol. 1, n. 1, 19-23.
- GUIMARÃES, E. (2002). Semântica do Acontecimento – um estudo enunciativo da designação. Campinas – SP: Pontes Editores.
- GUIMARÃES, E. (2004). Civilização na Lingüística Brasileira no Século XX. In: Matraca, nº 16. Rio de Janeiro, UERJ.
- GUIMARÃES, E. (2006). Semântica e Pragmática. In: Guimarães, E. e Zoppi-Fontana, M. (orgs.), pp. 113-146. A Palavra e a Frase. Pontes Editores, Campinas, SP.
- GUIMARÃES, E. e MOLLICA, M. C. (2007). A Palavra - Forma e Sentido. Campinas, SP: Pontes.
- HENRY, P. (1993). A História Não Existe? In: Orlandi, E. (org.). Gestos de Leitura. Campinas: Editora da Unicamp. Trad.: José Horta Nunes. Pp. 29-53.
- IANNI, O. (1997). Metáforas da globalização. In: Sociedade e Linguagem. E.Orlandi, M. Lajolo, O. Ianni – Campinas, SP: Editora da Unicamp. Pp. 49-62.
- INDURSKY, F. (1999). De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: Indursky, F. (org.) [et al.] Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto. Pp. 173-786.
- KOTHE, F. (org.) (1991). Walter Benjamin. Coleção Grandes Cientistas Sociais – sociologia. Coordenador: Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- JAKOBSEN, K. e MARTINS, R. (1996). ALCA – quem ganha e quem perde com o livre comércio nas Américas. 2ª edição atualizada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

- MARANDIN, J.-M. (1997). Sintaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso. In: Orlandi (org.) [et al.]; Gestos de Leitura: da história no discurso. Tradução: Bethânia S. C. Mariani [et al.] 2ª edição, Campinas – SP: Editora da Unicamp. Pp. 119-143.
- MARIANI, B. (1998). O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp.
- MARX, K. (1974). O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: *Os Pensadores*. 1ª edição. São Paulo: Editora Abril Cultural. Tradução revista por: Leandro Konder. Pp. 329-410.
- NOVACK, G. (2005). Introdução à lógica marxista. Traduzido por Anderson R. Félix. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann.
- OLIVEIRA, S. (2004). Cidadania – história e política de uma palavra. Tese de Doutorado. IEL/UNICAMP.
- ORLANDI, E. (1990). Terra à Vista – Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo. Campinas: Editora da UNICAMP e Cortez Editora.
- ORLANDI, E. (1996). Exterioridade e Ideologia. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos 30. Pp. 27-33. Campinas: IEL/Unicamp.
- ORLANDI, E. (1997). Um sentido positivo para o cidadão brasileiro. In: Sociedade e Linguagem. E.Orlandi, M. Lajolo, O. Ianni – Campinas, SP: Editora da Unicamp. Pp. 9-48.
- ORLANDI, E. (1998). Discurso e Argumentação – um observatório do político. Fórum Lingüístico, Fpolis, n.1 (73-81), jul.-dez.
- ORLANDI, E. (1999). Análise de Discurso – princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.
- ORLANDI, E. (2001). Discurso e Texto – formulação e circulação dos sentidos. Campinas, Pontes.
- ORLANDI, E. (2002). As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos. 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- ORLANDI, E. (2004). Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas. Pontes. 4ª edição.
- PÊCHEUX, M. (1995). Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp. 2ª edição.
- PÊCHEUX, M. (1988). O Discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni P. Orlandi. 4ª edição. Campinas – SP: Pontes Editores, 2006.

- PONZIO, A. (1998). La Revolución Bajtiniana – el pensamiento de Bajtín y la ideología contemporánea. Traducción: Mercedes Arriaga. Madrid: Frónesis. Cátedra Universitat de València.
- SÉRIOT, P. (1985). Langue russe et discours soviétique: analyse des nominalisations. In: Langages 81. Paris: Larousse. Pp. 11-41.
- STAROBINSKI, J. (2002). *Chances e obstáculos do progresso*. In: Ação e reação: vida e aventuras de um casal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- VEYNE, P. (1998). Como se escreve a história. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- ZOPPI-FONTANA, M. G. (1999). É o nome que faz a fronteira. In: Indursky, F. (org.) [et al.] Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto. Pp. 202-215.

Documentos consultados em meio eletrônico:

- Declarações das Cúpulas das Américas. Disponível no Site oficial da ALCA:
http://www.ftaa-alca.org/alca_p.asp. Acesso em: 03/05/2006.
- ¿Qué es ALBA? Disponível no Site oficial da ALBA:
<http://www.alternativabolivariana.org>. Acesso em: 04/011/2007.